

Universidade Federal do Rio de Janeiro



“Echos de Resistência Suburbana”:

Uma análise comparativa das contradições sócio-espaciais cariocas
a partir das experiências dos moradores da Freguesia de Inhaúma (1900-1903).

Rafael Mattoso

Rio de Janeiro
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA

“Echos de Resistência Suburbana”:

Uma análise comparativa das contradições sócio-espaciais cariocas
a partir das experiências dos moradores da Freguesia de Inhaúma (1900-1903)

Rafael Mattoso

Dissertação de Mestrado submetida ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de
Mestre em História Comparada.

Orientador: Prof. Doutor José Roberto Franco
Reis

**Rio de Janeiro
Outubro / 2009**

“Echos de Resistência Suburbana”:

Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida pela
Comissão Julgadora em 27/10/2009.

Banca Examinadora:

Prof. Doutor José Roberto Franco Reis (Orientador)

Prof. Doutor Joaquim Justino Moura dos Santos

Prof. Doutor Gracilda Alves

Suplentes:

Prof. Ary Pimental

Prof. Doutor Victor Andrade de Melo

Rio de Janeiro
Outubro/2009



Este Trabalho busca contemplar toda aquela gente alegre e solidária que ajudou a construir a atmosfera familiar dos subúrbios, transformados involuntariamente em atores e figurantes, agentes ausentes de uma história oficial, mas presentificados de forma inexorável na vida real da excludente história do processo de urbanização da antiga Capital Federal.

Que o *“Echos de Resistência Suburbana”* possa homenagear de forma digna e competente os herdeiros de uma tradição que merece ser valorizada.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo aproximar-se, através da investigação histórica, da vida social e das experiências cotidianas de um grande número de moradores dos arrabaldes¹ da cidade do Rio de Janeiro, priorizando analisar os particulares mecanismos de resistência, direta ou indireta, utilizados por estes indivíduos, entre os anos de 1900 a 1903.

Sabemos que, no período estudado, um profundo conjunto de transformações sócio-espaciais estiveram em curso, contribuindo para a intensificação de um processo de deslocamento populacional em direção às áreas periféricas.

As modificações impostas pelas reformas urbanas na região central geraram intervenções que só foram implementadas graças ao estabelecimento de estreitas relações de cumplicidade entre os representantes do governo federal e da municipalidade. Deste modo, ao longo de nossa pesquisa avaliamos os níveis de embates travados entre estes agentes, representantes do Estado, frente ao plural contingente populacional que deslocava-se para os subúrbios.

Demonstramos como alguns mecanismos espontâneos e outros previamente planejados de resistência afloraram na prática, no curso desta nova experiência suburbana. De que forma este “corpus social” em construção buscou desenvolver laços de identidade, redes de sociabilidade e ajuda mútua, para criar uma aparente identidade cultural em meio a tanta diversidade econômica e social.

Utilizamos como principal fonte de análise e teste para nossas hipóteses dois particulares periódicos intitulados: “*O Echo Suburbano*”, publicado durante o período inicial de Agosto a Outubro do ano de 1901, e o “*Progresso Suburbano*”, inicialmente vinculado de Março a Outubro de 1902. O recorte temporal que adotamos fora definido a partir destas fontes, correspondendo aos seus primeiros anos de publicação, nos fornecendo indícios para uma análise comparativa das realidades suburbanas.

Para propiciar os limites territoriais necessários a esta investigação histórica, delimitamos espacialmente nosso foco em parte dos bairros que compunham a antiga freguesia de Inhaúma, são eles: Todos os Santos, Engenho de Dentro, Encantado, Piedade, Quintino e Cascadura².

¹ Parte de uma cidade ou área situada na sua periferia, cercania ou arredores. No caso em questão, bairros específicos do subúrbio carioca.

² Para possibilitarmos a melhor visualização e orientação geográfica deste espaço consta no anexo deste projeto um mapa da cidade no período estudado.

ABSTRACT

This paper aims at approaching the routine of inhabitants of a part of the city of Rio de Janeiro, with a closer look at their resistance mechanisms used between 1900 and 1903. Throughout this period a number of socio-economical changes were taking place, probably forcing the population to migrate to outskirt areas. The changes imposed in the central area seem to have been established due to a bond between the federal and the city authorities. The research evaluates the impingement of state representatives and the population. The paper tries to demonstrate how resistance acts happened practically, as well as how the space of the building outskirts suburbs helped the development of identity bonds, social networks and mutual help. As a main corpus of analysis two newspapers have been used: “O Echo Suburbano” and “Progresso Suburbano”. The time slot considered in the research was defined based on the corpus chosen. In addition, the territorial limits admitted to this historical study has been focused on the suburbs which have once composed the suburb of Inhauma: Engenho de Dentro, Encantado, Piedade, Quintino and Cascadura.

KEY WORDS: Rio de Janeiro, outskirts suburbs, forced migration, resistance mechanisms, beginning of the XX century

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução | 8 |
| Capítulo I | |
| I.1 - Síntese do Processo Histórico de Formação dos Subúrbios. | 17 |
| I.2 - Importantes apontamentos para a História dos Subúrbios através do auxílio da metodologia comparativa | 36 |
| I.3 - O que entendemos por subúrbio: Outras considerações importantes sobre o tema..... | 50 |
| Capítulo II | |
| II.1 - O papel dos migrantes na formação de laços de identidades e alteridades suburbanas | 58 |
| II.2 - Os subúrbios em questão: ampliando o debate referente à construção de moradias no subúrbio | 76 |
| II.3 - Novas identidades suburbanas na luta pelo direito à cidadania..... | 91 |
| Capítulo III | |
| III.1 - As experiências suburbanas e suas peculiares formas de resistência..... | 102 |
| III.2 - Outro olhar sobre os entornos da cidade a partir dos jornais locais | 110 |
| III.3 – Os periódicos suburbanos: uma voz de protesto | 118 |
| Conclusão | 145 |
| Anexos | 148 |
| Lista de Figuras e Tabelas | 153 |
| Referências Bibliográficas..... | 155 |

INTRODUÇÃO

Por muito tempo a história das cidades foi interpretada, quase que exclusivamente, do ponto de vista das classes dominantes. Uma visão que em sua maioria partia de cima para baixo, saindo do campo institucional, dos representantes do poder vigente ou da vida de grandes personalidades históricas para procurar explicar os projetos de intervenção urbana, policial e sanitários. Temos motivos para crer que mesmo com o crescente número de novas pesquisas sobre o tema, o papel dos grupos socioeconomicamente desfavorecidos ainda não foi devidamente enfatizado, tal como prevê a perspectiva da história vista por baixo³.

Uma das premissas fundamentais deste trabalho é a de que a evolução sócio-espacial das cidades não pode ser considerada, apenas, como consequência das iniciativas “elitistas” ou de intervenções de representantes governamentais de um dado período, sendo muito mais resultado de um embate constante entre elementos e interesses antagônicos que compõe esta conjuntura urbana.

Por acreditarmos que ainda são poucos os estudos que enfatizam, através do foco na análise das experiências suburbanas e de suas formas particulares de resistência, os limites das ações do Estado frente as negociações e conflitos gerados pelas reivindicações populares. Neste trabalho procuraremos inverter esta perspectiva, acreditando ser possível fazer uma “história das experiências suburbanas vista por baixo”, no sentido de incluir os grupos populares no curso desta importante análise. Tal como sugere parte do grupo da História Social Inglesa e particularmente E. P. Thompson.

A temporalidade específica de observação histórica que adotamos (1900-1903) está recheada de exemplos destas conservadoras predileções analíticas. Muito provavelmente porque a maioria de seus autores procurou “reproduzir” satisfatoriamente o tom modernizador, que parecia soprar com maior intensidade na cidade do Rio de Janeiro nos anos posteriores à proclamação da República. Assim, muitas das pesquisas que observamos acabaram por se edificar sobre uma base concreta e abundante de documentos recém produzidos por essa nova estrutura política. Debates

³ Pretendemos com o trabalho, desconstruir a perspectiva que limita o papel de atuação dos grupos suburbanos na história da cidade do Rio de Janeiro, e adotamos assim, a posição da história vista por baixo, onde procuremos promover a inclusão dos agentes negligenciados ou “excluídos” da história oficial. Apoiados nesta corrente historiográfica, que se opõe ao tratamento promovido pela história tradicional, partiremos sempre relativizar a super valorização de figuras ilustres como generais, estadistas, etc.

Esta perspectiva se consagrou, em meio às análises historiográficas, elaboradas a partir da década de 70 sob influência da História Social Inglesa que passou a valorizar e difundir a história de grupos e indivíduos que antes não eram considerados como sujeitos da História, tidos como classes subalternas.

nos Anais da Câmara, relatórios das circunscrições policiais, das inspetorias sanitárias, são apenas alguns dos mais conhecidos exemplos deste tipo de fonte que muitas vezes podem levar um pesquisador a aceitá-las sem fazer muitas ressalvas.

Pudemos constatar que durante o período estudado houve uma acentuação no número de embates e conflitos por parte dos novos residentes da freguesia de Inhaúma, o que tornou tangível a proposta deste trabalho de identificar as divergências e convergências entre os variados grupos que agora se encontravam num espaço em acelerado processo de transformação.

Se referindo ao mesmo período em questão, a análise da professora Gladys Sabina Ribeiro alerta para o fato de que os passos da municipalidade eram bem medidos e seguidos de perto por uma platéia plural de espectadores exigentes com relação aos seus anseios. Deste modo: *“Difícil igualmente seria ignorar os movimentos de protesto da população, que não aceitava pacificamente a atuação do Estado e que exigia a obediência a direitos”*⁴.

Junto ao novo modelo de governo uma incipiente cultura política parecia aflorar criando renovados mecanismos de reivindicações. Sobre estas práticas, que muitas vezes se manifestavam pela via direta da cobrança, Gladys complementa:

*“O Estado não era usado somente na busca de interesses pessoais, existindo já alguns consensos sobre o que convencionamos chamar de sociedade civil. Procurava-se, assim, uma regulamentação mais ampliada, que contava com o auxílio de advogados para expressar aquilo que julgavam direito, e muitas vezes estes direitos não eram tradicionais; estavam sim ligados a novas realidades da cidade e do país; partiam de concepções diferenciadas que estes indivíduos foram tendo do que lhes era devido em troca do que davam ao Estado.”*⁵

Por inúmeras vezes os representantes do Poder Público ou privado viram-se obrigados a recuar, frustrando suas expectativas de modernização, em função de impasses insolúveis frente à população menos abastada. Temos ciência de que nem sempre este painel conflituoso se configurou de forma homogenia, em momentos específicos do nosso recorte temporal as forças governamentais, ou mesmo “elite patronal”, impingiram maiores vitórias perante os grupos populares. Alguns políticos, tal como o prefeito Francisco Pereira Passos, terão destaque neste panorama.

⁴ RIBEIRO, Gladys Sabina. *“Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal”*. Tempo, 2009, vol.13, no.26, p. 107.

⁵ Idem, p. 109.

Com o surgimento da figura política do prefeito⁶, canalizador das decisões político-administrativas em âmbito municipal, os esforços institucionais na tentativa de modernizar e “civilizar” a capital do país passariam a ser centralizados. Este novo cargo acaba gerando uma espécie de referência patriarcal ambígua em parte da população, que ao mesmo tempo poderia demandar uma devoção esperançosa por mudanças, ou também produzir oposição direta.

Mesmo garantindo poucos avanços sociais é evidente que a chegada de um novo regime político, assim como a própria elaboração de uma nova Constituição, em 1891, foi simbolicamente importante para marcar este momento em que, cada vez mais, à imagem da República buscava-se associar o novo e o moderno em oposição às antigas estruturas. No entanto, muitos projetos aprimorados e intensificados em meio ao novo regime político nos parecem já ter sido pensados e parcialmente implementados ainda durante a égide monárquica ou um tanto antes da gestão de Pereira Passos. Um ótimo exemplo deste movimento pode ser encontrado ao longo de nosso segundo capítulo, quando observarmos o relatório produzido pela Comissão Sanitária Imperial, sobre o *“Projeto de saneamento das habitações dos operários, proletários e empregados subalternos na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes”*, iniciado no ano de 1887, e que, a partir de 1892, se transformaria em diretriz para a confecção do Código de Posturas Municipais⁷.

No intuito de promover um conjunto significativo de intervenções urbanísticas e morais na atmosfera da cidade, almejando transformar a capital em um espelho do modelo de civilização francês, foi aprovada, em 29 de dezembro de 1902, uma lei que concedia a ampliação dos poderes do prefeito. *“A este era vetado apenas criar e elevar impostos (...) Estavam dadas as condições de execução do gigantesco e controvertido plano de reforma da Cidade”*⁸, que por sua vez também já havia sido inicialmente elaborado sobre o mando monárquico, em 1876.

Seu mandato situa-se durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), que mesmo tendo conquistando relativa estabilidade política e econômica se comparado aos seus antecessores, ainda enfrentava graves problemas sócio-espaciais, como o acentuado e desordenado crescimento urbano do período. Uma espécie de hipertrofia da região central, que já vinha ocorrendo em níveis elevados desde meados do século XIX, potencializa-se durante este

⁶ O primeiro prefeito do então Distrito Federal foi Francisco Antônio Pessoa de Barros (1889-1890), nomeado ainda durante o governo provisório do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca.

⁷ Relatório da Inspetoria de Higiene Pública consultado no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice nº 40-4-50.

⁸ PINHEIRO, Manoel Carlos, *“Pereira Passos: vida e obra”* In: OS URBANITAS, Revista de Antropologia Urbana Ano 3, vol., n.4. Disponível em <http://www.aguaforte.com/osurbanitas4/PinheiroFialho2006.html>, 2006. Acesso em 08/07/2007.

governo em função dos desdobramentos da decadência do modo de produção escravista e da maior penetração de imigrantes europeus que buscavam trabalho. A crise habitacional seria apenas um dos resultados desta conformação que acaba servindo de termômetro para detectarmos os níveis de aumento das demandas sócio-espaciais. Em um curto período de 10 anos, a partir de 1890, o número de moradores da cidade aumentou em aproximadamente 180 mil pessoas, atingindo um quantitativo de 691 mil, no ano de 1900, o que representava um aumento de 33%.⁹

Em meio a este cenário extremamente preocupante, inflamados discursos passaram a clamar por modernização a qualquer custo. Aproveitando-se desta brecha, muitos políticos, engenheiros e médicos sanitaristas seguiam adiante empunhando suas bandeiras contra o que encaravam como um estado de calamidade pública. Logo que os violentos surtos epidêmicos começaram a eclodir na mesma velocidade com que se multiplicavam as habitações coletivas, os já familiares projetos de intervenção urbana - iniciados no final do período monárquico - foram sendo postos em prática. *“Este quadro favorecia o discurso articulado dos higienistas sobre as condições de vida na cidade, os quais propunham intervenções drásticas para a restauração do equilíbrio da cidade”*¹⁰.

Entre a gama de autores que destacam com ênfase as manobras do famoso estadista Pereira Passos para pôr em prática um ambicioso plano de reformas, esposamos das interpretações de Jaime Larry Benchimol, que propõe a divisão desta administração em distintas fases. Sobre a supervisão de Giovanna Rosso Del Brenna, fora organizada a obra *“O Rio de Janeiro de Pereira Passos, Uma Cidade em Questão II”*,¹¹ onde Benchimol divide coerentemente em quatro momentos o mandato deste prefeito. Corroboramos tal perspectiva e também classificamos o período inicial, entre 1902 a 1903, como fase dos *Projetos e Estratégias*, que antecede a fase das *Demolições*¹².

Durante esta fase inicial muitos decretos passaram a vigorar, entre estes o decreto de 9 de janeiro de 1902 que proibira o comércio ambulante de leite, efetuado com o auxílio do gado bovino, a venda de miúdos de reses em tabuleiros descobertos e a comercialização de bilhetes

⁹ Análise realizada a partir das informações sobre taxas de crescimento da população, constantes do censo de 1890, e disponíveis no site do IBGE, link: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/populacao/crescimento.shtm. Acesso em 17/06/2008.

¹⁰ PINHEIRO, Manoel Carlos, *“Pereira Passos: vida e obra”*. In: OS URBANITAS, Revista de Antropologia Urbana Ano 3, vol., n.4. Disponível em <http://www.aguaforte.com/osurbanitas4/PinheiroFialho2006.html>, 2006. Acesso em 08/07/2007, p. 6.

¹¹ BENCHIMOL, J. L. *“A Modernização do Rio de Janeiro”*. In: BRENNA, G. (org.). *“O Rio de Janeiro de Pereira Passos, Uma Cidade em Questão II”*, Rio de Janeiro, PUC/RJ, 1985, p. 599-611.

¹² Segundo BENCHIMOL as fases da Administração Pereira Passos são divididas em quatro. De 1902-1903, seria a fase dos *Projetos e Estratégias*; em 1904 - *O ano das Demolições*; 1905 - *Repressão e Consenso*; e 1906 - *O Ano das Inaugurações*.

lotéricos em ruas, praças e bondes. Outro decreto estratégico suspendia as construções e obras de reforma, sem licença da Prefeitura, em 15 freguesias da cidade. O decreto de 11 de abril de 1903 regulou a “apanha e extinção de cães vadios”, além de outras proibições, tais como: fim das esmolas nas ruas, pingentes e cuspidura nos bondes e da criação de porcos no Distrito Federal.

Será em meio a este período de planejamento que novos decretos passariam a dar suporte jurídico-legislativo a tentativa de afastar da região central da cidade os “tipos indesejados”, coibindo hábitos e costumes até então tradicionais entre os populares. Ações cercadas sempre por intensos debates, públicos e privados.

As matérias veiculadas na imprensa, bem como o esforço de definição e classificação dos tipos indesejados presentes nos relatórios policiais, revelam representações intimamente relacionadas aos mecanismos de exclusão e de construção das concepções de cidadania. Com efeito, são nas entrelinhas que “lemos” a legitimação da exclusão.¹³

Pelo apresentado, o período que vai de 1900 a 1903 nos parece ser simbolicamente representativo dos primeiros anos de atuação da figura de prefeitos à frente do regimento da urbe, evidenciando a tentativa de continuidade de um processo que previa a segregação sócio-espacial de parte considerável da população. No entanto, nossa análise não se concentrará exclusivamente em uma visão institucional produzida a partir do governo do prefeito Passos, já que também pretendemos contribuir para a desmistificação do paradigma - que ainda hoje vigora - sobre a figura do governo “pioneiro e revolucionário” deste prefeito. Indiretamente, ao longo deste trabalho, procuramos mostrar que Pereira Passos, apesar de todo seu inegável destaque, apresentou-se como mais um adepto da antiga política conservadora, que apenas previa a continuação de um projeto já em curso desde o início da república, principalmente a partir da administração do prefeito Cândido Barata Ribeiro.

Para melhor nos aproximarmos dos conflitos inerentes a este contexto histórico, executamos a cuidadosa leitura de dois anos de publicação dos periódicos suburbanos “*O Echo Suburbano*” e “*Progresso Suburbano*”. Onde, através do cruzamento dos dados jornalísticos com os elementos bibliográficos referentes ao período, pudemos chegar ao término desta empreitada a uma satisfatória análise comparada da realidade social dos moradores suburbanos. Deste modo, nosso principal objetivo foi promover uma minuciosa análise das fontes, aspirando apreender recursos para a produção de uma interpretação historiográfica sobre as experiências

¹³ SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira “*Os homens da ordem e a ordem dos homens: Cidadania e exclusão social (1895-1920)*” In: XII Encontro Regional de História - Anpuh-Rio 2006, p. 5.

cotidianas dos plurais agentes suburbanos que na época igualmente buscavam melhores condições de trabalho e vida.

Por mais que tivéssemos a clara pretensão de produzir uma história das experiências de parte dos moradores da freguesia de Inhaúma, mesmo assim, é pertinente frisar que nossa ambição não foi contemplar a história dos subúrbios como um grande todo. Deste modo, entendemos ser fundamental delimitarmos e historicizarmos a região do subúrbio onde focamos nossa investigação.

A Freguesia de Inhaúma foi uma das mais importantes freguesias rurais do Rio de Janeiro, criada no ano de 1743, a partir de uma subdivisão da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. No período de sua criação esta região contava com diversas fazendas, destacando-se as do Engenho Novo e do Engenho da Pedra e, posteriormente, o Engenho de Dentro.

Integrando-se a estrutura agro-exportadora da cidade, a região passaria a fornecer o resultado de sua produção - por meio de grandes lavouras - que seguiam para o principal porto de exportação do país, situado no perímetro central.

No litoral da freguesia, muito antes da atual Avenida Brasil, os mangues ao entorno do porto de Maria Angu já apresentavam intensa movimentação de embarcações e cargas. Por terra, existia a Estrada de Santa Cruz, construída pelos jesuítas, que também servia de ligação com São Paulo e Minas Gerais.

“Inhaúma sempre se caracterizou por sua intensa atividade econômica, inicialmente ligada à produção agrícola, através do cultivo da cana de açúcar e do plantio de mudas de café, incorporados ao fornecimento de gêneros alimentícios que eram levados à feira da Praça XV através de barcas, que ali chegavam após navegarem pelos rios Jacaré, Faria e Timbó, donde acessavam o Porto de Maria Angu, às margens da Baía de Guanabara.”¹⁴

O processo histórico de transformação de parte considerável destas antigas freguesias rurais em bairros suburbanos ocorreu em sua maioria ao longo do período que vai de 1870 a 1930, em momentos, ritmos e direções particularmente diferentes. Sobre este processo, nosso trabalho se aprofundará, principalmente a partir do primeiro capítulo, na tentativa de entender as particularidades históricas da construção do conceito carioca de subúrbio.

Em grande parte as transformação submetidas a esta região foram favorecidas pela implantação de um pioneiro sistema de transporte ferroviário. Seus respectivos eixos acabaram

¹⁴ BRASIL, Gerson, *“História das Ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil”*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p 314.

por delinear o direcionamento da ocupação espacial das duas grandes áreas suburbanas - a da Central e a da Leopoldina.

Concomitantemente ao trem, surgiam novos arruamentos e linhas de bondes acompanhando a velocidade das mudanças daquele período. Um crescente número de concessões de obras eram dadas a empresas privadas, para que estas se encaregassem de instalar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de parte da cidade: transporte, água, iluminação, gás, esgoto, etc. Torna-se necessário ressaltar a importância desta infra-estrutura, assim como da disponibilização de bondes e trens, pois de certa forma, estes mecanismos condicionam o tipo de ocupação e de moradias em determinadas regiões suburbanas.

No entanto, ainda no final do século XIX, ao mesmo tempo em que crescia a necessidade de modernização para atender a demanda da produção cafeeira, intensificavam-se as reivindicações populares na busca de integração a uma nova forma de cidadania no pós-abolição. A presença abundante de ex-escravos se fazia sentir a longa data, não somente pelo caráter agrário da região, mas também porque muitos escravos fugidos procuraram abrigo nos quilombos dos arredores da Serra dos Pretos-Forros¹⁵.

Mesmo sem resolver o grave problema da inclusão social, a campanha rumo ao que se convencionou chamar de “progresso republicano” não tardou a avançar. Ao cumprir um ano exato da assinatura da Lei Áurea seria inaugurada, no dia 13 de maio de 1889, a estação ferroviária do Méier.

Os subúrbios também deveriam absorver, tal como sugere Flávio Gomes¹⁶, parte daquela mão de obra que: “... viviam supostamente inclinados ao crime, (...) sobre péssimas condições de vida na cidade, marcada pelos problemas de saneamento e epidemias, pela falta de escolas e pelas políticas públicas discriminatórias de uma elite política.”

Para o autor cima a ampliação da proposta de ocupação proletária dos bairros suburbanos complementava o projeto de substituição do trabalho escravo pelo assalariado, já que: “Eliminava-se o escravo, mas inventava-se o negro/preto como uma marca social negativa. Libertava-se o trabalhador e instituía-se legalmente a idéia de “vadiagem” para controlá-lo”.

Porém, não foram somente os negros, ex-escravos ou não, nem tampouco exclusivamente a população pobre que passaria ser a protagonista principal desta nova realidade suburbana. Também identificamos nesta mesma época o aparecimento de um forte e diversificado comércio

¹⁵ Nome dado ao morro na localidade do bairro da Água Santa, um divisor natural entre os bairros de Jacarepaguá (Zona Oeste) e do Grande Méier (Zona Norte). É um dos setores do Maciço da Tijuca.

¹⁶ GOMES, Flávio e ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. “A igualdade que não veio” In: Revista História Viva, São Paulo, 01 Maio 2008, p. 62-67.

local, em sua maioria pertencentes a proprietários estrangeiros, majoritariamente portugueses. Os antigos fazendeiros também passaram a dividir o espaço com um número cada vez maior de operários, tais como os das oficinas de trens do Engenho de Dentro, inauguradas em primeiro e dezembro de 1871, além de militares e outros profissionais liberais.

Por tudo isso, temos motivos para crer que *“apesar do remanejamento populacional havido na cidade em consequência da reforma, e de parte dos moradores que perderam suas casas terem se deslocado para os subúrbios, (...), não se estabeleceu uma segmentação do espaço urbano, em termos de ocupação, essencialmente entre ricos e pobres.”*¹⁷

O crescimento dos subúrbios não era um processo isolado, na verdade ele refletia um contexto de crescimento vivenciado em toda a Capital Federal. No entanto, diferenças significativas com relação ao peso conferido as obras e melhoramentos governamentais nessa região periférica já eram sentidos.

Enquanto o contingente populacional crescia gerido por um projeto político extremamente desigual algumas das áreas da cidade permaneciam inalteradas. No ano de 1889 a edição do famoso Almanaque Laemmert apresentava em sua página de número 399 a divisão geográfica do município. Em uma parte intitulada *“Repartições Municipais e Freguesias suburbanas do Município Neutro”* constava nos seguintes termos:

“O Município Neutro tem 13 Paróchias urbanas e 8 suburbanas.

As Paróchias urbanas: Candelária, Engenho-Novo, Espírito-Santo, Gávea, Glória, Sacramento, Sant’Anna, Santo Antonio, Santa Rita, São Cristovão, São Francisco Xavier do Engenho Velho, são João batista da Lagoa e São José.

As Paróchias suburbanas são: Campo-Grande, Guaratiba, Ilha do Governador, Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Paquetá e Santa-Cruz (Curato)”

Vale ressaltar novamente que de todas as oito freguesias suburbanas indicadas, nossa pesquisa esteve voltada apenas para a de Inhaúma, onde procuramos identificar e confrontar as nossas hipóteses com as informações extraídas dos periódicos *“O Echo Suburbano”* e *“Progresso Suburbano”*. Para tal, organizamos nossa dissertação em três capítulos que se integram na busca de um caminho investigativo sobre as experiências de resistência suburbana.

O capítulo inicial apresentamos um breve panorama do processo histórico de formação dos subúrbios, em particular da freguesia de Inhaúma, e também promovemos um sintético debate conceitual sobre o conceito de subúrbio.

¹⁷ PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. *“A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século”*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH; Marco Zero, vol. 5, n. 8/9, set. 1984/abr. 1985”. p. 87.

No capítulo segundo procuramos entender melhor quem eram e como viviam os moradores dos bairros periféricos estudados, as possibilidades reais de resistência e o grau de inter-relações estabelecidas em meio a toda pluralidade de experiências.

Na última parte focaremos na análise dos jornais, por meio de um qualificado exame historiográfico sobre o conteúdo destes, principalmente da parte referente às reclamações e reivindicações por melhorias na prestação de serviços públicos, assim como os convites de convocações de reuniões e assembléias. As leituras destes periódicos suburbanos nos revelaram importantes pistas sobre as estratégias de sobrevivência daqueles moradores. Ao término desta pesquisa passamos a acreditar que nossas fontes nos ajudaram a melhor compreender as condições de vida e as demandas por moradia, alimentação, educação, lazer e até mesmo a multiplicidade e os conflitos existentes dentro do lócus suburbano.

Durante todo desenvolvimento do trabalho, comprometemo-nos a tomar o devido cuidado para não absolutizarmos as relações sociais e nem colocarmos os grupos populares em um papel romanticamente combativo, ou tampouco, meramente passivo frente à égide estatal. Acreditamos que o bom desenvolvimento desta pesquisa se deu pelo fato de tomarmos os processos sociais em questão e suas implicações como frutos de um contexto histórico de sucessivas lutas, onde um determinado grupo não estabelece nunca um painel de hegemonia total, tal como nosso arcabouço teórico thompsoniano sugere. Especialmente em sua análise sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson¹⁸ assegura que onde houver controle, sempre haverá resistência, agitação e acomodações, expressas por meio de conflitos e presentes em qualquer relação em que existam exploradores.

Por tudo, esta dissertação se propôs a aprofundar o estudo sobre o cotidiano destes agentes que, em algum momento, se deslocaram para Inhaúma e tiveram que ressignificar seus laços de identidade sócio-espaciais em um constante movimento de resistência.

¹⁸ THOMPSON, E. P. *“A formação da classe operária inglesa”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Capítulo I

I.1 - Síntese do processo histórico de formação dos subúrbios

“Os subúrbios do Rio de Janeiro são a mais curiosa coisa em matéria de edificação da cidade. A topografia do local, caprichosamente montuosa, influiu decerto para tal aspecto, mais influíram, porém, os azares das construções.

Nada mais irregular, mais caprichoso, mais sem plano qualquer, pode ser imaginado. As casas surgiram como se fossem semeadas ao vento e, conforme as casas, as ruas se fizeram. Há algumas delas que começam largas como boulevards e acabam estreitas que nem vielas; dão voltas, circuitos inúteis e parecem fugir ao alinhamento reto com um ódio tenaz e sagrado.

Às vezes se sucedem na mesma direção com uma freqüência irritante, outras se afastam, e deixam de permeio um longo intervalo coeso e fechado de casas. Num trecho, há casas amontoadas umas sobre outras numa angústia de espaço desoladora, logo adiante um vasto campo abre ao nosso olhar uma ampla perspectiva.

Marcham assim ao acaso as edificações e consequentemente o arruamento. Há casas de todos os gostos e construídas de todas as formas.

Vai-se por uma rua a ver um correr de chalets, de porta e janela, parede de frontal, humildes e acanhados, de repente se nos depara uma casa burguesa, dessas de compoteiras na cimalha rendilhada, a se erguer sobre um porão alto com mezaninos gradeados. Passada essa surpresa, olha-se acolá e dá-se com uma choupana de pau-a-pique, coberta de zinco ou mesmo palha, em torno da qual formiga uma população; adiante, é uma velha casa de roça, com varanda e colunas de estilo pouco classificável, que parece vexada e querer ocultar-se diante daquela onda de edifícios disparatados e novos.

Não há nos nossos subúrbios coisa alguma que nos lembre os famosos das grandes cidades européias, com as suas vilas de ar repousado e satisfeito, as suas estradas e ruas macadamizadas e cuidadas, nem mesmo se encontram aqueles jardins, cuidadinhos, aparadinhos, penteados, porque os nossos, se os há, são em geral pobres, feios e desleixados.

Os cuidados municipais também são variáveis e caprichosos. Às vezes, nas ruas, há passeios, em certas partes e outras não; algumas vias de comunicação são calçadas e outras da mesma importância estão ainda em estado de natureza. Encontra-se aqui um pontilhão bem cuidado sobre o rio seco e passos além temos que atravessar um ribeirão sobre uma pinguela de trilhos mal juntos.

Há pelas ruas damas elegantes, com sedas e brocados, evitando a custo que a lama ou o pó lhes empanem o brilho do vestido; há operários de tamancos; há peralvilhos à última moda; há mulheres de chita; e assim pela tarde, quando essa gente volta do trabalho ou do passeio, a mescla se faz numa mesma rua, num quarteirão, e quase sempre o mais bem posto não é que entra na melhor casa.

Além disto, os subúrbios têm mais aspectos interessantes, sem falar no namoro epidêmico e no espiritismo endêmico; as casas de cômodos (quem as suporia lá!) constituem um deles bem inédito. Casas que mal dariam para uma pequena família, são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos, alugados à população miserável da cidade. Aí, nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino.

Não se podem imaginar profissões mais tristes e mais inopinadas da gente que habita tais caixinhas. Além dos serventes de repartições, contínuos de escritórios, podemos deparar velhas fabricantes de rendas de bilros, compradores de garrafas vazias, castradores de gatos, cães e galos, mandingueiros, catadores de ervas medicinais, enfim, uma variedade de profissões miseráveis que as nossas pequena e grande burguesias não podem adivinhar. Às vezes num cubículo desses se amontoa uma família, e há ocasiões em que os seus chefes vão a pé para a cidade por falta do níquel do trem.

Ricardo Coração dos Outros morava em uma pobre casa de cômodos de um dos subúrbios. Não era das sórdidas, mas era uma casa de cômodos dos subúrbios.

Desde anos que ele a habitava e gostava da casa que ficava trepada sobre uma colina, olhando a janela do seu quarto para uma ampla extensão edificada que ia da Piedade a Todos os Santos. Vistos assim do alto, os subúrbios têm a sua graça. As casas pequeninas, pintadas de azul, de branco, de oca,

*engastadas nas comas verde-negras das mangueiras, tendo de permeio, aqui e ali, um coqueiro ou uma palmeira, alta e soberba, fazem a vista boa e a falta de percepção do desenho das ruas põe no panorama um sabor de confusão democrática, de solidariedade perfeita entre as gentes que as habitam; e o trem minúsculo, rápido, atravessa tudo aquilo, dobrando à esquerda, inclinando-se para a direita, muito flexível nas suas grandes vértebras de carros, como uma cobra entre pedrouços...*¹⁹

Este pequeno fragmento de uma das mais conhecidas obras do escritor Lima Barreto acaba por nos brindar com detalhada descrição acerca do modo de viver em parte dos subúrbios nas primeiras décadas do século XX.

O texto retrata, através de uma narrativa descritivista, a visão de um dos mais ilustres moradores do bairro de Todos os Santos sobre um peculiar momento da formação dos subúrbios. Ao identificar algumas características marcantes deste processo uma nos parece ter mais evidência, a grande diversidade de habitantes e moradias pertencentes aos mais distintos grupos sociais.

Buscando melhor entender as origens desta espécie de “miscigenação suburbana”, que acabou por imprimir a mais característica das marcas desta grande área, passamos agora a produção de um contextualização para tratarmos especificamente da construção dos subúrbios, no caso carioca. Assim, faz-se necessário retrocedermos às Freguesias de Inhaúma e Irajá, durante o primeiro quartel do século XVIII, e adotá-las como ponto de partida para a compreensão da nossa pesquisa. Pois nesta região localizavam-se as primeiras freguesias rurais, que posteriormente emergiram como os embrionários subúrbios cariocas.

*“A partir de 1661, pouco depois de se institucionalizar como Freguesia, Irajá começou a ser desmembrada, dando origem a inúmeras freguesias rurais que, mais tarde, antes mesmo da divisão em distritos de 1867, se transformaram em bairros: Jacarepaguá, desmembrado em 06 de março de 1661; Campo Grande, desmembrado em 1673; Inhaúma, em 27 de janeiro de 1743, e Engenho Velho, em 1795”.*²⁰

Neste ponto do nosso trabalho promovemos uma rápida contextualização acerca do papel da Capitania Fluminense, procurando compreender e, possivelmente, enquadrar o processo histórico de formação dos subúrbios de forma integrada a análise da atividade agrária - predominantemente praticada nestas freguesias rurais. Que abasteciam não só os braços locais, mas também um grande número de navios estrangeiros que atracavam em seus portos, assim como fomentavam todo o arcabouço da empresa colonial.

¹⁹ Retirado da segunda parte do Capítulo II: “Espinhas e flores”, da Obra *Triste Fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto.

²⁰ ABREU, Mauricio de Almeida, “*A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*”. RJ: IPLANRIO/ ZAHAR, 1988. p 78.

Desde primeiro de janeiro de 1502 - marco histórico da inaugural expedição portuguesa de exploração e reconhecimento da Baía de Guanabara - até 1534, quando D. João III dividiu o Brasil em capitanias hereditárias concedendo terras loteadas a Martim Afonso de Sousa, muito pouco se modificou na estrutura - assim como na prática - de utilização e domínio desta Capitania.

O malogro na política de ocupação da área em questão e o desinteresse da Coroa com a mesma favoreceram a invasão da Guanabara no ano de 1555, na qual os franceses comandados por Nicolau Durand de Villegaignon tomaram para si algumas ilhas desta Baía, ambicionando a fundação de uma colônia ultramarítima que viria a ser conhecida como a França Antártica.

Buscando a manutenção do território invadido, os franceses aliaram-se aos índios Tamoios, ameaçando ainda mais a reconquista e posterior domínio português desta região.

Na busca por recuperar seu território Portugal, após consecutivas guerras sem o êxito desejado, estabelece uma importante união com os nativos conhecidos como Temiminós, históricos inimigos dos Tamoios, buscando ainda em outras capitanias: Bahia, Espírito Santo e São Vicente o apoio para reaver definitivamente seu território.

Em janeiro de 1567, trava-se uma batalha decisiva, concentrada no forte Uruçumirim (atual Outeiro da Glória) onde os franceses abandonam suas instalações vindo a sucumbir consecutivamente em outras fortificações até seu último reduto, o Forte de Paranapecu (situado na Ilha do Governador). A batalha final deixa como única possibilidade o retorno dos invasores à França.

Após a campanha bem sucedida de reconquista do território fluminense Mem de Sá retornará, em 1568, para a capital da Colônia, na cidade de Salvador, deixando em seu lugar, após a morte de Estácio de Sá²¹, outro sobrinho, Salvador Correia de Sá, no controle da administração da vila de São Sebastião do Rio de Janeiro.

O principal núcleo de povoamento se interiorizava, transferindo-se do morro Cara de Cão para o morro do Castelo, buscando um local mais seguro para se desenvolver, neste caso, nos entornos da fortificação de São Januário que passa a proporcionar, a partir de 1567, condições seguras para o desenvolvimento da capitania. Construída com grandes pedras que lhe imprimiam um aspecto de castelo medieval a fortificação, assim como o morro que a sustentava passariam a ser o espaço principal a se urbanizar e dialogar com os entornos da futura cidade.

²¹ No combate de Uruçumirim, Estácio de Sá foi mortalmente ferido no rosto por uma flecha envenenada, vindo a falecer um mês depois.

A preocupação com as concretas condições de desenvolvimento e expansão colonial neste território eram inegáveis. A segurança vigorava ante as principais questões a ponto de em 1585, o Padre José de Anchieta relatar, por carta, as condições da cidade, dizendo estar o Rio de Janeiro bem protegido não só pela Fortaleza de São Sebastião, mas por várias outras, entre as quais se destacava a de Nossa Senhora da Guia, construída no ano anterior por Salvador de Sá. A condição defensiva retratada por Anchieta à Coroa Portuguesa também foi responsável por conter outros invasores como no caso de Olivier Van Noort, desta vez um holandês que pretendia entrar na Baía da Guanabara no ano de 1599.

Os limites da Guanabara alargavam-se através das sesmarias doadas por Estácio de Sá aos jesuítas em 1565, compondo parte significativa da zona rural da cidade e englobando o extenso Vale de Inhaúma, que futuramente foi dividido em duas freguesias, Irajá e Inhaúma, onde encontrariam-se instaladas importantes propriedades agrícolas - cerca de 40 fazendas voltadas para o abastecimento interno, assim como 15 engenhos²².

Para promover definitivamente o povoamento do território fluminense, mais sesmarias foram distribuídas por todo o sertão “carioca” começando a surgir em quantidades maiores engenhos de açúcar, lavouras e curtumes. Logo, como aponta Brasil Gerson, “*onde houvesse uma pequena comunidade, aparecia uma capelinha, a fim de que os colonos pudessem cumprir seus deveres de católicos*”.²³

Dentro de um curto período de tempo o espaço da cidade começa a crescer para além dos limites do morro do Castelo, assim como para além da região central, e espalhar-se por áreas de várzea e charnecas. Com a ampliação da mão-de-obra escrava, predominantemente indígena neste momento do século XVI, mas tendo em vista o quadro da chegada dos africanos para trabalhar no crescente número de engenhos, segundo estimativa de Anchieta, a população do Rio de Janeiro e arredores até o séc. XVII era composta por 3.850 habitantes, sendo 3.000 índios, 750 brancos e 100 a²⁴.

Através da concessão de vasto número de terras aos jesuítas estes as sublocavam, arrendando pequenas porções, para que fossem instaladas nestas futuras lavouras e um grande número de chácaras e sítios, assim os jesuítas ampliavam sua renda e engrossavam a produção e a economia local.

²² SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. “*As Freguesias do Rio Antigo*” Ed. Cruzeiro, Rio de Janeiro 1965, p. 74-76.

²³ GERSON, Brasil. “*História das ruas do Rio*”. 5 ed. remodelada e definitiva, Lacerda Ed. 2000, p. 314.

²⁴ SOARES, Mariza de Carvalho. “*Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 65.

As três principais fazendas pertencentes originalmente ao domínio jesuíta estavam divididas entre Engenho Velho, Engenho Novo e São Cristóvão, mais próxima do centro urbano.

Enquanto a economia agrária e a organização social cresciam dentro dos domínios da América Portuguesa temos no plano internacional a junção das coroas de Portugal e Castela, iniciando a União Ibérica. Contudo os seus respectivos domínios coloniais se mantiveram separados e independentes do ponto de vista administrativo.

A partir de 1599, ataques estrangeiros, principalmente holandeses, se intensificam permanecendo numericamente concentrados no eixo nordeste contribuindo, desta forma, com a idéia de se promover um deslocando político e econômico da administração colonial para a região sudeste da colônia.

Ainda dentro deste contexto de unificação Ibérica, membros provenientes das elites econômicas e políticas da Capitania Fluminense puderam se associar através de crescentes laços e relações sociais, com a fidalguia européia. Ao término da União Ibérica as elites coloniais brasileiras passam a gozar de mais privilégio - em função de relações matrimoniais estabelecidas principalmente com membros da monarquia espanhola.

A partir da restauração portuguesa de 1640 a Coroa passa, cada vez mais, a depender economicamente das elites coloniais brasileiras para se reerguer e ocupando um papel central nesta conjuntura teremos a capitania do Rio de Janeiro, favorecida economicamente por Portugal devido aos constantes ataques e conquistas de territórios nordestinos por invasores ingleses, franceses e holandeses.

A criação da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá em 1664, pelo padre Antônio Martins Loureiro, retrata bem a necessidade de novas áreas produtoras de gêneros agrícolas, tanto para o abastecimento interno da colônia, quanto para atender aos interesses agro-exportadores metropolitanos. É também neste contexto que o papel das freguesias rurais, como abastecedoras de gêneros alimentícios, ampliava-se gradualmente devido ao aumento no número de expedições e migrantes destinado a esta capitania.

Data dos primeiros anos do século XVIII a construção de um novo e importante engenho jesuíta (1707), assim como de uma capela dedicada a São Miguel e Nossa Senhora da Conceição (da década de 1720). Esta região, porta de entrada para as freguesias de Inhaúma e Irajá, seria mais tarde conhecida como Engenho Velho. Na vastíssima área pertencente a este engenho, os gêneros que mais se destacavam eram as lavouras de milho, mandioca, frutas e hortaliças, assim

como os canaviais distribuídos em torno de uma praça que ia desde a Praia Pequena, em Benfica, até o futuro limite com o Engenho de Dentro.²⁵

Ainda no início do século XVIII, após mais uma rápida investida francesa, em 1711, a cidade não consegue se opor aos homens comandados por René Duguay Trouin, concretizando-se a segunda invasão francesa ao Brasil, seguido por uma contundente resposta militar fluminense. Cria-se para reforçar a defesa desta região da Saúde e Gamboa a Fortaleza da Conceição construída em 1713.

Uma guinada ainda maior com relação à autonomia administrativa da praça fluminense ocorre durante o governo de Gomes Freire (1733 a 1763), quando a capitania do Rio de Janeiro passa a conquistar, gradativamente, uma independência em relação ao governo Geral da Colônia, situado em Salvador, sobretudo depois da criação do Tribunal da Relação, em 1751, conferindo total independência jurídica ao Rio de Janeiro.

Acompanhando o crescimento político, teremos um crescimento populacional da região sudeste onde, já no início do século XIX, estimava-se que a população da Colônia estivesse, aproximadamente, entre 1,5 milhão e 2 milhões de pessoas. Destas, 20,5% estariam concentradas em Minas Gerais, 18,5% na Bahia, 15,4% em Pernambuco, 13,8% no Rio de Janeiro, 7,5% em São Paulo e 24,3% espalhavam-se pelas outras capitanias. Estes dados nos possibilitam analisar o importante crescimento sofrido pelas capitanias do centro sul entre o fim do governo de Luiz Vahia Monteiro e a entrada de Gomes Freire, que foi uma das figuras políticas mais conciliadoras e influentes na região sudeste.

Somadas, as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais detinham 41,8% da população da Colônia, contra 33,9% de Pernambuco e Bahia juntas. Estes dados se tornam mais interessantes ao constatarmos que Gomes Freire além de governador da capitania fluminense por mais de 30 anos, também conquistou o governo das capitanias de São Paulo, Minas Gerais, assim como fundou em 1737 a vila de Porto Alegre na capitania do Rio Grande de São Pedro, que mais tarde passaria a ser conhecida como Rio Grande do Sul.

“O governo de Gomes Freire pode ser considerado um ‘divisor de águas’ no Rio de Janeiro, já que se iniciou, a partir de então, uma grande expansão econômica, urbana e administrativa na região, com o surgimento de novas áreas ocupadas e a realização de diversas obras públicas em decorrência do crescimento da cidade. Além da importância de Gomes Freire

²⁵ SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. *“As Freguesias do Rio Antigo”*. Ed. Cruzeiro; Rio de Janeiro, 1965, p. 76.

*para a capitania fluminense, sua atuação foi também de extrema relevância para as demais capitanias do centro-sul, que se encontravam, direta ou indiretamente, administradas por ele...*²⁶

A centralização no governo das capitanias da parte sul anunciava novas tendências na administração colonial, que seriam mantidas mesmo em meio à ascensão de Pombal como ministro da Coroa portuguesa. Em 1763, ao término do governo de Gomes Freire, a cidade foi elevada à condição de Capital da Colônia e sede do vice-reinado português.

A presença da sede do vice-reinado, de 1763 a 1808, na cidade do Rio de Janeiro modificou não apenas o campo administrativo, como estimulou também a busca de uma vida social e política mais intensa. Surgem, a partir de 1767, os primeiros teatros da cidade: a Casa da Ópera, do Padre Ventura, e o teatro de Manuel Luís.

No panorama do segundo quartel do século XVIII uma série de intervenções urbanas acompanhavam a evolução política da cidade, conforme retratava o vice-rei Marques do Lavradio (1769-1778), informando a seu sucessor Don Luiz de Vasconcelos e Souza que, com o apoio de comerciantes locais um grande número de melhorias havia se processado na cidade. Entre estas melhorias o Marquês aponta para a construção de duas fontes públicas, muitas pontes, abertura e conserto de caminhos, aterramento de pântanos, criação de currais e matadouros pela cidade.²⁷

Deste modo endossamos o caminho interpretativo levantado por Jaime Benchimol, onde o autor afirma que: *“sob a tutela do poder metropolitano, as melhorias urbanas eram incorporadas à cidade por obra comum dos grandes proprietários rurais, os ‘homens bons da terra’, e dos comerciantes ambos irmanados pela condição de senhores de escravos, a dualidade básica da sociedade colonial”*²⁸.

Por volta de 1759, tem início a campanha de desmonte dos domínios territoriais jesuíticos. As fazendas e engenhos da zona rural se repartem em sua maioria em pequenas e confortáveis chácaras nos arrabaldes próximos a cidade em expansão. Neste processo se originam, de forma incipiente, o que futuramente seriam as zonas norte e sul da cidade, junto a uma gradual concentração populacional nestas terras. Ainda no mesmo período surgem as freguesias de São Cristóvão e Botafogo, igualmente procuradas pela população.

Com a expulsão das ordens jesuítas das capitanias brasileiras a maior parte dos seus engenhos seriam postos em leilão. Parte significativa do Engenho Novo passaria a se chamar

²⁶ RIBEIRO, Mônica da Silva. *“As Intervenções Urbanas de Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro”*. Revista Intellectus, Ano 3, Vol II. In: Tradição e modernidade no mundo ibero-americano, 2004, Rio de Janeiro, p. 12.

²⁷ BENCHIMOL, Jaime *“Pereira Passos, Um Haussmann Tropical: As Transformações Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro No início do Século XX”*. Dissertação de Mestrado em Ciências, COPPE/UFRJ, 1982. p. 87.

²⁸ Idem, p. 88.

Quinta dos Duques, devido à aquisição desta região pela família do Duque-Estrada de Itaboraí. Esta mesma família enviaria, em 1815, um requerimento a Dom João VI pedindo a concessão das terras devolutas circunvizinhas – atualmente conhecida como Mangueiros – não sendo totalmente atendidos pelo monarca ao ganharem apenas duzentas braças deste mesmo território.

Em meio à nova área recebida pela família Duque-Estrada encontrava-se parte do rio Faria, um estratégico braço de escoamento de mercadorias armazenadas no trapiche da antiga Estrada Real de Santa Cruz (atual Avenida Dom Elder Câmara), que seguiam em canoas e embarcações maiores até os portos da Baía de Guanabara onde, finalmente, destinar-se-iam a região central da cidade.

*“No entanto, em 1873, a freguesia de Inhaúma perdeu uma parcela de aproximadamente 1/3 do seu território original. Tal parcela foi desmembrada de Inhaúma e, juntamente com duas outras partes retiradas da freguesia do Engenho Velho e de São Cristóvão, passou a fazer parte da freguesia do Engenho Novo, fundada pelo decreto nº 2.335 de 2 de agosto daquele ano”*²⁹

A Paróquia do Engenho Velho teria seu território dividido, em um período posterior, entre São Cristóvão e Espírito Santo, durante os anos de 1856 e 1865 respectivamente. Após sua fragmentação passou a constituir uma zona de fazendas, sítios e casas de campo ocupando uma posição privilegiada como produtora de gêneros alimentícios até, aproximadamente, o ano de 1870.

No crescente movimento econômico e social do setecentismo carioca temos a elevação da freguesia de São Tiago de Inhaúma, antes pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Apreciação do Irajá, à categoria de primeira freguesia rural do Rio de Janeiro³⁰.

“Inhaúma era a mais importante paróquia rural ou suburbana, com comércio regular e manufaturas de couro e barro, principalmente. A atividade agrícola envolvia a lavoura de arroz, milho, feijão, batata, legumes e frutas variadas.

No início do século XVII, eram proprietários das terras de Inhaúma os padres jesuítas que cultivavam cana de açúcar na área do Engenho Novo. O vale de Inhaúma abrangia uma área extensa e fértil lavrada por escravos e rendeiros. Estendia-se para os sertões, abrangendo também o Andaraí e o Engenho Novo. A produção de açúcar continuou sendo importante até o século XIX”.³¹

O atual bairro suburbano de Irajá, que teve origem através das sesmarias doadas pela Coroa Portuguesa fora posteriormente subdividido em grandes fazendas. Teve entre seus

²⁹ SANTOS, Joaquim Moura dos. “Contribuição ao Estudo da História do Subúrbio do Rio de Janeiro: a Freguesia de Inhaúma de 1743 a 1920”. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em História, IFCS/UFRJ, 1987, p. 19.

³⁰ Idem, p. 48.

³¹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer “História do Rio de Janeiro: Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro”. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 87.

primeiros proprietários o fundador da Igreja da Candelária, em 2 de abril de 1644, Antônio Martins Loureiro e Gaspar da Costa, cujo filho, em 30 de dezembro de 1644, instituiu a Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá sendo também seu primeiro vigário, em 1647³².

A produção da região, incluindo frutas e hortaliças, era transportada através dos portos situados na foz do Rio Irajá – na época navegável – pelo qual atingia-se a Baía da Guanabara.

Em 1625, o Campo de Irajá foi reconhecido como pertencente à Câmara Municipal e em 1775, havia ali cerca de 13 engenhos que produziam grande quantidade de açúcar e aguardente, entre os quais destacam-se os de Sacopema, Portela, Bráz de Pina entre outros.

*“A lavoura da paróquia de Irajá era a mais importante da cidade, e produzia frutas, batatas e hortaliças. Sobreviveram durante o século XIX grandes proprietários, existindo, no final do século, pelo menos seis grandes latifúndios. O comércio varejista era bem desenvolvido”.*³³

O bairro de Inhaúma, que já foi uma aldeia de índios Tamoios antes do governador Estácio de Sá passar as terras para posse dos Jesuítas, era um dos principais portos do Rio de Janeiro. Neste local eram recebidos os produtos agropecuários vindos do mar ao descer os rios de Pavuna e Meriti, sendo estas atividades concentradas nos portos dos Engenhos da Pedra, da Rainha, Quinta de Santana e da Fazenda do Capão do Bispo.

*“De 1889 para cá Inhaúma começou a progredir dia a dia, e edificando-se em vários pontos da vasta e populosa freguesia confortáveis prédios que podem competir com os melhores das freguesias urbanas. Foram retalhados os terrenos antigas fazendas que aqui ainda existiam (...)”*³⁴

O proprietário do Engenho da Rainha, o coronel Antônio Joaquim de Souza Pereira Botafogo era incentivador do comércio na região e da venda de terras em lotes a prestações. Foi também o coronel que doou a terra para a construção do cemitério, abriu várias ruas e até uma praça, que ainda hoje leva o seu nome: Praça Botafogo (atual bairro Fazenda Botafogo).

Antes de avançarmos um pouco mais em direção ao crescente desenvolvimento econômico e social destas novas áreas das freguesias suburbanos, vale lembrar que até agora estamos tentando contrapor os acontecimentos internos e externos a realidade nacional, assim como, em escala similar seus respectivos impactos para a relação dialética entre o centro e as freguesias rurais ou periféricas.

³² SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. *“As Freguesias do Rio Antigo”*. Ed. Cruzeiro, Rio de Janeiro 1965, p. 77-80.

³³ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer *“História do Rio de Janeiro: Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro”*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

³⁴ SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. *“As Freguesias do Rio Antigo”*. Ed. Cruzeiro, Rio de Janeiro 1965, p. 75.

Conforme nossa leitura da obra “*O Trato dos Videntes*”,³⁵ de Luis Filipe Alencastro, somos levados a entender a estratégica relação político-econômica desempenhada pela cidade do Rio de Janeiro, através de sua posição geográfica e sua influência como principal porta de entrada das mercadorias, assim como das inter-relações com o “Mundo Atlântico”. O papel desempenhado pela cidade frente ao comércio triangular produziu uma dinâmica interna favorável à realidade fluminense. O desdobramento mercantil, a atuação dos homens de negócio juntamente com as elites agrárias, as alianças do governo português com as elites senhoriais, uma série de questões que permeiam a organização espacial e a formação dos subúrbios, são diretamente afetados por estas dinâmicas.

Desta forma, torna-se claro que a sede do vice-reinado desempenhava uma função política fundamental, sendo o centro do poder metropolitano na colônia, encarregando-se de manter e zelar pelas benesses do pacto mercantilista. No entanto, uma forte contradição produzida nesta relação opunha os interesses das elites comerciais e agrárias locais à intransigente atuação metropolitana – agravada pela crise na produção mineradora e pela crescente importância agrária na sustentação da estrutura colonial.

Em meio a este quadro conflituoso teremos o advento da transferência da Corte Portuguesa e da Família Real ao Brasil, em março de 1808, contribuindo para o aumento das disputas políticas e da própria população, tanto no perímetro urbano, quanto nas freguesias rurais. A densidade demográfica se elevou consideravelmente, e a população passa a carecer de melhores condições de serviços e infra-estrutura. Novas intervenções, principalmente de cunho sanitário, vão ser postas em prática: isolamento de leprosos, construção de um cais, abertura dos primeiros jardins e praças, iluminação com lâmpadas e ainda a construção de chafarizes, favorecidos graças ao funcionamento da primeira adutora do Rio Carioca.

Visando adequar a cidade ao convívio da nova nobreza portuguesa recém chegada, uma Missão Artística Francesa é chamada para promover melhorias nos espaços eleitos pela corte no ano de 1816. Pintores, escultores e o teórico e arquiteto Grandjean de Montigny fundam a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, um berço do pensamento neoclássico na Corte tropical e também primeiro grupo a elaborar um projeto de intervenção no espaço da cidade por intermédio do poder vigente.

³⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “*O trato dos videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Segundo Afonso Carlos Marques dos Santos³⁶, essa iniciativa modernizadora indicava uma aversão do monarca português e de sua Corte ao antigo padrão de crescimento da cidade fundamentalmente colonial, buscando uma saída civilizatória e estética para amenizar a vida nos trópicos, embelezando a cidade aos moldes renascentistas. Visava também separar a província fluminense da capital do Império, criando em 1834 o Município Neutro da Corte onde a capital da província passaria a ser Niterói.

Neste contexto “reformador” surgem os primeiros prédios públicos, tais como o Palácio dos Governadores (atual Paço Imperial na Praça Quinze de Novembro), o Palácio Episcopal, no Morro da Conceição, o Senado da Câmara (no mesmo local onde hoje está o Palácio Tiradentes), a Casa do Trem (posteriormente Arsenal de Guerra, hoje Museu Histórico Nacional), o Arsenal da Marinha, o Hospital Militar e vários quartéis de Infantaria, Artilharia e Cavalaria.

Após a instalação da Corte, os limites geográficos e sociais seriam completamente modificados e a cidade passaria a se expandir para muito além do Campo do Santana, assim como para o sul das fronteiras da freguesia da Glória. Em menos de duas décadas a população fluminense decolou de aproximadamente 100.000 habitantes em 1822 para 135.000 por volta de 1840³⁷.

Este crescimento acabou por transferir parte do deslocamento habitacional em direção às freguesias rurais mais próximas: Engenho Velho, Engenho Novo e São Cristóvão. Em meio à ocupação destas freguesias teremos a Criação da Cidade Nova – que naquele momento servia como uma espécie de ponte de ligação entre o centro e a zona rural – auxiliando a promover uma maior ocupação da região do Engenho Velho e em particular de São Cristóvão.

Segundo nossa compreensão, o processo histórico de formação dos subúrbios, mesmo tendo sido iniciado antes de 1850, terá sua maior intensificação durante as décadas de 1870 a 1930, mesmo se dando em momentos, ritmos e direções diferentes.

Assim, como os eixos ferroviários foram um dos principais elementos responsáveis pelo direcionamento da ocupação espacial das áreas suburbanas, temos também outros dados de grande relevância a serem considerados. Nesta mesma década de 1850 houve um significativo aumento da demanda internacional por café, o que levou a uma conseqüente expansão das áreas cultiváveis em detrimento dos locais onde eram produzidos gêneros alimentícios. Desta forma, o

³⁶ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *"Da Colonização à Europa Possível: as dimensões da contradição"*, In: *"Uma Cidade em Questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro"*. Rio de Janeiro, PUC/FUNARTE, 1979, p. 21 - 33.

³⁷ BENCHIMOL, Jaime. *"Pereira Passos, Um Haussmann Tropical: As Transformações Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro No início do Século XX"*. Dissertação de Mestrado em Ciências, COPPE/UFRJ, 1982.

papel de produção de mantimentos para subsistência em freguesias como Inhaúma se valorizaram ainda mais.

Em um relatório produzido no ano de 1857 pelo presidente da Província do Rio de Janeiro, sobre a situação da produção agrícola na região, já percebemos certa preocupação com relação as modificações fundiárias impostas pelo café: *“O que resultou daí foi que a produção de açúcar, do arroz, do feijão, e da farinha que tinha a província, a ponto de exportar o excesso, e grande excesso, que lhe sobrava do consumo, diminuiu espantosamente, (...) destes gêneros tão necessários a subsistência”*.³⁸

Proporcionalmente ao aumento da produção açucarei cresciam os preços da maioria dos outros produtos agrícolas usados para a alimentação, assim como aumentava consideravelmente o contingente de imigrantes que passavam a substituir a mão de obra escrava nas lavouras.

Neste momento São Paulo passa absorver, através de um maior grau de investimentos privados na região do Oeste Paulista, a maioria das lavouras e da mão de obra imigrante que chegavam ao país após a publicação da Lei n. 581 de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz.

Contudo, ainda encontraremos na primeira metade do século XIX, mesmo que em menor quantidade e muitas vezes retalhadas, um significativo número de grandes propriedades rurais na cidade do Rio de Janeiro. O sistema de doação de terras adotado pelos governantes, que outrora eram a única forma de acesso a terra, seria complementado, a partir de 1850, pela promulgação da Lei de Terras, ficando restrito o acesso às mesmas também por meio de compra.

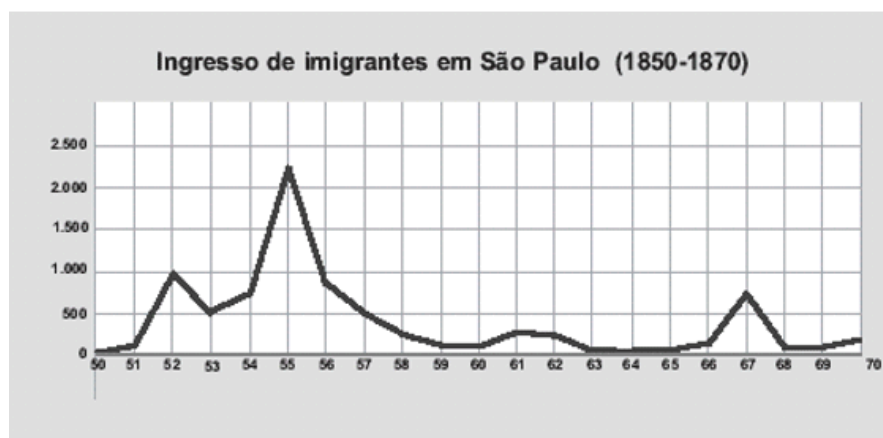


Figura 1. Relatório da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (1901).
Fonte: OLIVEIRA, Roberson de. História do Brasil: Análise e Reflexão. São Paulo: Editora FTD, 1997, p. 168.

³⁸ Relatório do presidente da Província do Rio de Janeiro, produzido em 1º de agosto do ano de 1857 pela Typographia Laemmert, Apud: MONTANO, Leandro Duarte. *“Um Motim em Perspectiva: diálogos políticos e ação popular na Corte Imperial (1870-1880).”* Dissertação de Mestrado em História Comparada/UFRJ.2009, p. 56.

É neste cenário que, segundo Robert Pechman³⁹, teremos o início de um processo que viria modificar e, posteriormente, reconfigurar a estrutura geográfica da região suburbana. A gradual produção de um mercado de terras rurais, um mecanismo que segundo o autor fora bastante empregado, principalmente após 1850, nas freguesias de Inhaúma e Irajá onde as terras passariam a ser usadas também para fins especulativos.

Com o gradual favorecimento econômico internacional para a produção cafeeira, esta também passaria a vigorar como uma das principais atividades agro-exportadoras da região sudeste. Neste cenário, a administração imperial precisava adequar à geografia da cidade a essa nova lógica comercial. Sendo assim, se fazia necessário a construção de uma nova região portuária, de melhores vias de escoamento da produção, e de um centro comercial devidamente preparado para atender as exigências dos compradores internacionais.

Caminhando, involuntariamente, contra o projeto de modernização da região central, encontrava-se uma expressiva cifra de população pobre que ocupava, de forma precária, aquele espaço que se pretendia reformular. Sem ter para onde ir e dependendo economicamente de habitar aquele conturbado espaço, no intuito de garantir a subsistência diária, estavam um expressivo contingente de imigrantes estrangeiros – especialmente portugueses, espanhóis e italianos – que afluíram ao Rio de Janeiro, em especial nas últimas décadas do século XIX, e que se somavam as não menores concentrações de escravos e ex-escravos.

Conforme os dados demonstram, a partir da análise do recenseamento de 1906, a população de imigrantes estrangeiros na cidade aumentou substancialmente após o ano de 1870, contribuindo também para aumentar a concentração urbana tanto na região central, quanto em menor proporção nas freguesias rurais mais próximas ao centro, tal como no caso de Inhaúma.

Tabela 1. População de Imigrantes Estrangeiros segundo o recenseamento de 1906

| Ano | População Total | Nº de Estrangeiros | % |
|------|-----------------|--------------------|-------|
| 1870 | 235.381 | 78.676 | 33,43 |
| 1890 | 522.651 | 124.352 | 23,79 |

Fonte: Adaptado de MONTANO, Leandro Duarte. Um Motim em Perspectiva: diálogos políticos e ação popular na Corte Imperial (1870-1880). Dissertação de Mestrado em História Comparada/UFRJ. 2009, p. 48.

É neste momento que a imagem da “Pequena África,” se tornaria um grande fantasma para os urbanistas, sanitaristas e políticos que compartilhavam da mesma ideologia de modernizar

³⁹ PECHMAN, Robert Moses “A Gênese do Mercado Urbano de Terras: A Produção de Moradias e a Formação dos Subúrbios no Rio de Janeiro”. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ/IPPUR, 1985.

e embelezar a Capital federal a qualquer custo. Esta concepção de cidade moderna teve forte representação na figura do Barão de Mauá, se expressando por meio da instalação de infraestrutura de transportes e de serviços, que atendessem não só a necessidade de escoamento da produção cafeeira como ao significativo contingente populacional da capital.

Em 1873, fruto de outra incisão urbana na freguesia do Engenho Velho e parte de Inhaúma, teremos a criação da freguesia do Engenho Novo, possibilitada em muito pela evolução de transportes coletivos como o trem e o bonde, aumentando o desenvolvimento da área suburbana e dos novos bairros residenciais.

*“Realmente os então limites do Engenho Novo iam da Quinta Imperial até Inhaúma, da Praia Pequena até a praça D. Jerônimo (hoje desconhecida) no Engenho de Dentro e daí até a estrada Inácio Dias (que nascia em Jacarepaguá), e aí pegava a linha confortante das terras do Camarista Meyer”*⁴⁰

Em meio à linha férrea que se estendia do centro da cidade para as longínquas freguesias rurais, seguindo basicamente os eixos que futuramente seriam conhecidos como os subúrbios da Central e da Leopoldina, estava compreendida a Estrada de Ferro Central do Brasil. Inaugurada em 1858, suas estações principais localizavam-se no Campo de Santana, em São Cristóvão, no Engenho Novo, em Cascadura e Deodoro, e destinava-se inicialmente, a escoar a produção cafeeira do Vale do Paraíba, porém gradativamente seus trens suburbanos passariam a contribuir para a redistribuição da população antes concentrada no centro da Capital do Império.

Os dados levantados por Pechman, para a ocupação da região de Inhaúma e Irajá nos surpreendem, já que o somatório desta população suburbana representava na época cerca de 22,8% do total de habitantes em relação a cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 2. Ocupação de Inhaúma e Irajá de 1821 a 1906

| Ano | Habitantes |
|------|------------|
| 1821 | 6.597 |
| 1838 | 8.125 |
| 1870 | 12.936 |
| 1872 | 13.002 |
| 1890 | 30.578 |
| 1906 | 158.865 |

Fonte: PECHMAN, Robert Moses. A Gênese do Mercado Urbano de Terras: A Produção de Moradias e a Formação dos Subúrbios no Rio de Janeiro. Tese de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ/IPPUR, 1985. p. 108-109.

⁴⁰ GERSON, Brasil. *“História das Ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil”*. Rio de Janeiro : Lacerda Ed., 2000, p. 314.

O rápido aumento populacional, principalmente a partir de 1890, ocorre concomitantemente ao aumento no número de passageiros nos trens suburbanos, ao aumento do número de logradouros nas freguesias em questão, assim como da proliferação de loteamentos. Estes dados acabam por tornar óbvio o alto nível de transformação a que estavam sendo submetidas estas antigas freguesias rurais.

Juntamente com as melhorias no sistema de transportes teremos a iluminação a gás sendo implementada, a partir de 1854, e em pouco tempo a implantação da eletricidade, um fator imprescindível para a grande modificação da vida carioca.

As maiores transformações, assim como o início do processo de depreciação dos subúrbios tem início, segundo nossa pesquisa, ainda no Brasil imperial representado na figura de D. Pedro II, no ano de 1870. Neste momento a capital já possuía mais de 274.972 habitantes, ocupando o lugar de mais populosa do país, e prosseguia em um ritmo acelerado de crescimento demográfico, intensificado com a migração de escravos livres ou semi-livres das zonas rurais, fruto do processo gradual de fragmentação do latifúndio e declínio da produção agrícola, em face da urbana.

Ainda Segundo Pechman, por meio de um processo de loteamento, foram abertas mais de dez ruas nas antigas terras da família Duque Estrada Meyer. Assim, teriam sido dados os primeiros passos que originaram alguns dos importantes bairros da antiga freguesia do Engenho Novo, tais como: Meyer, Boca do Mato, Lins de Vasconcelos, Cachamby, Maria da Graça, Del Castilho, Todos os Santos, Jacaré, Engenho Novo e Benfica.

Francisco Agenor Noronha Santos⁴¹, também aponta para o fato, que no ano de 1873, parte do território de Inhaúma foi desmembrado para a criação da freguesia de Engenho Novo. Nessa ocasião, as estações de Venda Grande e Todos os Santos, criada em 27 de dezembro de 1868, passaram a fazer parte do quadro das novas freguesias urbanas.

Outra família que a história confunde-se com a da criação dos bairros suburbanos é a de Francisco Padilha, que junto com Francisco Correa Leal eram donos da fazenda do Engenho de Dentro. A origem do bairro se deu em função do loteamento feito por Padilha em alguns terrenos de sua fazenda. É o que mostra o livro 11 do Juiz de Paz de Inhaúma de 1873:

“Vizinho aos Padilha estava José Moutinho dos Reis e seu irmão, proprietários de grandes porções de terras que iam do Engenho de dentro a Piedade, passando pelo

⁴¹ SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. *“Meios de Transporte no Rio de Janeiro”*. 2ª edição/Ed. Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro 1996. v., p. 477.

Encantado. José Moutinho, sozinho era proprietário da fazenda do Macedo, que tinha só na sua testada 400 braças e de lado 1589 braças.”

Dando continuidade ao processo de especulação local, por volta de 1874, José Moutinho começa a lotear suas terras e arruá-las, abrindo as ruas Dona Maria, Pedro II, Dona Leopoldina e a Rua da Piedade. Em 1881, segundo a documentação denominada Logradouros Públicos do Arquivo Geral da Cidade,⁴² novamente encontramos o proprietário da fazenda do Macedo pedindo permissão para a abertura de mais cinco ruas, entre elas: Rua José dos Reis, Rua das Oficinas, Rua Guilhermina, Rua Carolina e Rua Guineza.

De acordo com Joaquim Justino Moura dos Santos, em 1890 existiam sete “centros populosos” em Inhaúma, a saber: Cascadura, Cupertino, Piedade, Engenho de Dentro, Encantado, Pilares e Praia Pequena.⁴³

Em grande parte esta concentração pode ser explicada pelo fato de antes mesmo do fim do Império, a freguesia ter ganhado mais quatro estações de trem: a do Engenho de Dentro, inaugurada em 11 de maio de 1871, a da Piedade, em 17 de abril de 1873, a de Cupertino, em 1º de maio de 1886 e a do Encantado, em 15 de abril de 1889.⁴⁴

*“Até 1892, o território do Rio de Janeiro era organizado de acordo com a divisão eclesiástica, baseada em paróquias e freguesias. A partir de então, a Lei Orgânica do Distrito Federal denominou-as como “distritos municipais”, conservando as divisões adotadas pela igreja. Desse modo, a cidade era formada por 21 distritos, dos quais oito eram rurais: Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá”.*⁴⁵

No entanto, ainda durante o ano de 1890, a freguesia de Inhaúma sofre mais uma significativa divisão administrativa. Enquanto a antiga freguesia do Engenho de Dentro crescia, Inhaúma perdia de seu território original, separando-se das ilhas do Fundão, Bayaçu, Catalão, Bom Jesus, Pinheiro e Sapucaia e ilhotas adjacentes, além do corte nas imediações das ruas

⁴² Informação constante do código 32-2-12 do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, acessado em maio de 2007.

⁴³ SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. *“De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro”*. Tese de doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

⁴⁴ SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. *“Meios de Transporte no Rio de Janeiro”*. 2º edição/Ed. Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro 1996. v., p. 479

⁴⁵ Santos, Joaquim J. Moura dos. *“De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro”*. Tese de doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997, p. 30

Camarista Méier, Dias da Cruz até as novas ruas do Engenho de Dentro, Manoel Victorino, Padilha, Piauí e a rua de Santa Cruz e desta entre a rua Piauí e a ponte do rio Jacaré⁴⁶.

A disparidade se cristalizou ainda mais a partir deste momento, pois parte de Inhaúma mais próxima da região central sofria um crescimento aos moldes das freguesias urbanas, enquanto nas regiões mais afastadas ainda se mantinha um estilo de vida rural.

Autores como Mauricio de Abreu⁴⁷, Eulália Lobo⁴⁸, Robert Pechman⁴⁹, entre outros, tratam com destaque considerável, o período do governo Rodrigues Alves, no âmbito federal, e a gestão do polêmico Haussmann Tropical na prefeitura, inaugurando a Era do “Bota abaixo⁵⁰”. Tomando o período do prefeito Pereira Passos (1902-1906) como o principal marco de depreciação dos subúrbios cariocas, passamos a entender melhor como a falta de interesse governamental por essa região começou a ser construída, já que o próprio prefeito denominava os subúrbios como um “Mato Grosso”, um “Sertão” impossível de ser civilizado.

Mesmo assim, Irajá e Inhaúma continuavam crescendo e, segundo nossas leituras, consideradas como as mais importantes regiões fornecedoras de gêneros alimentícios para o crescente núcleo urbano, ávido por alimentos e produtos agrícolas para exportação. Também são as principais freguesias rurais cariocas, que se tornariam mais tarde parte sólida da importante região suburbana, um indispensável espaço para moradias e para produção de necessários gêneros, indispensáveis a uma cidade em constante crescimento.

Delinearemos melhor o crescimento das freguesias rurais, futuras áreas suburbanas, através da análise comparativa da tabela abaixo, produzida pelos recenseadores do Distrito Federal durante os anos de 1872 e 1890.

Tabela 3. População Residente e Taxa de Crescimento Demográfico das Freguesias do Rio de Janeiro, segundo o Recenseamento de 1872 – 1890

| Freguesias | População Residente | | Taxas de Crescimento |
|------------|---------------------|------|----------------------|
| | 1872 | 1890 | % 1872-1890 |

⁴⁶ Informação Constante do Códice 18-3-13, Decretos executivos (1903) do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁷ ABREU, Maurício de. “*A Periferia de Ontem: O Processo de Construção do Espaço Suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930)*”. In: *Espaço e Debates, Ano VII, vol. 1, n° 21*. São Paulo. NERU, 1987.

⁴⁸ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer CARVALHO, Lia Aquino & STANLEY, Myrian “Questão Habitacional e o Movimento Operário” Ed. UFRJ, Rio de Janeiro 1989.

⁴⁹ PECHMAN, Robert Moses “A Gênese do Mercado Urbano de Terras: A Produção de Moradias e a Formação dos Subúrbios no Rio de Janeiro”. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ/IPPUR, 1985.

⁵⁰ Nomenclatura pejorativa utilizada para denominar as reformas urbanas centrais do Pref. Pereira Passos.

| | | | |
|---------------------------|----------------|----------------|-----------|
| Freguesias Urbanas | 228.743 | 429.745 | 88 |
| Candelária | 10.005 | 9.701 | -3 |
| São José | 20.282 | 42.017 | 107 |
| Santa Rita | 34.835 | 46.161 | 33 |
| Sacramento | 27.077 | 30.663 | 13 |
| Glória | 22.485 | 44.105 | 96 |
| Santana | 38.903 | 67.533 | 74 |
| Santo Antônio | 20.693 | 37.600 | 82 |
| Espírito Santo | 14.130 | 31.389 | 122 |
| Engenho Velho | 15.756 | 36.988 | 135 |
| Lagoa | 13.616 | 28.741 | 111 |
| São Cristóvão | 10.961 | 22.202 | 103 |
| Gávea | - | 4.172 | - |
| Engenho Novo | - | 27.873 | - |
| Freguesias Rurais | 46.229 | 92.906 | 101 |
| Irajá | 5.910 | 13.130 | 122 |
| Jacarepaguá | 8.218 | 16.070 | 96 |
| Inhaúma | 7.444 | 17.448 | 135 |
| Guaratiba | 7.627 | 12.654 | 66 |
| Campo Grande | 9.747 | 15.950 | 64 |
| Santa Cruz | 3.018 | 10.954 | 263 |
| Ilha do Governador | 2.856 | 3.991 | 40 |
| Ilha de Paqueta | 1.409 | 2.709 | 92 |
| TOTAL | 274.972 | 522.651 | 90 |

Fonte: Adaptado de ABREU, Maurício. A Evolução Urbana no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO,; Zahar, 1988, 2ª Ed. p 76.

Através da análise comparativa entre as duas décadas de recenseamento e por meio do cruzamento de tais dados, podemos perceber o maior crescimento a que foram submetidas às freguesias rurais, na ordem de 101% em relação aos 88% das freguesias urbanas no mesmo período. Entre 1906 e 1920 a taxa de crescimento da população das freguesias suburbanas foi ainda maior do que a apresentada na tabela acima, onde o destaque é o desempenho de Santa Cruz, Inhaúma e Irajá, com os índices de 236%, 135% e 122% respectivamente.

Desta forma, prece ficar claro que índices tão elevados de crescimento não podem ter decorrido exclusivamente da vontade de uma minoria politicamente favorecida pelo viés autoritário do poder republicano, na verdade, representam uma realidade de crescimento populacional vivenciada nesta cidade principalmente após o segundo quartel do século XIX, onde as regiões até então menos ocupadas foram responsáveis por absorver parte significativa deste grande contingente populacional.

Ao longo do nosso trabalho continuaremos analisaremos melhor as nuances desta conjuntura, pois percebemos que é justamente neste momento, que um claro empenho elitista

buscará “construir” uma espécie de projeto depreciativo para os subúrbios, na tentativa de forjar um mecanismo de afastamento social e geográfico, de forma a pretender segregar parte considerável daquela população pobre, que a muito era indesejada pelos representantes da nova e cidade moderna.

Um outro aspecto que confirma a hipótese acima, evidenciando uma depreciação voluntária e sem fundamento das regiões suburbanas, se configura ao analisarmos o papel econômico desempenhado por estas áreas consideradas periféricas. Encontramos nesta parte da cidade características comuns a uma ocupação urbana composta, majoritariamente, por uma população economicamente ativa, de caráter basicamente residencial, com forte tendência comercial, além de possuir uma significativa gama de atividades industriais. No entanto, devemos esclarecer que a complexidade dos subúrbios nos obriga a adoção de uma separação interna entre as características históricas e geográficas de cada subúrbio propriamente dito.

I.2 – Importantes apontamentos para a História dos Subúrbios através do auxílio da metodologia comparativa.

Por mais que muitos avanços tenham sido feitos no campo da “História dos Subúrbios Cariocas”, ainda sentimos a ausência de um número maior de trabalhos contemporâneos que continuem investigando as naturais brechas deixadas pelos predecessores. Desta forma, acreditamos ser ainda necessário ampliar substancialmente o conjunto de estudos sobre as diversidades históricas e geográficas desta região.

A lastimável lacuna acima indicada acaba por demonstrar certa negligência para com este objeto, ou ao menos uma dificuldade em operá-lo devidamente. Creditamos que essa defasagem de recentes pesquisas derive, assim como aponta abaixo o personagem machadiano, da dificuldade em obter fontes satisfatoriamente confiáveis a serem analisadas.

“Como o leitor bem sabe, Bentinho, já então velho e casmurro, imaginou preencher sua solidão escrevendo talvez sobre jurisprudência, filosofia e política, mas logo desistiu e pensou em escrever uma ‘História dos Subúrbios’, de que abriu mão por lhe faltarem documentos e datas.”⁵¹

Neste trabalho tentaremos sanar parte deste déficit buscando ajuda entre os grandes avanços metodológicos com relação ao emprego de novos problemas e perspectivas, assim como a partir do uso de fontes alternativas que nos vem sendo prestada pelo campo da História Comparada.

Para José D’Assunção Barros, resumidamente, a História Comparada é vista a partir de duas indagações que a tornam possíveis “... a História Comparada pergunta simultaneamente, no momento mesmo em que o historiador está prestes a iniciar sua pesquisa: ‘o que observar?’ e ‘como observar?’. E dá respostas efetivamente originais a estas duas”.⁵²

Ao longo de seu artigo, *História Comparada: Um Novo Modo de Ver e Fazer a História*, José D’Assunção procura definir melhor quais seriam estas respostas, não de forma pragmática, mas através das particularidades epistemológicas desta metodologia, alegando ser possível que aí esteja o que há de mais instigante nesta abordagem historiográfica:

“... o fato de que, em função destas duas indagações que parecem constituí-la na sua essência mais íntima, a História Comparada sempre se mostra como um insistente convite para que o historiador repense a própria ciência histórica em seus dois fazeres mais irredutíveis e fundamentais – de um lado, o ‘estabelecimento do recorte’, e, de outro lado, o seu modo de

⁵¹ Dom Casmurro é um dos mais conhecidos romances do escritor brasileiro Machado de Assis, que foi publicado pela primeira vez no ano de 1899.

⁵² BARROS, José D’Assunção “*História Comparada: Um Novo Modo de Ver e Fazer a História*” Rio de Janeiro, Revista de História Comparada volume 1, número 1, jun./2007, p. 2.

*tratamento sistematizado das fontes e dos dados e processos investigados. Em suma, a História Comparada tanto impõe a escolha de um recorte geminado de espaço e tempo que obrigará o historiador a atravessar duas ou mais realidades sócio-econômicas, políticas ou culturais distintas, como de outro lado esta mesma História Comparada parece imprimir, através do seu próprio modo de observar a realidade histórica, a necessidade a cada instante atualizada de conciliar uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças, repensando as metodologias associáveis a esta prática”.*⁵³

Devemos ter um grande cuidado para não confundirmos esta metodologia com o simples comparativismo, pois é possível se estabelecer um comparativismo de fatos históricos sem que estejamos produzindo uma análise coerente ao campo da História Comparada. Sabemos que de modo geral, o historiador sempre se utiliza de comparações como parte de seus recursos para compreender as sociedades ao longo do tempo, embora não necessariamente como um método sistematizado.

Além destas contribuições este método nos traz um particular benefício através da utilização do mecanismo de “afastamento comparativo”, que segundo Jürgen Kocka é uma ferramenta eficaz que nos ajuda a manter a distância necessária do nosso objeto. Pressupondo a separação analítica dos casos a serem comparados, sem ignorar ou negligenciar as inter-relações existentes entre estes, o “afastamento comparativo” torna possível, entender como se deu o singular processo histórico de formação dos subúrbios cariocas a partir da análise de outras cidades brasileiras ou estrangeiras.

*“A comparação convida os pesquisadores a colocar em múltiplas perspectivas as sociedades, os contrastes, os excessos e o secreto, inicialmente, sem fronteiras de tempo ou de espaço. Isto porque, ao colocar em comparação várias experiências, produzem-se freqüentemente espaços de inteligibilidade e de reflexão nova”*⁵⁴..

Um exemplo particular desta proposta de trabalho nos é dado pelo Professor Marco Pamplona, do departamento de história da PUC-Rio, em seu livro *Revoltas, Repúblicas e Cidadania* que promove um original estudo comparativo, ao analisar as semelhanças e diferenças entre a Revolta Antiabolicionista ocorrida em Nova York, no ano de 1834, e a Revolta da Vacina, que se passou no centro do Rio de Janeiro de 1904.

Produzindo uma análise comparativa a partir das particularidades destes processos históricos de consolidação do modelo republicano, o professor Marco pode identificar características similares de resistência popular, a tais projetos de modernização. Melhor

⁵³ Iden., p. 2-3.

⁵⁴ THEML, Neyde, BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. “História Comparada: olhares plurais”. Revista de História Comparada, volume 1, número 1, jun./2007, p. 11.

compreendendo o aparecimento das violentas insurreições por parte dos grupos que de alguma maneira se achavam prejudicados, frente à nova ordem política destes dois países.

Sobrepondo comparativamente os episódios, levando em conta o fato de terem ocorrido em lugares e períodos bastante distintos, Pamplona pode concluir que ambos os movimentos foram imbuídos de um forte caráter "conservador", ou seja, avesso no que se referem a mudanças as tradições dos grupos populares. O autor deixa claro que essa resistência a mudança partia, principalmente da população pobre, formada em sua maioria por negros recém libertos e por trabalhadores imigrantes, abundantes ao longo do século XIX.

Assim como Pamplona E. P. Thompson, em seu artigo *Economia Moral da multidão*,⁵⁵ trata os motins de fome ocorridos em Inglaterra no século XVIII, como um movimento ainda embrionário, mas com um certo caráter político.

Como sugere Thompson, hoje pode não ser fácil concebermos uma época em que se “considerava ‘antinatural’ um homem lucrar com as necessidades dos outros e em que se entendia também que, em tempo de escassez, os preços dos bens de ‘primeira necessidade’ deveriam permanecer ao nível habitual”.⁵⁶

Desta forma, o autor sugere que em meio ao curso destes acontecimentos, mais do que os aumentos de preços, as práticas abusivas por parte de comerciantes junto aos flagelos da fome, faziam eclodir “um consenso popular acerca do que eram as práticas legítimas e as práticas ilegítimas do mercado, da moagem, da produção de pão”.⁵⁷ Assim, quando não consideravam uma prática legítima a população passava a agir no sentido de fixar os preços. Contrariando as leis de regulamentação do mercado.

Esta economia moral era, contudo, muito mais abrangente do que a palavra “motim” pode indiciar, pois como revela o historiador o conceito é insuficiente para designar “a riqueza e a particularidade dos pormenores, a diversidade das práticas locais e o caminho que o ressentimento popular podia tomar quando as antigas práticas de mercado mudavam”.⁵⁸ Não se tratava, portanto simplesmente de assaltar celeiros ou roubar cereais, mas sim de agir no sentido de garantir os preços justos e de fazer aquilo que se exigia que as autoridades fizessem, mas que se abstinham de fazer.

Apesar de seus louváveis esforços investigativos, tanto o professor Marco Pamplona quanto o historiador E.P. Thompson, não escaparam a dificuldade em obter fontes primárias que

⁵⁵ THOMPSON, E.P. “*Economia Moral da multidão* In: *Costumes em comum*”, SP: Companhia das Letras, 1998.

⁵⁶ Idem, p. 113.

⁵⁷ Idem, p. 23.

⁵⁸ Idem, p. 37.

expressassem mais intimamente os anseios daquela população. estes exemplos servem de alerta, pois na maioria dos casos nos deparamos com equivalente ausência de fontes preservadas, que tenham sido produzidas pelos próprios sublevados. Desta forma, estes pesquisadores nos aconselha, a utilizarmos a mais ampla gama de documentação possível, não importando a diversidade dos registros, ou a parcialidade dos mesmos que, via de regra, apresentará visões elitistas a respeito desse tipo de movimento. Portanto, também compete ao historiador relativizar o peso conferido a suas fontes, na busca de uma abordagem imparcialmente mais proveitosa para cada caso.

Não fossem poucas as dificuldades em trabalhar com certa escassez de fontes primárias - produzidas pelos singulares grupos suburbanos que tentavam resistir à imposição de novos valores morais, políticos e socioespaciais da recém chegada república - ainda encontramos algumas das fontes secundárias permeadas por uma espécie de “lógica elitista”. Obras que por muito tempo adotaram a visão da História Vista por Cima, acabado por aceitar as afirmações contidas nos documentos de época, em sua maioria produzidas pelos representantes dessa nova estrutura política, tais como matérias em jornais voltados para a elite intelectual, debates nos Anais da Câmara, relatórios policiais, pareceres de médicos sanitários e criminalistas.

Para não incorrerem em erros análogos aos apresentados, entendemos que não seria suficiente apenas utilizarmos um corpus documental original, ou muito pouco trabalhado, como no nossos casos são os jornais suburbanos. O mais importante seria então, o que perguntar a essa fonte, como perguntar e que tipo de resposta esta nos poderia oferecer?

Deste modo, visando demonstrarmos a validade do aparato metodológico que será empregado na análise das tais fontes e os motivos que nos fazem acreditar serem estas adequadas aos objetivos iniciais do trabalho, achamos pertinente explicar sucintamente o contexto de produção destes periódicos.

Os subúrbios cariocas como hoje são conhecidos, por muito tempo foram compreendidos como parte de uma grande área rural periférica, tendo sua ocupação basicamente intensificada a partir de meados do século XIX, em grande parte devido ao início do processo de construção da ferrovia Dom Pedro II, datado de 1855.

Sua pequena representatividade política, durante a transição do governo monárquico para o republicano, contribuiu para torná-lo conhecido, aos olhos de parte considerável da “elite afrancesada”, como mero dormitório proletário satisfatoriamente distante e seguro. Já que *“até o final do século XIX o subúrbio poderia ser caracterizado como local de residência de uma*

pequena classe média composta de funcionários públicos, comerciantes e de alguns operários, que tinham em comum o fato de possuírem uma remuneração relativamente estável.”⁵⁹

Particularmente, a Freguesia de Inhaúma pode acompanhar de perto o crescimento da região central, passando a servir como principal porta de entrada para as novas áreas suburbanas. Testemunhando as transformações sofridas em suas antigas áreas rurais, realizadas, através de uma ocupação que se estendia para além da Cidade Nova, em direção à antiga sesmária jesuítica de São Francisco Xavier do Engenho Velho.

As freguesias rurais de Irajá e Inhaúma, fundadas, respectivamente, em 1664 e em 1743, tornavam-se, por volta de metade do século XX, quase irreconhecíveis frente à nova organização urbana. Favorecidas pelo crescimento comercial e pela evolução dos meios de transporte, aos poucos seu aspecto periférico cedeu lugar a uma nova e moderna rede de subcentros, que passariam a se integrar à vida da grande metrópole. Entretanto, nem mesmo essas transformações foram suficientes para pagar do imaginário popular a representação, muitas vezes depreciativa, herdada deste passado.

Maria Therezinha Segadas Soares em seu capítulo *Bairros, Bairros suburbanos e subcentros*⁶⁰ nos alerta: “*Esses bairros são considerados áreas com características predominantemente urbanas, mas com passado próximo suburbano, com importância ponderável do transporte ferroviário e ocupado predominantemente por uma população de menos recurso*”.

Se em seu livro a autora considera os subúrbios, durante o período analisado, como “*áreas com características predominantemente urbanas*”, com base na análise de um relatório intitulado “*Recenseamento de 1900*”, publicado no Jornal do Comércio em 20 de junho de 1901. Devemos então, indagar o porquê da permanência do termo subúrbio de maneira depreciativa. Seria talvez pelo fato desta área ainda se manter com características predominantemente residenciais, por parte de “*uma população de menores recursos*”.

Temos motivos para crer que em grande parte esse foi um dos principais fatores responsáveis pela perpetuação do caráter depreciativo, que foi empregado intencionalmente pelos “grupos dominantes”. Pois sem dúvida, a densidade e a continuidade de construções, assim como a ausência de melhorias urbanas não serviram exclusivamente de referencia para determinar a fronteira entre o urbano e o suburbano no caso carioca. Pois, neste contexto o conceito de urbano

⁵⁹ ABREU, Maurício “*A Periferia de Ontem: O Processo de Construção do Espaço Suburbano do Rio de Janeiro*” (1870-1930). In: Espaço e Debates, Rio de Janeiro 1987, p. 23.

⁶⁰ BERNARDES, Lysia e SOARES, Maria Therezinha de Segadas. “*Rio de Janeiro: cidade e região*”. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, 1995, “Bairros, bairros suburbanos e subcentros”. p. 125-133.

encontrava-se muito mais ligado aos aspectos referentes à ordem e a limpeza da então Capital Federal.

Infelizmente, neste momento os melhoramentos estavam voltados a atender aos interesses do capital comercial e industrial, de um grupo hegemônico⁶¹, que não pretendia abandonar a proximidade com o comércio e os serviços concentrados naquele espaço central na lógica agro exportadora, tal como aponta Maurício de Abreu:

*“Primeiro produtor mundial de café, país efetivamente integrado a nova divisão internacional do trabalho, nação agora republicana e não mais escravista, era inadmissível que o Brasil apresentasse aos olhos do mundo uma capital que ainda mantivesse forte aspecto colonial. (...) Era preciso separar os diversos usos do solo e as distintas classes sociais.”*⁶²

Sendo assim, como o próprio autor dá prosseguimento as suas ponderações, este seria o início do processo de intensificação da “... abertura do subúrbio ao proletariado, que foi por sua vez, de fundamental importância para a conclusão do processo de transformação da cidade escravista em espaço capitalista”⁶³. Acabando igualmente por lançar as bases de um estigma que ainda hoje pode ser sentido, desde o tom jocoso das piadas preconceituosas aos programas de televisão que ratificam tais arquétipos.

Nem mesmo o compositor Chico Buarque de Hollanda escapou dessa equivocada e persistente percepção. Como exemplo, temos a letra da canção intitulada “Subúrbio”, lançada em 2006, que acaba por reforçar tal idéia estereotipada, também presente na composição “Gente Humilde”, gravada no ano de 1969. Enquanto a gravação de 1969 - que se tornou uma espécie de hino suburbano - finaliza com a melancólica frase: “*eu que não creio peço a deus por minha gente é gente humilde que vontade de chorar*”, a última versão inicia afirmando que “*Lá não tem brisa, não tem verde-azuis, não tem frescura nem atrevimento. Lá não figura no mapa...*”, terminando de forma ainda mais angustiante ao indagar “*Que futuro tem aquela gente toda perdida em ti*”.

⁶¹ A partir de nossa apropriação da categoria Hegemonia, In: GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. Adotamos este conceito empregado enquanto meio de dominação, isto é, como conquista, através da persuasão e do consenso, não atuando apenas no âmbito econômico e político da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e dos grupos dominantes. A hegemonia é a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar distanciado um bloco social, não se restringindo ao aspecto político, mas compreendendo o âmbito cultural, moral, de uma certa concepção do mundo.

Assim entendemos que a “grupo hegemônico” em nosso caso era composta pelo grupo responsável por se apropriar das reivindicações políticas das demais classes representadas pelo poder republicano. Assim, seguiam basicamente buscando atender aos interesses e necessidades das classes aliadas, reafirmando seus laços de hegemonia.

⁶² ABREU, Maurício “A Periferia de Ontem: O Processo de Construção do Espaço Suburbano do Rio de Janeiro” (1870-1930). In: Espaço e Debates, Rio de Janeiro 1987, p. 14.

⁶³ Idem, p. 15.

Esta noção além de estar incorporada de um forte estereótipo do suburbano, também acaba por incorrer num crasso erro conceitual, ao confundir duas categorias distintas que devem manter suas devidas singularidades, o conceito de subúrbio e de periferia.

Se ignorarmos as diferenças entre tais conceitos, teremos apenas uma visão parcial e reducionista do termo subúrbio. Ao unificarmos estas singulares categorias engessamos suas aplicações prática e favorecemos a produção de novas concepções que acabam apenas por adjetivar preconceituosas estas áreas, como se fossem apenas espaços que apresentam exclusivamente graves problemas sociais.

Desta forma, vemos dois conceitos, com aplicações distintas, e que deveriam ter um caráter itinerante, ou seja, deslocando seu emprego para as novas regiões em edificação da cidade ou representativo de locais que ainda não são amplamente assistidos por infra-estrutura e pela devida concessão de serviços básicos, passando a ser concebidos como sinônimos de lugar não urbanizado, ou “não civilizado” aos moldes desejados pela pequena parcela de habitantes da suposta cidade formal.

Como afirma o professor Jailson de Souza e Silva,⁶⁴ os pesquisadores observam que os bairros periféricos onde a renda da população é mais alta, não são designados socialmente pelo termo periferia. O conceito de periferia é cada vez mais marginalizado.

*“Essa relutância da linguagem popular em parte se justifica (...) isto é, ao fato de seus moradores, em sua grande maioria pertencerem a população menos favorecida de meios de fortuna o que se opõe, frontalmente, ao conceito inglês de suburb onde a população pertence, predominantemente, a classe média ou abastada, e o conceito francês de banlieue, que inclui setores de residências ricas e operárias”*⁶⁵

Aos olhos desta “elite”, representante do poder republicano, grande parte da população pobre encontrava-se num lugar indesejável. Assim, durante os primeiros anos deste governo, ainda sob o controle dos militares⁶⁶, uma grande preocupação passaria a vigorar com relação à necessidade de manutenção da ordem e do controle social, visando produzir um cenário favorável à implantação de novas reformas. No entanto, ainda durante o governo de Deodoro da Fonseca manifestações sociais, tais como a Revolta da Armada e a Revolta Federalista, eclodiram de forma violenta.

⁶⁴ Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Fluminense, do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da UFF e Coordenador Geral do Observatório de Favelas.

⁶⁵ BERNARDES, Lysia e SOARES, Maria Therezinha de Segadas. “Rio de Janeiro: cidade e região”. Rio de Janeiro”. Secretaria Municipal de Cultura, 1995, “Bairros, bairros suburbanos e subcentros”, p. 141.

⁶⁶ Período que compreende os primeiros governos militares do Marechal Deodoro da Fonseca (1889 – 1891) e do Marechal Floriano Peixoto (1891 – 1894).

As pressões sociais se mantiveram intensas mesmo após a substituição de Marechal Deodoro e à posterior nomeação de Floriano Peixoto. A política de repressão deliberada que tentava impor o controle social, a todo custo, não conseguiu conquistar o êxito esperado.

Para auxiliar no projeto de controle e apaziguamento das camadas sociais, através de intervenções urbanas, foi nomeado, em 1892, Cândido Barata Ribeiro⁶⁷ que assumiria a presidência da Intendência Municipal (Cargo equivalente ao de prefeito) tendo como marco de sua administração a “caça” aos cortiços e moradias populares predominantes na região central. Priorizando a demolição destas habitações populares, como forma de sanear a cidade⁶⁸, a partir deste momento estabelece-se uma pequena mudança na estratégia de remoção da população pobre. A utilização de um discurso científico para legitimar a necessidade de destruir as habitações populares, passava a fazer parte da tática que acabaria por promover um crescimento das regiões suburbanas, por meio da construção de “casas populares” em locais “apropriadamente afastados”. No entanto, as crescentes manifestações sociais do período, já deixavam transparecer que não aceitariam, passivamente, as modificações impostas autoritariamente na organização social e geopolítica da cidade.

No entanto, se o caráter fortemente proletário dos subúrbios deste momento foi decisivo para a construção de uma imagem pejorativa da região, acreditamos que este mesmo fato ajudou na construção de elos de sociabilidade. Pois seus novos moradores, em grande parte, passaram a compartilhar de um modo muito particular de viver e trabalhar.

*“A palavra subúrbio contém, indubitavelmente, na linguagem carioca, um certo sentido depreciativo, que inclui não só uma idéia de recursos financeiros mais limitados, mais também um certo gênero de vida particular”*⁶⁹

Outra importante contribuição do método comparativo em nosso trabalho se dá a partir da busca de articulações intradisciplinares com diferentes modalidades de História, assim como frente a distintas áreas do conhecimento humano. Deste modo, passamos a buscar o melhor entendimento para determinados processos e conceitos em ciências cognatas a História. O maior exemplo foi o auxílio encontrado junto aos teóricos do Urbanismo e da Geografia para que

⁶⁷ Médico nomeado Diretor do Serviço Médico e Cirúrgico do Hospital de Caridade, em Campinas/SP, abolicionista e defensor do Regime Republicano. Foi Presidente do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, em 1891.

⁶⁸ É nesta administração que é criado o Distrito Federal, cujo prefeito deveria ser escolhido pelo Presidente da República.

⁶⁹ BERNARDES, Lysia e SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *“Rio de Janeiro: cidade e região”*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, 1995, “Bairros, bairros suburbanos e subcentros”. p. 125-141.

podéssemos melhor entender a singularidade do emprego do conceito de subúrbio no caso carioca.

Em meio a prévias leituras, concernentes à bibliografia específica sobre o tema, identificamos pelo menos cinco diferentes teses explicativas a propósito da formação dos subúrbios cariocas. Adotamos o procedimento de classificar tais hipóteses nomeando-as como: as teorias da especulação imobiliária e utilização do solo, a hipótese das circunscrições cariocas, as reformas urbanas e sanitárias, e ainda a idéia dos subúrbios ferroviários, tendo por fim a concepção da criação dos subúrbios através das transições econômicas e políticas processadas nestas freguesias.

Estas versões, inicialmente levantadas, foram transformando-se durante o aprofundamento de nossos estudos, enquanto umas se dissolveram pela impossibilidade de comprovação através das fontes encontradas, outras se somavam, formando simbioticamente uma mesma hipótese. Ao término desta primeira fase investigativa restaram três principais nomes: Maurício de Abreu, Robert Pechman e Sidney Chalhoub e suas referentes teses sobre a criação dos subúrbios.

Elegemos Chalhoub, principalmente por sua obra “Cidade Febril”, como um claro representante da tese de criação dos subúrbios através das reformas urbanas e sanitárias, mesmo não vigorando entre as principais preocupações do autor a categoria subúrbio apresenta-se indiretamente como um dos resultados das intervenções sanitárias e urbanísticas na região central da cidade.

Assim como Chalhoub, um grande número de autores identifica ou passa a dar maior importância aos subúrbios somente após as reformas do período republicano, dando menos importância a relação histórica das freguesias rurais e dos arrabaldes da cidade com a própria região central, já estabelecidas desde os tempos da colônia. Nomes como Lia de Aquino de Carvalho⁷⁰, Jaime Benchimol⁷¹, Oswaldo Porto Rocha⁷² entre outros, são exemplos bem similares ao de “Cidade Febril”.

Através da análise dos códigos e posturas da Comissão Central de Higiene Pública, no que se refere à construção e manutenção dos cortiços nas regiões centrais da cidade, os autores que enquadrámos dentro da hipótese da criação dos subúrbios através das reformas urbanas e sanitárias sustentam suas teorias apontando - tal como fizera no passado a referida Comissão -

⁷⁰ CARVALHO, Lia Aquino de. “Contribuição ao Estudo das Habitações Populares”: Rio de Janeiro 1886 - 1906. Biblioteca carioca, v.1 - Rio de Janeiro: Secret. Mun. de Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1986.

⁷¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. “Pereira Passos, Um Haussmann Tropical: As Transformações Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro No início do Século XX”. Dissertação de Mestrado em Ciências, COPPE/UFRJ, 1982.

⁷² ROCHA, Oswaldo Porto. “A era das demolições, cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920”. RJ; Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986”.

como única solução plausível para a devida acomodação da crescente demanda de trabalhadores o “projeto de ampliação”, na forma de crescimento voluntário, dos subúrbios.

*“Estavam se engendrando os instrumentos legais para a guerra de extermínio contra os cortiços – ou o que dá quase no mesmo – para a política de expulsão das ‘classes pobres’/‘classes perigosas’ das áreas centrais da cidade”.*⁷³

Em nosso segundo exemplo apresentaremos outra tese bastante empregada, a da especulação imobiliária e utilização do solo como provável ferramenta de modificação do espaço urbano e formação das áreas suburbanas. Como representante principal desta tese temos a dissertação de Robert Pechman⁷⁴, onde o pesquisador através de uma ampla investigação histórica busca provar que após 1850 as zonas rurais sofreram uma gradual estagnação no seu papel econômico e agrícola, passando a vigorar como área de especulação imobiliária para atender aos interesses da lógica capitalista.

Esta abordagem compartilhada de modo similar por Joaquim Justino Moura dos Santos⁷⁵, Carlos Lessa⁷⁶ e Eulália Lobo⁷⁷, entre outros, prioriza os aspectos da substituição das aplicações econômicas desta região, apontando para uma gradual perda de importância política e econômica das freguesias rurais - favorecendo assim o início da atuação do capital imobiliário como agente transformador do uso do solo. Para estes autores, o antigo capital proveniente da produção agrícola será deslocado para a construção de loteamentos com fins comerciais dentro da nova lógica do capital imobiliário. *“A análise da urbanização carioca e o privilegiamento da questão da moradia para a compreensão da formação dos subúrbios estaria incompleta se não levássemos em conta a questão fundiária”*⁷⁸

Tal concepção de formação dos subúrbios dá preferência, segundo nossa visão, principalmente às três últimas décadas do século XIX, valorizando mais a importância do surto manufatureiro industrial e da participação deste novo viés do capital na criação dos espaços periféricos.

⁷³ CHALHOUB, Sidney *“Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial”*. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

⁷⁴ PECHMAN, Robert Moses. *A Gênese do Mercado Urbano de Terras: A Produção de Moradias e a Formação dos Subúrbios no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ/IPPUR, 1985.

⁷⁵ SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. *“Contribuição ao Estudo da História do Subúrbio do Rio de Janeiro: a Freguesia de Inhaúma de 1743 a 1920”*. Dissertação de Mestrado em História, IFCS/UFRJ, 1987.

⁷⁶ LESSA, Carlos. *“O Rio de todos os Brasis”*: Uma reflexão em busca de auto-estima. 2º edição/ Ed. Record, Rio de Janeiro 2001.

⁷⁷ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer *“História do Rio de Janeiro: Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro”*. Ed. IBMEC, Rio de Janeiro 1978.

⁷⁸ PECHMAN, Robert. *“A Gênese do Mercado Urbano de Terras: A Produção de Moradias e a Formação dos Subúrbios no Rio de Janeiro”*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ/IPPUR, 1985. p. 45.

A noção sobre o que vêm a ser subúrbio, destes citados autores, constrói-se sobre análise de um turbulento período, onde a idéia de subúrbio começa a ser permeada por um caráter ambíguo que em muitos casos busca rotular a ocupação desta área como sendo unicamente destinada à população pobre. Por focalizar sua análise estritamente no caso das duas principais freguesias suburbanas, de Irajá e Inhaúma, Pechman acaba por encobertar a heterogeneidade e as distintas temporalidades de ocupação da totalidade das regiões que compõem o subúrbio.

A última tese que apresentamos vigora como a mais completa, segundo nosso entendimento, pois agrega em seu “caminho explicativo”⁷⁹ importantes elementos e questões presentes nas abordagens anteriores, porém enveredando por um viés que melhor aproxima-se do direcionamento que nosso trabalho pretende adotar.

Através desta tese, arquitetamos nosso arcabouço epistemológico para conferir o melhor entendimento ao leitor do que bem entendermos por subúrbio. Portanto, encontramos nos trabalhos de Mauricio de Almeida Abreu e Nelson da Nóbrega Fernandez as melhores representações teóricas para demonstrarmos como se formulou e o que vem a ser o espaço suburbano, segundo a hipótese da transição econômica e política na estrutura da então Capital Federal.

A reflexão sobre a dinâmica econômica e social dos espaços da cidade deve apresentar, segundo Abreu, um modo de comparação pautado na relação dialética entre a região central e as áreas periféricas, onde estas últimas transformam-se de acordo com as suas próprias relações em novos subúrbios. Desta forma, a periferia de ontem pode ser, de acordo com os interesses exploratórios do capital⁸⁰, o pejorativo e depreciado subúrbio de amanhã.

Porém, particularmente no caso carioca, para Fernandez a palavra subúrbio ganhou uma conotação de classe muito forte com cunho pejorativo. Segundo nossa interpretação da obra de Fernandez, compreendemos que com o crescimento das cidades a palavra - que buscava traduzir uma situação intermediária entre cidade e campo, e não uma condição sócio-econômica - vai ter seu sentido ampliando passando a ser caracterizada como bairro, mas nem por isso deixando de ser chamadas de depreciativamente de subúrbio.

⁷⁹ Refere-se à hipótese principal de Mauricio Abreu e sua metodologia explicativa, bem argumentada e coerentemente estruturada, apresentada nas obras: “*Evolução urbana do Rio de Janeiro*” e “*A Periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro (1870-1930)*”.

⁸⁰ Reivindicamos novamente a cautela na interpretação da afirmação final deste parágrafo, pois reconhecemos que os “interesses capitalistas”, além de não serem homogêneos, também não estabelecem um domínio ou controle total da população suburbana segundo seus objetivos econômicos ou políticos.

No entanto, é pertinente reafirmar que esta transformação na utilização da palavra fora fruto de um processo histórico, trilhado através de uma tentativa constante de exploração dos trabalhadores suburbanos, sempre passível de resistência.

*“... objetivo é demonstrar o alto grau de exploração a que está sujeita a força de trabalho que aí reside. Tanto por parte do capital como do Estado (...) também analisar as formas de reação a essa exploração, simbolizadas sobretudo pelas lutas que se estabelecem em prol de uma distribuição mais justa do produto social, e da melhoria de qualidade de vida.”*⁸¹

Partindo da tese apresentada por Abreu, compartilhada por Maria Soares e Lysia Bernardes⁸², e posteriormente muito bem elaborada e acrescida por Nelson da Nóbrega Fernandez⁸³, acrescentaremos a esta alguns elementos que acreditamos serem importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, na conformação do conceito carioca de subúrbio. Defendemos a necessidade de conferirmos o peso adequado às experiências e aos elementos sócio-culturais próprios aos novos grupos que, ao ocupar este espaço, não se apropriou exclusivamente da moral e dos valores pré-determinados pela “cultura oficial”, criando assim seus próprios signos e valores sociais expressos diretamente em suas redes de sociabilidade.

Mesmo após apresentarmos pontos singulares nas abordagens de cada autor citado não devemos desconsiderar o evento maior que une de forma objetiva os mesmos e seus respectivos trabalhos. O fato de todos buscarem - através de um olhar sobre a cidade do Rio de Janeiro - identificar mudanças fundamentais no modo de produção de riquezas, na vida da população urbana, nas formas de habitação e utilização do espaço em um período de rápida apropriação de valores capitalistas.

Contudo, esperamos que não restem dúvidas quanto à pluralidade do objeto em questão, já que qualquer viés que se pretenda adotar revela a impossível generalização de um ideal suburbano como algo imutável e inexorável, assim como nos alerta ABREU: *“Há entretanto que se caracterizar melhor essa área da cidade, que não deve ser vista como se fosse, naquela época, um todo homogêneo.”*⁸⁴

No processo de ocupação e crescimento urbano, o exemplo mais evidente que tal análise nos reserva é a relação estabelecida antes mesmo das primeiras reformas urbanas do século

⁸¹ ABREU, Mauricio de Almeida. *“A Periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro 1870-1930”*. In: Espaço e Debates, Ano VII, vol. 1, nº 21. São Paulo. NERU, 1987^a. p19.

⁸² BERNARDES, Lysia & SOARES, Maria Terezinha de Segadas *“Rio de Janeiro”: Cidade e Região*. 3º Ed. Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro 1995.

⁸³ FERNANDEZ, Nelson da Nóbrega. *“O Rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945)”* Dissertação de Mestrado em Geografia, PPGG/UFRJ, 1996.

⁸⁴ Idem, p. 27.

XIX⁸⁵, entre os lindeiros que separavam a Cidade Velha e suas freguesias centrais (Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento e Glória), das demais freguesias - que poderiam ser compreendidas como os subúrbios da época – entre elas a Cidade Nova assim como os Arrabaldes e as Zonas Rurais.

Já no período que abrange o nosso corte temporal, teremos a rearticulação dos espaços centrais e periféricos, na qual a Cidade Nova será incorporada à região central, acrescentando-se no quadro das freguesias urbanas; Santana, Santo Antonio, Espírito Santo, Engenho Velho, São Cristóvão, Gávea e Engenho Novo. Ao mesmo tempo, novos arrabaldes somam-se às freguesias rurais, produzindo um novo espaço suburbano formado por: Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador, Paquetá entre outras⁸⁶.

Posteriormente, teremos uma nova reformulação dos espaços da cidade, desta vez produzindo um fenômeno que reforça nossa hipótese central, pois no período dos primeiros anos do regime republicano teremos somente a divisão da cidade entre áreas urbanas e rurais. No entanto, encontramos Andaraí, Engenho Novo e Méier figurando, segundo os dados oficiais do censo de 1906, entre as freguesias urbanas mais referidas no discurso dos jornais de bairros, na literatura e no imaginário popular do período em geral como subúrbios.

Desta forma, a idéia de subúrbios que nos parece ser tão antiga, quanto à própria lógica de ocupação espacial da cidade, sofre uma particular apropriação e modificação numa determinada conjuntura da experiência carioca. Neste contexto, teremos a produção de uma separação ideológica incongruente entre o espaço da cidade, tida como central, e as áreas suburbanizadas, ou melhor, entre um núcleo político e economicamente privilegiado e uma área periférica elevada à categoria de subúrbio e detentora de uma noção desprivilegiada como lugar social.

Passaríamos de tal modo a ter a figura de um projeto de subúrbio estático - ou como melhor prefiro - um subúrbio historicamente construído para atender os interesses políticos de um limitado grupo que ocupava o poder durante este mesmo contexto histórico, a primeira República, que enxergava através da ótica elitista do temor popular, tido como uma constante ameaça a manutenção de seus domínios econômicos e sociais.

Mauricio de Almeida Abreu consagrou essa particular visão, da influência causada pela penetração do capital privado na organização do espaço e do próprio deslocamento geográfico da população, fortemente apoiado em uma análise da atuação das forças oriundas dos poderes

⁸⁵ Adotamos o século XIX como ponto de partida para as primeiras melhorias públicas promovidas na cidade, principalmente após a chegada da Família Real em 1808, assim como a visita da Missão Artística Francesa em 1816.

⁸⁶ De acordo com a distribuição geográfica apresentada no recenseamento do Distrito Federal, realizada em 20 de setembro de 1906, disponível na biblioteca do IBGE.

governamentais, mas sem supervalorizá-las: “... *não tem uma participação neutra no contexto urbano (...) a ação pública (contribui) para a construção diferenciada do espaço, provendo as áreas de interesse do capital e das classes dominantes de benefícios que são negados às demais classes e setores da sociedade*”.⁸⁷

A atual produção bibliográfica vem angariando louros em sua tentativa de resgatar a história dos grupos populares, ousando captar as experiências dos agentes que outrora se encontravam em exclusória ausência da “Historia Oficial”. Essas novas abordagens, iniciadas em um primeiro plano no campo da história do movimento operário, trouxe reflexos para pesquisas, em outros campos favorecendo a análise de diversos objetos, passando a colocar em pauta questões importantes a respeito da pluralidade das formas de organização sociais.

Assim, passamos a olhar para além dos momentos excepcionais de enfrentamento direto, estimando os pequenos conflitos como objetos passíveis de análise tal como as diferentes formas de identidade, sociabilidades e articulações cotidianas. Não mais entendido o subúrbio somente como “espaço da repetição”, passando também a enxergá-lo como lugar de luta, onde diariamente se travam emblemáticas disputas sociais.⁸⁸

⁸⁷ ABREU, Mauricio de Almeida. “A Periferia de ontem: o processo de construção do espaço suburbano no Rio de Janeiro 1870-1930”. In: Espaço e Debates, Ano VII, vol. 1, nº 21. São Paulo. NERU, 1987a p.18.

⁸⁸ Tais questões enquadram-se em nosso referencial teórico, produzido de acordo com as obras de E.P.Thompson: “Miséria da Teoria”, “Costumes em Comum”, “A Formação da Classe operaria Inglesa”, “As peculiaridades dos ingleses e outros artigos” e “Luta de classes sem classes? In: Tradição, revolta e consciência de classe”.

I.3 - O que entendemos por subúrbio: Outras considerações importantes sobre o tema.

Para facilitar a compreensão conceitual dos debates inerentes a este trabalho torna-se necessário apresentar um sintético quadro sobre as particularidades do conceito carioca de subúrbio. Para tal, nos balizaremos no trabalho feito pelo professor Nelson da Nóbrega Fernandez em seu estudo sobre o *Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio*.⁸⁹

Por meio de rica discussão bibliográfica, Fernades nos fornece um bom panorama das principais interpretações conceituais sobre o tema, além de uma pertinente análise etimológica, que nos atenta para o fato da palavra subúrbio atualmente encontrar-se tomada por um forte preconceito sócio-espacial, que parece anacrônico, pois ignora a complexidade de seu significado histórico. Esta falta de compreensão acerca da palavra acaba por nublar a idéia de que o subúrbio nasce junto ao próprio processo de inteligibilidade da cidade, ao mesmo tempo da própria concepção da urbe.

Autores, como Lewis Mumford, apontam a utilização do termo *suburbium*, originário do latim, antes mesmo da Roma de Augusto (27 a.c), identificando a utilização do próprio termo ou similares nas sociedades do Egito, Babilônia e Grécia, sendo empregada para denominar cercanias da cidade ou arrabaldes provinciais.⁹⁰

Exemplos de subúrbios históricos como este acima apresentado tornam-se pouco compreensíveis frente ao caso carioca, porém ainda são uma realidade para a maioria dos subúrbios europeus e norte americanos. No entanto, diferentemente de Mumford outros autores divergem com relação a suas interpretações do conceito de subúrbios. A falta de consenso com relação a esta categoria e suas respectivas linhas de interpretação motivaram autores como Maria Terezinha Segadas Soares, Mauricio de Almeida Abreu e o próprio Nelson da Nóbrega Fernandez, a buscarem historicizar a evolução deste conceito, principalmente dentro da realidade da cidade do Rio de Janeiro.

O trabalho de Fernandez foi selecionado por nós como a melhor e mais completa pesquisas sobre o processo de modificação e resignificação da categoria subúrbio no caso

⁸⁹ FERNANDEZ, Nelson da Nóbrega “*Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio*”, Dissertação de mestrado em geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

⁹⁰ MUMFORD, Lewis “*A cidade na história*”. Martis Fontes Editora, São Paulo, 1998, Apud: FERNANDEZS, Nelson da Nóbrega. “*O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: O Rio de Janeiro 1858-1945*”. Dissertação de Mestrado em Geografia, PPGG/UFRJ, 1996, p. 15.

carioca. Ele analisa o papel dos principais mecanismos de depreciação da categoria subúrbio e afirma que esta sofreu um “rpto ideológico” a partir de princípios do século XX.

Segundo o próprio autor, Maria Terezinha Segadas Soares foi à primeira geógrafa a evidenciar as particularidades do “*conceito carioca de subúrbio*”,⁹¹ percebendo que este denominava de modo pouco elucidativo e específico todos os “*bairros ferroviários e populares desprestigiados tanto do ponto de vista social quanto por parte do poder público*”⁹².

Seguindo os caminhos de Lysia Bernardes e Maria Therezinha, inicialmente trilhados durante a década de 1950, através do trabalho *Rio de Janeiro: Cidade e Região*, Fernandez procurou dar destaque ao momento particular em que a palavra subúrbio sofreu sua principal reapropriação conceitual, ou melhor o que ele denomina de *rpto ideológico*.

Logo nas primeiras paginas da introdução da sua dissertação, Fernandez define e que ele irá considerar como *rpto ideológico*:

“Por rpto ideológico, podemos entender uma mudança drástica do significado das categorias, sendo os atributos mais originais e essenciais que definiram sua existência expurgados de seu conteúdo e substituídos por significados novos e completamente estranhos a sua extração mais genuína, operação que, para Martins(...) tem por objetivo atender necessidades políticas e ideológicas”.

Mesmo deixando evidente a dificuldade de prever precisamente a data de surgimento deste processo, o autor da tese sobre o “rpto ideológico da categoria subúrbio”, explica que esta passa a ocorrer de forma mais evidente a partir do final da gestão reformista do prefeito Passos, o que não exclui a possibilidade de já estar ocorrendo muito antes. Portanto, segundo Fernandez as conseqüências do conjunto de reformas urbanas se constituiu como marco de mudança do paradigma suburbano.

Na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, os mecanismos de segregação espacial já se faziam sentir pelo menos desde meados do século XIX, porém estes se intensificaram a partir do momento que os membros das classes mais abastadas passaram a sentir a necessidade de sair da região central e se instalarem nos diversos arrabaldes da cidade, tanto ao sul como ao norte, principalmente para fugirem das epidemias e da vida conturbada.

Usando de seus próprios meios materiais para tal, os membros das classes dominantes da época se deslocaram do centro, assim, se auto-segregaram nos arrabaldes da cidade. Desta forma, surgiram vários novos bairros que só passaram a se tornar mais povoados com o desenvolvimento

⁹¹ Idem, p. 27.

⁹² Idem, p.1-2.

dos transportes coletivos. Aos pobres restava a moradia junto ao centro da cidade, preferencialmente num dos diversos cortiços que ali haviam.

Entretanto, este primeiro processo de deslocamento das classes dominantes não se configuraria como um processo final, pois o modelo de segregação espacial da cidade ainda estava em franco desenvolvimento, gestado em meio ao contexto internacional de modernização capitalista. Até então a palavra subúrbio encontrava ainda poucas aplicações ou repercussão além de seu significado tradicional.

“Para que se originasse um novo processo de segregação residencial, foi necessário o surgimento de novos símbolos atribuídos às diferentes áreas da cidade. De um lado, a palavra subúrbio deixou de significar “os arredores da cidade” para ser atribuída aos locais de moradia de classes médias e pouco abastadas, que teriam sido ocupadas pelos trens e que se situavam ao norte da cidade. De outro, surgiu o conceito/símbolo de “zona sul”, referido à área da cidade composta pelos bairros que eram banhados pelo mar, que abrigavam as classes médias e altas da população, as quais tinham um estilo de vida moderno.”⁹³

Segundo Fernandez, até então a visão clássica de subúrbio o definia somente como área que cercava as regiões centrais da urbe, sendo utilizado para quase todas periferias, independente do uso do espaço. Mas, em ritmo acelerado esta terminologia toponímia passa a ter seu sentido intencionalmente deturpado, em meio ao grande crescimento da cidade. Enquanto as circunscrições urbanas foram reformulado o mapa carioca, simultaneamente muitas freguesias passam a ser redimensionadas e segmentadas em pequenos bairros incorporadas à cidade, mesmo sem deixarem de ser chamadas de subúrbios.

A visão original de tal nomenclatura, que não carregava em si noções depreciativas foi sendo substituída. Assim, o subúrbio passa a perder aquela imagem vinculado ao prazer e às necessidades nobres, permeadas por uma visão edênica e bucólica, vinculado também à agricultura e pecuária praticada por trabalhadores que o habitavam.

Ao mesmo tempo em que ocorria um processo de depreciação voluntária da categoria subúrbio, este acabava por atingir igualmente seus moradores, ajudando a criar o estigma do suburbano. Procurava-se marcar não apenas uma diferença funcional deste espaço da cidade, embutindo um novo significado desqualificador, como também associá-lo ao feio, atrasado, ao

⁹³ CARDOSO, Elizabeth Dezouart *“Estrutura Urbana e Representações: a invenção da Zona Sul e a construção um novo processo de segregação espacial no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX”*, p.8. Disponível em: http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20ElizabethDezouartCardoso.ED11.pdf , Acesso em 26/06/2008.

Tivemos acesso a este trabalho quando foi apresentado no VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, realizado na UFF, em 2004. Atualmente virou uma Tese de doutorado em Geografia da UFF, em andamento.

sujo e perigoso. Todo um imaginário que se criou sobre este espaço correspondia a um novo modelo de segregação sócio-espacial.

Henri Lefebvre, que procurou em sua obra analisar a influência do sistema capitalista no espaço urbano, já nos alerta para o fato de que todo espaço social possui sempre uma representação carregada de interesses ideológicos⁹⁴. No caso do subúrbio essa representação passou a gradualmente representar o interesse da elite dominante, que através do trinômio trem-proletário-subúrbio buscava de fato concretizar um modelo de ocupação para a região.

A busca de moradias no subúrbio para atender a demanda dos pobres por habitação aparecerá com grande nitidez no ano de 1903, quando uma comissão designada pelo Ministério da Justiça e do Interior pedia uma solução para “*o urgente problema das habitações populares na capital da República*”⁹⁵

A noção depreciativa dos espaços suburbanos foi incorporada de forma eficaz à sociedade, sendo concretizada pela falta de políticas públicas encampadas nesta região. Processo que é facilmente evidenciado pelos moradores das chamadas regiões “periféricas”, constatando de forma prática a pouca evolução e a falta de melhorias em infra-estrutura e transporte, durante mais de um século, resgatando a dura realidade histórica de pouca ou nenhuma assistência concedida para estas regiões economicamente desfavorecidas.

“... muito cedo ficou evidente para os novos personagens o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro diante das demandas dos novos tempos (...); a imagem do progresso se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia (...); quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.”⁹⁶

De maneira algumas esperávamos que fosse fácil encontrar uma definição clara e consensual do conceito de subúrbio, muito mais diante a toda particularidade que o caso carioca apresenta, conforme evidenciamos no trabalho do professor Nelson da Nóbrega Fernandez. Mas, se existe um consenso este paira sobre a má utilização, geralmente de forma negativa e estigmatizada, em contraposição a uma região central. Segundo Fernandez: “*O conceito carioca*

⁹⁴ LEFEBVRE, Henry. “*Espacio & política*”. Barcelona: Ediciones Península, 1976. p. 46

⁹⁵ BENCHIMOL, Jaime Larry. “*Pereira Passos, Um Haussmann Tropical: As Transformações Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro No início do Século XX*”. Dissertação de Mestrado em Ciências, COPPE/UFRJ, 1982. p. 39.

⁹⁶ SEVCENKO, Nicolau. “*Literatura como Missão*”: *Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. SP: Brasiliense, 1983.

*de subúrbio é uma representação que sintetiza um discurso ideológico sobre o lugar dos pobres na cidade do Rio de Janeiro. Ela significa o tipo de cidadania reservada para a maioria de sua população.*⁹⁷

A difícil delimitação da área em questão revela em si uma falta de interesse, fruto de uma depreciação do subúrbio e dos elementos que o compõe, sendo, além de uma questão contemporânea, um problema histórico que se expressa através da complexidade de definir estas fronteiras, proveniente do processo de fragmentação e reconfiguração das freguesias de Inhaúma, Irajá, Engenho Novo, Engenho de Dentro, como identificamos nos mapas (3.2, 3.3 e 3.4)⁹⁸.

A falta de uma uniformização estética e urbanística, a descontinuidade de construções, a coexistência novo e do velho, do agrário e do industrial nos ajuda a entender o emprego deste conceito a determinadas áreas da cidade. Sendo assim, o subúrbio passa a ser representado como a margem, o extra muros, o território impreciso e não consolidado ao plano urbano central.⁹⁹ Esta perspectiva acaba por não considerar o papel espontâneo e sua própria edificação, de seu fazer-se, como resultado de ações individuais e do investimento privado de pequenos proprietários, moradores-construtores sempre direcionados a uma necessidade conjunta de sobrevivência econômica.

*“Independentemente do status social de seus ocupantes, o subúrbio é quase sempre analisado enquanto lugar predominantemente residencial ou como lugar de mera reprodução social*¹⁰⁰ No entanto, algumas particularidades deste modelo fogem a simplista relação entre centro-periferia, onde um espaço unipolar e radiocêntrico é margeado por uma coroa de áreas suburbanas cuja dinâmica é regulada a partir de uma centro. *“Uma exceção a esta regra é encontrada nos estudos sobre São Paulo onde o subúrbio sempre foi retratado de forma polissêmica, havendo ali descrições de setores suburbanos de elite, industriais e operários, agrícolas, de vilegiatura etc.”*¹⁰¹

No caso carioca o que entendemos por subúrbios históricos parecem estar muito bem delimitados em uma região pontual e retilínea que em sua grande maioria acompanha os contornos da linha férrea, sendo principalmente a da Central do Brasil de ocupação mais antiga

⁹⁷ FERNANDEZ, Nelson da Nóbrega. *“Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: O Rio de Janeiro 1858-1945”*. Dissertação de Mestrado em Geografia, PPGG/UFRJ, 1996. p 190

⁹⁸ Os mapas para análise comparativa podem ser encontrados no Anexo III deste trabalho.

⁹⁹ DOMINGUES, Álvaro. *“(Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?* Revista da Faculdade de Letras-Geografia.I Série, Vol X/XI. Porto, 1994/5.

¹⁰⁰ Idem, p 6

¹⁰¹ Ibidem, p. 190.

da cidade. Dada a força desta perspectiva, evidenciamos que o rapto histórico fez com que fosse sendo perdida a polissemia do subúrbio carioca.

Deste ponto de vista o novo emprego da categoria subúrbio, após seu rapto ideológico corresponde normalmente a uma representação social estigmatizada. O subúrbio torna-se em alguma instância o lugar da exclusão, da marginalidade e da segregação social, da anomia, da ausência de uma noção de pertença a um lugar, do déficit de cidadania, etc.”¹⁰²

Desta forma, à distância para o centro não é apenas física e sim sociológica e simbólica. Sendo assim, um subúrbio pode estar localizada numa área considerada como central, uma espécie de gueto bem típica das grandes cidades norte americanas. *“Periferização e subúrbio no sentido geométrico do termo podem , assim, não coincidir.”*¹⁰³

Para melhor exemplificarmos essa complexa relação e demonstrarmos sua atualidade temos como exemplo clássico o processo de congestionamento urbano das grandes cidades e seu respectivo escoamento para os subúrbios. No caso carioca a “ideologia burguesa” das elites locais optou por criar novas periferias associando prontamente estas regiões ao belo e ao moderno. Criase assim, o Jardim Botânico, Gávea, Leblon e de forma mais radical e contemporânea a Barra da Tijuca, num processo que reverte a concepção natural de proximidade física em relação à distancia social, na busca de criar nesta nova periferia um “mundo perfeito”, longe suficiente da “pobreza mórbida”, e completamente desassociando dos subúrbios históricos.¹⁰⁴

A concepção de cidade que reafirma o elo de identidade e marca a ponte de encontro dos homens entre o passado e o presente será, com este processo, parcialmente destruída na busca de uma dinâmica favorável à realidade capitalista.

Contudo, os subúrbios ferroviários não foram lugares destinados exclusivamente aos pobres, o que significa que, do ponto de vista do direito social da habitação, podemos afirmar que a República, além de expulsar os pobres da região central da cidade, não garantiu sequer condições mínimas para estes ocuparem os subúrbios .

Um exemplo esta equivocada prática pode ser vista durante a gestão Pereira Passos, onde através do Decreto de número 39, de 10/02/1903, criou-se uma série de normas para construção que dificultavam ainda mais a construção de habitações populares nos subúrbios. Assim, a tentativa de organização espacial acabou propiciar a criação de favelas por toda cidade – inclusive naquelas áreas mais periféricas, que teoricamente seriam destinados aos proletários.

¹⁰² Idem, p. 7

¹⁰³ Idem, p. 7.

¹⁰⁴ Considerados aqui como os subúrbios da Central do Brasil, sendo os de ocupação mais antiga da cidade.

Através da consulta e contraposição do trabalho de Álvaro Ferreira¹⁰⁵, outro autor que assim como nós usou a referencial obra do professor Nelson da Nóbrega Fernandez de base para a inteligibilidade do conceito de subúrbio pudemos perceber:

“... que o padrão de segregação que se reproduz através do conceito carioca de subúrbio, reifica o subúrbio enquanto ideologia, o que acaba por legitimar não só os discursos que fazem apologia ao status quo como aqueles que se opõem a ele e o denunciam; isto porque não vão além da forma, ou seja, classificam as aparências mas não as explicam e ao não fazê-lo reificam as práticas sociais a partir da ideologia dominante. Portanto, repete-se um dos fundamentos das ideologias que é a negação e/ou omissão do processo histórico. É a naturalização do real e sua redução ao presente, onde o passado existe para ratificá-lo.”

Neste sentido propomos um novo entendimento das relações de poder, diretamente expressas na configuração geográfica da cidade, principalmente a partir do processo de construção depreciativa da categoria subúrbios. Assim, acreditamos que as regiões destinadas às classes pobres no passado encontravam-se, e ainda encontram-se, inteiramente sucateadas e desfavorecidas frente a um núcleo detentor de melhores sistemas de infra-estrutura urbana, bem como de seus respectivos equipamentos.

Após o advento da revolução industrial tem-se um cenário cada vez mais furtivo para a produção de espaços de diferenciação - uma necessidade compatível com a lógica consumista e individualista - onde o “espectro aristocrata”¹⁰⁶ almejava separar e classificar cada vez mais a potencial sociedade de consumo. Esta moral trazia consigo uma nova concepção de organização espacial e social que priorizava o espaço privado em detrimento ao papel do lugar público, ou melhor, tentava apropriar-se e reformular o papel do público no campo privado, onde a idéia do controle cotidiano passa gradualmente a fazer parte da esfera do poder privado que imediatamente cria seus próprios signos e leis para lhes garantir um privilegiado status social.

Através deste entendimento sobre as distintas realidades geopolíticas da cidade pretendemos que todos os leitores possam alcançar o teor segregacional contido na origem de um projeto elitista de depreciação¹⁰⁷ do subúrbio, que aos poucos passaria a influir na modificação da visão sobre as antigas freguesias rurais, produzindo uma nova concepção pejorativa desta região,

¹⁰⁵ FERREIRA, Álvaro. *Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros*. Biblio 3w (Barcelona), v. XIV, 2009.

¹⁰⁶ Entendido aqui como um resquício do modo de pensar da antiga sociedade de cortes, socialmente estratificada, que parecia manter-se através do tempo principalmente pela idéia da classificação social.

¹⁰⁷ Sempre buscando o afastamento político e o distanciamento socioeconômico, através de uma espécie de ferramenta de controle desta mesma população pobre.

sobretudo durante o período de transição¹⁰⁸ econômica e política, vivenciado pela sociedade carioca entre as primeiras décadas do século XX.

Ao término deste primeiro capítulo esperamos termos apresentado, de forma coerente, os pontos fundamentais deste trabalho, no que se trata da necessidade cotidiana de resistências do plural grupo que passa a compor os subúrbios. Assim como acreditamos ter apontado minimamente os principais acontecimentos históricos que contribuíram para a formação e manutenção desta área chamada de subúrbio. Também gostaríamos de deixar claro ao leitor nossa compreensão quanto à necessidade de manutenção e utilização da palavra subúrbio que, segundo o nosso entendimento, não implica necessariamente em uma reafirmação da depreciativa lógica dominante tal como aponta Fernandez:

*“Predomina entre nós, em nossa linguagem, a idéia de um espaço subordinado e sem história, sem criação, sem cultura, carente de valores estéticos em seus homens e sua natureza - subúrbio é quase sempre feio e sem atrativos, ausente de participação política e cultural. No máximo, concede-se ao subúrbio o lugar de reprodução”.*¹⁰⁹

¹⁰⁸ Modificações estruturais que se processam tanto no campo social, quanto no campo do desenvolvimento urbano, ainda em um cenário furtivo às ideologias contestatórias sob influência européia: penetração de ideais anarquistas e socialistas e o grande papel do positivismo na conformação do pensamento político das elites.

¹⁰⁹ FERNANDEZ, Nelson da Nóbrega. *“O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: O Rio de Janeiro 1858-1945”*. Dissertação de Mestrado em Geografia, PPGG/UFRJ, 1996, p.31.

Capítulo II

II.1 - O papel dos migrantes na formação de laços de identidades e alteridades suburbanas

Almejando a aproximação analítica do contexto histórico, assim como das particularidades do objeto em questão, principalmente por priorizarmos investigar algo tão subjetivo como os mecanismos cotidianos de resistência dos moradores suburbanos, faz-se necessário formatarmos um eficiente quadro comparativo. Desta forma, esperamos estar utilizando devidamente os indispensáveis subsídios metodológicos da história comparativa, como instrumento de ajuda para compreender quem eram e como viviam esses agentes que ainda hoje chamamos simploriamente de suburbanos.

Através do cruzamento de uma série de dados, ao longo deste capítulo buscamos confrontar informações referentes ao quantitativo de passageiros nos transportes suburbanos, as cifras da atividade comercial, do número de logradouros, de residências e de profissionais localizados na região. Deste modo, nos propomos a definir melhor as principais características dos grupos que conviveram em tal parte da freguesia de Inhaúma, no início do século XX. Que tipo de trabalho exerciam? O que mais onerava seus custos de vida? Quais foram os fatores preponderantes na construção de suas redes de identidade e alteridade?

Sabemos que a suposta homogeneidade contida na palavra “suburbano” inicialmente conota uma interpretação limitada, muitas vezes ocultando a pluralidade das origens sociais e das razões econômicas que acabaram por conduzir tantas pessoas para estes novos bairros periféricos.

É expressivo o número de pesquisas que tendem a sugerir, incorrendo em erro, ao alegar, que a maioria dos moradores que passariam a compor a atmosfera suburbana ali chegaram quase simultaneamente, fugidos do conjunto de reformas do prefeito Pereira Passos, sobretudo devido à drástica diminuição da oferta de habitações populares na região central. Porém, esposamos de outra perspectiva, que indica a existência de um relativo crescimento ocupacional que já vinha ocorrendo em algumas partes da freguesia de Inhaúma muito antes das reformas implementadas pelo senhor Passos, basicamente a partir do segundo quartel do século XIX.

Tal como nos sugere Robert Moses Pechman¹¹⁰, mesmo já tendo sido iniciado o processo de retalhamento das grandes freguesias rurais, na primeira metade do século XIX ainda continuavam a existir um número significativo de grandes propriedades rurais nesta região. A partir de 1850 esta grande quantidade de terras passaria, gradativamente, a ser vendida ou arrendada, contribuindo para a formação de um incipiente mercado de terras rurais, onde os terrenos seriam usados também para fins especulativos. *“Abrindo caminhos para construir novos bairros, centenas de novos arruamentos começaram a cortar as antigas chácaras suburbanas, condição necessária para o desencadeamento do processo de produção de moradias.”*¹¹¹

Em direção análoga, o professor Joaquim Justino Moura dos Santos acaba por confirmar a antecedência deste processo de ocupação, pois para ele, bem antes do início das intervenções urbanísticas do século XX, era perceptível que uma espécie de processo transformador já vinha afetando as antigas funções econômicas e sociais das freguesias rurais de Inhaúma e Irajá:

*“Entre os anos de 1820 e 1872, (...) as grandes lavouras da freguesia entram em declínio, o qual é acompanhado pela decadência do escravismo local, (...) fim da conjuntura favorável às exportações de açúcar para o mercado externo e do deslocamento (...) para fins residenciais e na substituição gradativa das antigas funções rurais que desempenhava por funções caracteristicamente urbanas.”*¹¹²

As interpretações de Pechman e Santos acabam também por chocar-se com a idéia, construída pelo senso-comum, na qual os bairros suburbanos teriam sido formados exclusivamente por moradores pobres expulsos da região central, negros recém libertos e migrantes de freguesias e províncias mais interioranas. No entanto, a presença de funcionários públicos de médio escalão e imigrantes estrangeiros, preferencialmente gozando de uma saudável situação financeira, nos parecem bastante significativas em um primeiro momento desta ocupação. Não só pelo elevado custo de vida, proveniente do acrescido preço das passagens, ou mesmo, dos gastos com alugueis e materiais de construção, mas também pelo fato dos novos moradores destas praças estarem de alguma forma dispostos a redefinirem seus laços de sociabilidade e sua própria identidade ao começarem uma nova vida, ou melhor, uma vida em outro lugar.

¹¹⁰ PECHMAN, Robert Moses *“A Gênese do Mercado Urbano de Terras: A Produção de Moradias e a Formação dos Subúrbios no Rio de Janeiro”*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ/IPPUR, 1985.

¹¹¹ Idem, p. 143.

¹¹² SANTOS, Joaquim Justino Moura dos *Contribuição ao estudo da história do subúrbio do Rio de Janeiro: a freguesia de Inhaúma (1743 a 1920)*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1987. p. 67.

No capítulo 6.2 do trabalho de Joaquim Justino¹¹³, intitulado: “*Distribuição das principais categorias profissionais no município da Corte e em Inhaúma em 1870*”, já encontramos fortes indícios da pluralidade de ocupações profissionais ainda antes dos grandes fluxos populacionais que se dirigirem com maior intensidade a esta praça a partir do início do século XX

Com relação à fatia de participação dos trabalhadores das freguesias suburbanas no comércio percebemos que está era bastante reduzida, pois representava apenas 2,63% da totalidade desta atividade frente ao Município da Corte.

Os funcionários públicos municipais, no total de 30.066, que a pesar de residirem em sua maioria nas freguesias do centro da cidade, estavam representados em 4,67% os residentes na zona rural. Este número aproximadamente representava cerca de 143 funcionários que optaram por morar longe do centro, ainda em 1870, mesmo tendo que se deslocar com grande frequência para a sede destes órgãos municipais na região central.

Neste contexto, ao ocuparem um espaço físico nos subúrbios não seriam necessários apenas recursos materiais, mas igualmente estarem disposto a construir novas redes de relacionamento em um ambiente ainda pouco conhecido. Tudo isso, sem escapar a lógica comum do capitalismo modernizador, que tornava ainda mais natural a necessidade da formação de grupos, em meio aos recém chegados, almejando lutarem por melhores condições de vida. Algo que nos parece não ser tão simples para a maioria da população do período que necessitava vender cotidianamente, pelas melhores ofertas da região central, sua força de trabalho jornalreira para sobreviver.

Acreditamos ser bastante pertinente a hipótese que testaremos, ao longo deste segundo capítulo, sobre a possibilidade de construção de mecanismos efetivos de resistência forjados a partir do conjunto de novas experiências e identidades locais, provenientes da ocupação e das relações cotidianas em um novo espaço social suburbano. No entanto, apesar de darmos destaque aos mecanismos comuns de sobrevivência dos grupos ali instalados, reconhecemos de antemão que por muitas vezes ter um mesmo ideal de sobrevivência não homogeneíza um grupo fundamentalmente heterogêneo, com relação às suas trajetórias, destinos ou vivências.

Para apuramos nossas reflexões com relação às experiências cotidianas destes grupos plurais, que se deslocaram durante o período estudado para estas regiões suburbanas em expansão, partiremos em busca de exemplos que possam desmontar de forma mais clara a experiências destes indivíduos em meio ao convívio nos subúrbios.

¹¹³ Idem, p. 154-179.

Para tal, iniciaremos com a análise de um particular caso que nos deparamos ainda no início de nossa pesquisa de campo, enquanto fotografávamos e cadastrávamos as fachadas mais antigas da vizinhança da Rua Cruz e Souza, no bairro do Encantado¹¹⁴. Ali mesmo um interessante indício arquitetônico acabou por nos revelar algo marcante sobre uma nova identidade em construção. Neste pequeno trecho, conforme nossas fotos apontam, pudemos verificar a presença, em cerca de meia dúzia de fachadas, de uma espécie de inscrição logotípica estampada no pórtico superior de tais prédios, que expunha aos transeuntes à leitura da estilizada composição das consoantes L.P.S.



Figura 2. Inscrição das iniciais L.P.S. em fachadas de imóveis no bairro do Encantado – ago/2008.
Fonte: Arquivo pessoal do autor

Uma evidente série de indagações produz-se com relação à simbologia de tal sequência de letras. Porque elas ocupavam uma parte privilegiada da fachada? Qual era a relação com o lugar em que foram construídas? Que recado elas nos pretendem transmitir?

Nossa pesquisa de campo partiu dessas inquiuições e felizmente encontrou respostas satisfatórias em meio às páginas dos registros de propriedade destes respectivos imóveis. Para comprovar devidamente nossa descoberta documental consultamos a memória dos mais antigos moradores dos entornos destes resistentes edifícios, assim pudemos chegar ao nome comum do primeiro proprietário e construtor dessas edificações que foi o senhor Luiz Pavão de Sousa.

Porém, somente a obtenção deste nome eliminava poucas das nossas perguntas iniciais, passávamos agora a saber um pouco mais sobre o que significava aquela símbolo, mas ainda não compreendíamos o que ele pretendia representar, ou porque o construtor repetia propositalmente sua marca nos prédios que construía.

¹¹⁴ O bairro suburbano do Encantado surgiu em 15 de abril de 1868, com a inauguração da estação intermediária entre Engenho de Dentro e Piedade, e ainda hoje é a principal divisão geográfica desses dois bairros que priorizamos estudar neste trabalho.

No entanto, o depoimento do proprietário atual de uma destas casas, herdeiro do homem que comprou diretamente o imóvel das mãos da esposa do construtor Luiz Pavão de Sousa, nos concede uma pista elucidativa.¹¹⁵ O filho do então segundo proprietário da casa de número 385 nos revela que seu pai, um comerciante português chegado ao Brasil no final da década de 1930, comprou esta residência de um patrício. Ou seja, passamos a deduzir que Luis Pavão de Souza provavelmente era um pequeno negociante português que certamente fez riqueza construindo, alugando e vendendo casas num momento muito apropriado, em meio ao conjunto de intervenções urbanas do início do século XX.

Apesar de não termos encontrado nenhuma documentação que comprove as origens lusitanas do senhor Luiz Pavão de Sousa, mesmo com todo esforço de pesquisa junto aos códices sobre permissões e licenças para obras e reformas do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, não temos maiores motivos para duvidar da veracidade de tal informação. Durante nossa pesquisa de campo, quando entrevistamos mais de uma dezena de moradores antigos do bairro, em busca de indicações de parentes ou informações valiosas, além de não obtermos nenhuma negativa com relação à provável nacionalidade deste famoso comerciante, ainda tivemos duas grandes confirmações sobre a origem portuguesa do mesmo. Não só o senhor José Carlos Aires reiterou tal fato, como ainda pudemos contar com o importante depoimento do Senhor Gabriel Oliveira Martins, de 79 anos de idade, que além de reconhecido morador e comerciante local ainda conviveu na sua infância com o próprio Luiz Pavão de Sousa, em virtude da amizade estabelecida entre a mãe do entrevistado e a segunda mulher do senhor Luiz.

Também é bastante interessante saber que tanto o senhor Gabriel como o senhor José Carlos ainda hoje moram, respectivamente, na casa vizinha e no próprio imóvel construído originalmente pelo imigrante, que marcava sua identidade empreendedora através da sigla LPS.

Analisando o documento abaixo podemos perceber que os prédios situados nos dois lados do adquirido também pertenceram a Luiz Pavão de Sousa, algo que também fica evidente por encontramos a característica marca LPS nas fachadas que ainda se mantém inalteradas. “... *de extensão por ambos os lados, contrapondo, pelo lado direito com o prédio n° 379, de propriedade do espólio autorgante; pelo esquerdo com o prédio n° 389, também de sua propriedade...*”

¹¹⁵ Extraído da escritura de compra e venda registrada no 21º Ofício de Notas pelo tabelião Cunha Ribeiro no livro 734/76v. no dia 05/06/1967. O material nos foi gentilmente cedido pelo atual proprietário do imóvel, senhor José Carlos Aires.

Assim, passamos a perceber que a prática de comprar terrenos muitas vezes mais acessíveis e satisfatórios, tanto em tamanho quanto no preço, nas requisitadas áreas suburbanas visando a futuras edificação sobre o mesmo, tornava-se um empreendimento bastante rentável para a época.

outorgante vendedor, o Espólio de LUIZ PAVÃO DE SOUZA, neste ato representado por sua inventariante, D^a MARIA CARDOSO DE SOUZA, brasileira, viuva, de prendas domesticas, residente nesta cidade, e com interveniência do Senhor CLAUDIO FERNANDES, nos termos do alvará adiante mencionado; e, como outorgados compradores, GASPAR FRAGA AIRES, português, solteiro, maior, proprietário, residente nesta cidade, à rua Cruz e Souza nº 385; MANUEL ALVES, português, casado, proprietário, residente nesta cidade no próprio imóvel objeto desta escritura, e ANTONIO JOAQUIM AIRES, português, casado, proprietário, residente nesta cidade, à rua Capitão Rezende nº 403, apartº nº 301; os presentes meus conhecidos e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas, as quais também conheço, do que dou fé, bem como de que a presente será anotada no competente distribuidor, dentro do prazo da lei.- E, perante as mesmas testemunhas, pelo espólio outorgante, por sua inventariante me foi dito que, - é senhor e legítimo possuidor, dentre outros - do prédio e respectivo terreno à rua Cruz e Souza nº 385, na freguesia de Inhauma, desta cidade, edificado em terreno que mede 5,10ms de largura na frente, igual largura na linha dos fundos, por 22,00ms de extensão por ambos os lados, confrontando, pelo lado direito com o prédio nº 379, de propriedade do espólio outorgante; pelo esquerdo com o prédio nº 389, tam-

Figura 3. Contrato de compra e venda de imóvel.

Fonte: Arquivo pessoal de José Carlos Aires

Em um rápido levantamento contabilizamos oito imóveis, somente na mesma rua, que em algum momento estiveram sobre a posse deste comerciante, um terreno não edificado, quatro casas geminadas, um galpão e duas lojas. Esta quantidade expressiva de propriedades nos revelam alguns dados importantes, principalmente no que se refere à viabilidade financeira deste tipo de empreendimento, ou seja, alguém só pode continuar construindo se a procura por moradias na região for realmente satisfatória.

A partir do exemplo fornecido por este caso, passamos a ter motivos para crer que a ostentação de sua marca nos revelava um claro caso de exaltação a sua própria personalidade, assim como ao seu negócio como construtor. Um típico caso de valorização de sua posição social que esboça bem a delineação de uma nova identidade. Neste sentido, Luiz Pavão de Souza parece querer enfatizar tanto seu lado de construtor dos subúrbios quanto o de próspero comerciante português.

Por sentirmo-nos obrigados a entender melhor o papel desses imigrantes e de suas ações individuais na formação dessa região, aprofundamos nossa pesquisa, onde pudemos constatar que o senhor Luiz Pavão de Sousa não era, de maneira alguma, uma exceção. Com facilidade podemos encontrar uma extensa lista de casos similares no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, ao analisarmos os pedidos de “*Licenças de Obras*” que passaram a ser obrigatórios a partir da publicação do decreto n. 391 de 10 de fevereiro de 1903.

*“Artigo 1o. Nenhuma obra de construção, reconstrução, acréscimos e modificações de prédios poderá ser começada nas freguesias da Candelária, Santa Rita, Sacramento, S. José, Santo Antônio, Espírito Santo, Santana, Glória, Lagoa, Gávea, S. Cristóvão, Engenho Velho, Engenho Novo, Inhaúma e Irajá sem licença da Prefeitura”.*¹¹⁶

Segundo Maria Paula Albernaz¹¹⁷, em fins do século XIX e início do XX poderíamos facilmente encontrar espalhados por quase todos os distritos da cidade, proprietários que individualmente construíam em seus terrenos conjuntos de casas visando a obtenção de renda imobiliária.

Se este processo se dava de forma contundente nos principais distritos da cidade não seria de se estranhar que ocorresse com a maior intensidade na crescente região suburbana, muito em função dos menores preços de lotes e terrenos nos entornos da cidade.

Tabela 4. Preço Médio do Terreno no Rio de Janeiro, por bairro, em 1927

| Bairro | Preço (m²) |
|-----------------|---------------|
| Cais do Porto | 300\$ |
| Andaraí | 35\$ |
| Muda da Tijuca | 80\$ |
| Conde de Bonfim | 150\$ a 200\$ |
| Hadock Lobo | 150\$ a 200\$ |
| Botafogo | 300\$ |
| Copacabana | 120\$ |
| Avenida Central | 3000\$ |

¹¹⁶ AGCRJ, Códice 18-3-13, “Decretos Executivos” do ano de 1903.

¹¹⁷ Maria Paula Albernaz e Cecília Modesto Lima, “*Dicionário Ilustrado de Arquitetura*”. São Paulo; ProEditores, 1998.

| | |
|---------------------------------|---------------|
| Avenida Beira-Mar | 600\$ a 800\$ |
| Subúrbios até Engenho de Dentro | 20\$ |

Fonte: RICHARD, Eugênio. *O Problema da Habitação e a Crise das Casas. Entrevista Cultura e Trabalho –1927.*

Muitos elementos apontam para o papel de destaque desempenhado pelos pequenos comerciantes estrangeiros, em particular nas imediações dos bairros do Engenho de Dentro e Piedade. Vale destacar que o Rio de Janeiro era, logo no começo do século XX, uma efervescente capital de pouco mais de 800.000 habitantes, dos quais cerca de 25% eram de nacionalidade estrangeira e, desses, mais da metade eram portugueses¹¹⁸.

Na busca de autores que nos pudessem auxiliar a comprovar que inicialmente a presença imigrante nos subúrbios foi mais significativa do que as pesquisas apresentam, da mesma forma, que a maioria da população pobre da cidade evitaria ao máximo ter que sair da região central arriscando perder o contado com seu principal local de trabalho e meio de sobrevivência, encontramos a obra *Trabalho, Lar & Botequim* de Sidney Chalhoub, que acaba por nos apresentar uma visão ainda mais ampliada destas relações:

*“Existia ainda no caso da cidade do Rio de Janeiro, um outro fator de complicação para o negro: além do branco, era grande a probabilidade de ele ter de se defrontar com um empregador estrangeiro, na maioria das vezes português. Com efeito, os portugueses dominavam grande parte da atividade comercial e de serviços da cidade e mostravam uma acentuada preferência por seus patrícios quando da contratação de empregados. É verdade que a atividade das classes dominantes em relação ao português era em geral ambígua, e Luiz Edmundo, por exemplo, chega a sugerir que eles eram os ‘autores do atraso nacional’. Esta atitude negativa em relação ao português, entretanto, era relativizada pelo fato de que dentro das próprias elites parecia haver um número considerável de abastados comerciantes portugueses. Entre os populares, os portugueses carregavam, sem dúvida, o estigma de serem avaros e exploradores, o que na verdade apenas refletia a situação real de predominância portuguesa no pequeno comércio da cidade. Em suma, os brasileiros pobres de cor se viam praticamente privados da possibilidade de conseguir uma colocação como assalariados numa das áreas mais dinâmicas da economia da cidade – o comércio.”*¹¹⁹

Passamos a entender melhor como as novas identidades em construção nos subúrbios cariocas, assim como em quase toda cidade nesse momento, eram fragmentadas e fortemente marcadas por fatores particulares de identidade e alteridade. Tais como estas acima citadas, muitos outros fatores de diferenciação ou identitários poderiam gerar constantes conflitos, estabelecendo-se em meio as relações entre comerciantes e os jornaleiros, ou ainda, entre

¹¹⁸ Dados do censo de 1906, na cidade do Rio de Janeiro: população total - 811.443; estrangeiros - 210.515; portugueses - 133.393 (CHALHOUB, 1986: 24-26). O Rio de Janeiro abrigava, então, quase quatro vezes a população de São Paulo (239.820 habitantes) e Salvador (205.813), sessenta vezes a de Belo Horizonte (13.472), onze vezes a de Porto Alegre (73.647) e mais de sete vezes a população de Recife (113.106) (Anuário estatístico do Brasil - IBGE, 1995).

¹¹⁹ CHALHOUB, Sidney “Trabalho Lar & Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque”. 2ª edição/Ed. UNICAMP, São Paulo 2001, p. 114 e 115.

comerciantes brasileiros e portugueses, e até mesmo entre portugueses da região central e dos subúrbios, entre outras.

Essas questões talvez elucidem melhor a necessidade daquele construtor suburbano da Rua Cruz e Sousa em enfatizar tanto sua marca, como prova de um elemento reintegrador da sua nova identidade. Buscando passar por mais do que um simples imigrante português, Luis Pavão de Sousa pretendia ser reconhecido como uma espécie de bem sucedido empreendedor daquela área.

Tudo isso passa a ser muito mais significativo, tal como aponta Eulália Lobo em sua referencial pesquisa sobre a cidade do Rio de Janeiro, ao conferir relativo destaque à importância econômica e política destes migrantes através da análise comparativa dos recenseamentos de 1890, 1900 e 1906, mesmo fazendo ressalvas sobre a validade do censo de 1900, ela aponta que:

*“O ritmo acelerado de crescimento da população decorria em parte do fluxo de libertos e de imigrantes. Os nacionais eram em número de 190.689 em 1872, 398.299 em 1890 e 519.849 em 1900 e os estrangeiros 84.283 (30,65% do total), 124.352 (23,80%) e 171.716 (24,83%), respectivamente.”*¹²⁰

Caso nossa hipótese, baseada na análise do caso de Luiz Pavão de Sousa, esteja realmente correta, como sugere no mínimo uma dezena de fachadas ainda existentes na mesma rua - construídas entre os anos de 1896 e 1930 - também poderíamos encontrar outros registros e histórias similares nos imóveis em nome de outros proprietários, estrangeiros e nacionais.

Em outro importante registro histórico, num documento do *Registro Geral e das Hypothecas* datado de maio de 1911, encontramos a compra de um terreno situado no número 26 da Travessa Dias Pereira, no bairro de Piedade.¹²¹ Tal fonte nos revela um dado curioso, o terreno que pertencia até então a Antonio Lopes de Figueiredo foi vendido por 300\$000 mil reis para um novo proprietário de nome Genaro Bocchette.

Apesar de não constar nos registros a nacionalidades do comprador, tendemos a acreditar que seu novo proprietário não fosse nacional. Para além do sobrenome atípico, este indício aumenta ainda mais ao comprovarmos que em um curto período de 8 anos o mesmo Genaro Bocchette vende este imóvel por um valor considerável após ter construído uma casa no mesmo terreno, que já aparece pronta em documento de 1915.

Ou seja, Genaro Bocchette compra o terreno como forma de investimento, sem a finalidade de residir no mesmo tendo meios para se manter em outra locação. Além disso, dispõe

¹²⁰ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer “História do Rio de Janeiro”: Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. Ed. IBMEC, Rio de Janeiro 1978, p. 469- 470.

¹²¹ Material gentilmente cedido pelo proprietário da casa até 2008, senhor Jorge Nunes Ferreira.

ainda de mais recursos para construir um imóvel. Somente após o término da construção consegue resgatar seu investimento de anos ao vender a propriedade para Adalberto Caire de Roure pela quantia de 5:000\$00, com um lucro de aparentemente aproximados 170%, sem considerarmos o custo da edificação.

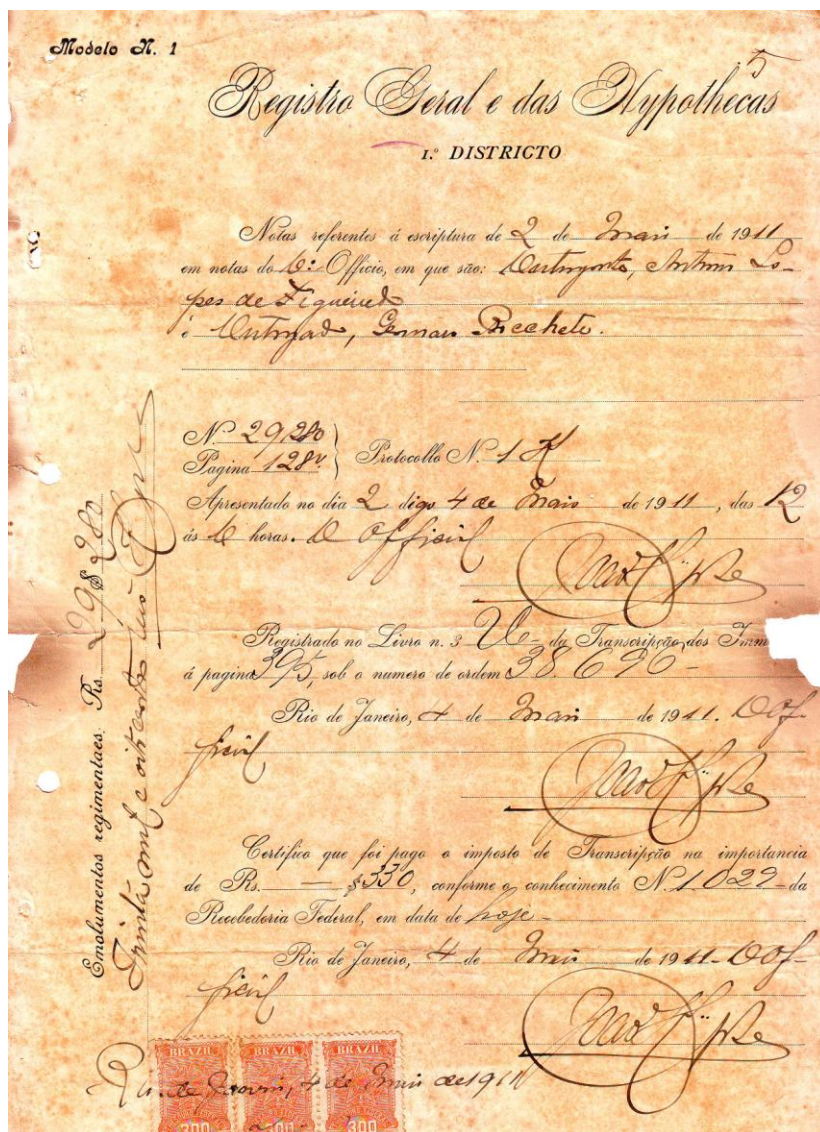


Figura 4. Registro Geral e das Hypothecas Genaro Bocchette, 1911.
Fonte: Arquivo pessoal de Jorge Nunes Ferreira

Outra importante informação que complementa bastante a lógica de investimento dos imigrantes em atividades comerciais no Brasil nos é apresentado pelo trabalho de Oswaldo Porto Rocha.¹²² Em sua obra Rocha indica que o presidente Rodrigues Alves conferiu destaque a dois

¹²² ROCHA, Oswaldo Porto. “A era das demolições, cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920”. RJ; Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1986”.

pontos-chaves em meio ao seu projeto político-administrativo que eram: priorizar a remodelação da capital e incentivar a política de imigração.

Já em seu discurso de posse proferido no dia 15/11/1902 encontramos um claro sinal de uma dessas prioridades:

*“...Confio grandemente na ação do trabalhador estrangeiro, que nos tem trazido a energia de sua atividade, e em várias zonas da república é conhecida e louvada a influencia de seu concurso fecundo para o desenvolvimento de nossas variadas produções...”*¹²³

No entanto, o fluxo migratório que aumenta consideravelmente a partir do início do século XX já vinha ocorrendo desde longa data, principalmente devido ao fato de a Europa na segunda metade do século XIX passar por mudanças bruscas decorrentes do desenvolvimento da industrialização. Assim como os problemas causados pelas unificações italiana e alemã que geraram milhares de deserdados, muitos acabaram por escolher o Brasil como destino.

Enquanto a miséria, o desemprego e o difícil acesso à propriedade fundiária provocavam a saída da Europa, nosso país tornava-se atraente com a promessa de trabalho, terras e do sonho da ascensão social. No Brasil Império, era intensa a demanda por mão-de-obra para a cafeicultura em expansão, numa época em que o tráfico negreiro estava em vias de extinção. A vinda de europeus atendia, portanto, a essa necessidade, também contribuindo para a ocupação territorial e o branqueamento do povo.

A imigração estrangeira, que já era considerável, cresceu mais ainda a partir das décadas de 1870 e 1880 e se estende até meados do século XX. Antes de 1850 dificilmente o número de imigrantes excedia 2.000 por ano. Após a aprovação das leis do ventre-livre, em 1871 e da lei áurea, em 1888, que forçaram os fazendeiros a procurar outras fontes de mão-de-obra, que a imigração para o Brasil decolou. Estima-se que no ano de 1888 desembarcaram em nossos portos mais de 130 mil imigrantes. O número total de imigrantes vindos para o Brasil até então, que era de 750 mil, subiu para cerca de 5 milhões entre 1884 e 1963, metade dos quais entraram entre 1889 e 1913.

Os principais portos de entrada eram Rio de Janeiro, Santos e Salvador, e logo que chegavam a essas praças, eram registrados pela Agência Central de Imigração. No caso do Rio de Janeiro, eram levados então para a Ilha das Flores e distribuídos pela Casa dos Imigrantes. Os que se destinavam a São Paulo continuavam a viagem até Santos no mesmo barco em que vieram, contudo, após 1854 muitos navios seguiam direto¹²⁴.

¹²³ Idem, p. 59-60.

¹²⁴ PRADO, Caio Júnior. *“História Econômica do Brasil”*. 22ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979, p.188-189.

O governo imperial se comprometia em auxiliar a vinda dos imigrantes efetuando o pagamento da passagem da Europa para o Brasil. Mas é justamente sobre o financiamento da passagem que um ofício do Ministro da Agricultura, Antonio da Silva Prado, de 27 de junho de 1884, vai informar que o governo “(...) *não dispõe de muitos recursos (...) mas confia no auxílio das classes e dos cidadãos mais de perto interessados (...)*. Esse ofício foi dirigido aos presidentes de província do Brasil, a diplomatas e cônsules no exterior. O ofício dizia também que o governo imperial pretendia criar núcleos coloniais de pequenas propriedades para estabelecer o imigrante; esses lotes seriam localizados em pontos estratégicos, próximos a estradas-de-ferro e de rios navegáveis. O mesmo ofício solicitava aos proprietários agrícolas que facilitassem o quanto pudessem o acesso a terra aos imigrantes, alguns lotes poderiam ser cedidos gratuitamente ou mediante condições módicas: “(...) *que, trazendo o trabalho e a indústria, serão outras tantas forças poderosas para multiplicarem a produção (...)*”.

Torna-se evidente que a intensificação da imigração para o país, sobretudo para esta cidade-capital, foi um dos elementos que contribui para o aquecimento do mercado imobiliário, gerando uma maior procura por terrenos e propriedade acessíveis, conseqüentemente favorecendo ainda mais a formação de um crescente mercado de imóveis suburbanos.

Tabela 5. Evolução da População Portuguesa na Cidade do Rio de Janeiro (1900/1920)

| Ano | População Brasileira | População Total da Cidade do Rio de Janeiro | População Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro | % dos Portugueses sobre a População do Rio de Janeiro | Estrangeiros na Cidade do Rio de Janeiro | % dos Portugueses sobre Estrangeiros no Rio de Janeiro |
|------|----------------------|---|---|---|--|--|
| 1890 | 14.333.915 | 522.651 | 106.461 | 20,37% | 155.202 | 68,60 |
| 1906 | 17.438.434 | 811.443 | 133.393 | 16,44% | 210.515 | 63,36% |
| 1920 | 30.635.605 | 1.157.873 | 172.338 | 14,88% | 239.129 | 72,07% |

Fontes: Anuário estatístico do Brasil (IBGE, 1996); Chalhoub (1986: 24-26); Anuário estatístico do Brasil (IBGE, 1995); Pereira (1981: 253); Lobo (2001:46)

Apesar de ocuparem postos de trabalhos variados, em sua maioria, os imigrantes obtinham colocações no pequeno comércio e nas áreas de prestação de serviços, mas também tinham uma significativa entrada na crescente indústria.

Cada ambiente de trabalho produzia suas próprias dinâmicas de sociabilidade, as relações hierárquicas e o convívio com os companheiros de trabalho, ajudavam a forjar laços identitários.

É o caso do grande número de operários que mudaram para os subúrbios devido a uma nova colocação de trabalho junto ao corpo de funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil.

A pesquisa da historiadora Gláucia Cristina Candian Fraccaro¹²⁵, sobre as relações de trabalho estabelecidas em meio às oficinas da EFCB, nos deu grandes subsídios para compreender como era a vida dos moradores dos bairros do Engenho de Dentro, Encantado e Piedade e suas relações para além do ambiente de trabalho, nas horas de lazer, em suas casas e ruas.

Encontramos um bom exemplo a ser considerado ao investigarmos a vida dos antigos moradores da residência de número 130 da Rua Cruz e Souza, onde hoje se encontra a atual proprietária Iris Barbara dos Santos outrora residiu um importante funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil. Mesmo sem sabermos ao certo o seu posto na hierarquia da referida corporação, nos arriscamos a alegar que seria um cargo satisfatoriamente bem remunerado. Tal afirmação é feita a partir da análise da casa e do terreno que ainda hoje ostentam tal propriedade em comparação ao padrão de ocupação da região.

Anexado à documentação do inventário deste imóvel ainda tivemos a felicidade de encontrar uma série de papéis que nos forneceram dados muito úteis no que diz respeito às relações sociais de seu proprietário. Destacamos o trecho inicial de um informativo destinado aos empregados da estrada de ferro.



Figura 5. Anúncio da Associação Funerária São Diogo.

Fonte: Arquivo pessoal de Iris Barbara dos Santos

Mais propriamente sobre a bela casa, que ostenta em sua fachada a data de edificação de 1896 e que, segundo o relato dos próprios moradores, é uma das mais antigas do bairro, encontramos vasta gama de informações.

¹²⁵ Fraccaro, Gláucia Cristina Candian “*Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920)*”. Dissertação de Mestrado em História, UNICAMP Campinas, SP; 2008.



Figura 6. Festa do Divino Espírito Santo do Encantado, na Rua Cruz e Souza.
Fonte: Arquivo pessoal de Iris Barbara dos Santos

Um dos principais dados extraído da documentação de registro deste imóvel, nos remete ao nome de um dos primeiros proprietários deste imóvel, o senhor Isaias José Martins. No inventário ainda constam, contas de pena d'água, quitadas desde 1905 até a década de 1930, plantas do terreno, licença para construção e reforma e um registro de transmissão de propriedade, abaixo reproduzida, data de 1904.

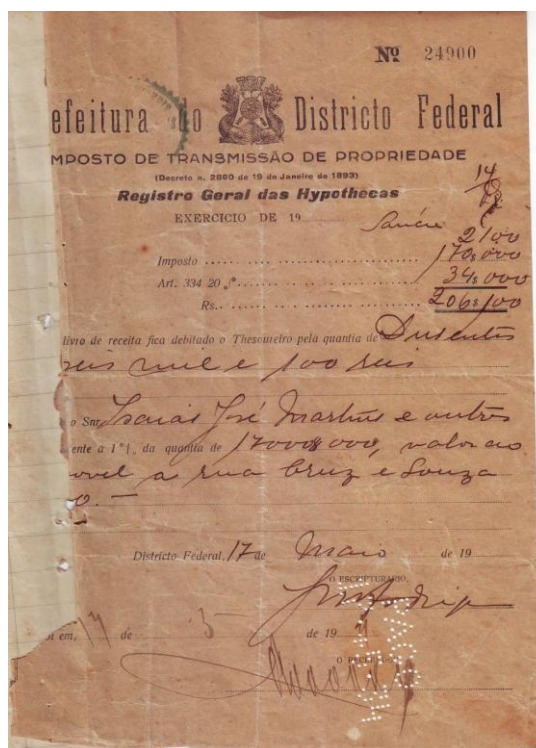


Figura 7. Registro Geral de Hypothecas de casa na Rua Cruz e Souza, em 1911..
Fonte: Arquivo pessoal de Iris Barbara dos Santos

Assim como outros proprietários, pelo que pudemos perceber, este funcionário também faz questão de investir em seu espaço social, promovendo benfeitorias que acabavam por expressar grande parte da sua visão sobre aquela nova morada, criando de certa forma uma relação particular de identidade local.

Percebemos que o papel ativo desse pequeno grupo de “desbravadores” dos terrenos suburbanos, também acabou por contribuir, através de suas ações edificadoras, para a implementação de serviços para estas áreas. Ao mesmo passo que surgia uma nova edificação também surgia a necessidade de proporcionar as condições básicas para a sobrevivência dos moradores neste local, tal como a implementação de serviços de luz, água, gás, entre outros.

“Podemos afirmar que a criação dos bairros suburbanos foi fruto, especialmente, da ação dessas famílias proprietárias de terras, que, talvez já pressentido que a cidade cresceria na direção de suas propriedades trataram de colocá-las a venda no momento no momento que mais lhes pareceu adequado”¹²⁶

Estamos procurando demonstrar que além de um forte grupo de imigrantes, principalmente portugueses, que ao saírem de seu país já o fazem com destino certo, muitas vezes para auxiliarem seus patrícios nos negócios promissores nos subúrbios, outros trabalhadores também procuravam a região em busca de melhores condições de trabalho e moradia.

Em parte, essas experiências conjuntas em termos culturais podem ser chamadas de ações coletivas, que acabam produzindo a formação de laços de identidade e alteridades, que se consolidariam em meio às classes sociais. Através destas ações coletivas podemos enxergar o aparecimento de um determinado grupo comum, que passará a seguir um determinado conjunto de interesses comuns. Estes interesses podem ser imediatos e causais ou implícitos visando embates futuros.

Muitas das ações que analisaremos ao longo deste trabalho através do auxílio dos conceitos de resistência e experiência, serão igualmente apreendidas em meio aos mecanismos cotidianos de ajuda coletiva dos grupos suburbanos, que em sua maioria, evitavam confrontos diretos com as autoridades.

Continuaremos procurando deixar bem claro que muitos trabalhadores passaram a viver na freguesia de Inhaúma antes mesmo da implementação de qualquer postura do Prefeito Passos,

¹²⁶ PECHMAN, Robert Moses “A Gênese do Mercado Urbano de Terras: A Produção de Moradias e a Formação dos Subúrbios no Rio de Janeiro”. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ/IPPUR, 1985, p.125.

e que tampouco uma maioria tinha que se deslocar cotidianamente para a região central da cidade em busca de trabalho. Sendo assim, passaremos a analisarmos um quadro de profissões para a freguesia de Inhaúma, até 1890, perceberemos a importância significativa dos profissionais que trabalhavam nas próprias regiões suburbanas, comerciantes, operários e lavradores que construíram uma relação endógena aos seus bairros. Relações estas, que podem facilmente terem perdurado durante todo o período pesquisado por nós (1900-1903).

Ao utilizarmos a rica interpretação estatística elaborada pela pesquisadora Cristiane Regina Miyasaka¹²⁷, buscamos dar maior visibilidade ao quantitativo de trabalhadores de Inhaúma e suas respectivas categorias profissionais. No entanto, conforme ressalta Miyasaka, o crescimento apresentado por esta Freguesia até a década de 1890 não fora uniforme: “... *embora Inhaúma fosse o distrito suburbano mais próximo do centro, possuía áreas em seu território que ainda eram rurais e outras, como a contemplada pela Estrada de Ferro Central do Brasil, cujo processo de urbanização estava em franco desenvolvimento*”.¹²⁸

Mesmo reconhecendo que muitas mudanças ocorreram durante os 16 anos que separam os recenseamentos de 1890 e 1906, tendo consciência que tais modificações ocorreram não só no campo quantitativo como na própria composição social da população, ainda assim acreditamos que este impacto em termos profissionais, para o caso do nosso recorte espacial, não alterou por completo um modelo em anterior desenvolvimento.

Por mais que entre estes anos a freguesia de Inhaúma tenha sofrido um aumento populacional da ordem de aproximadamente 290%, a porcentagem de aumento das categorias profissionais acompanhou proporcionalmente este acréscimo da oferta, destoando apenas nas categorias referente aos profissionais de segurança pública e indústria, que sofreram respectivamente um aumento de 3.327% e 1.279%.

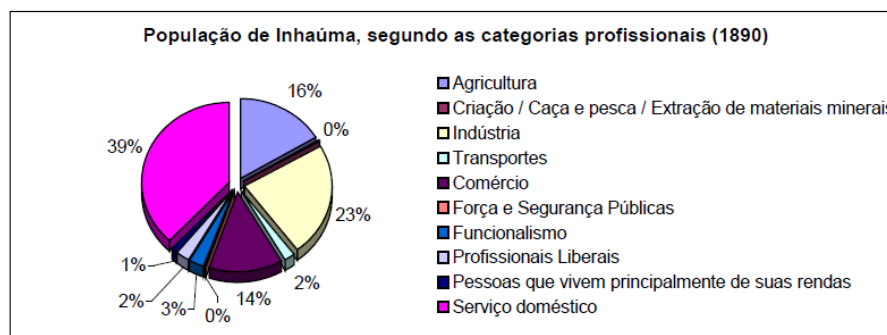


Figura 8. População de Inhaúma, segundo as categorias profissionais (1890).

¹²⁷ MIYASAKA, Cristiane Regina “*Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma, Rio de Janeiro, 1890- 1910*”. Dissertação de Mestrado História, UNICAMP. SP, Campinas, 2008, p. 48.

¹²⁸ Idem, p. 46.

Também achamos pertinente ressaltarmos o significativo crescimento das atividades comerciais, já que em 1870 estas representavam apenas 2,63%, e em 1890, passaram a incorporar mais 11,37% de trabalhadores de Inhaúma. Outro expressivo crescimento se deu no campo da produção industrial, que com 23% ocupa a segunda posição no ranking das atividades econômicas deste subúrbio.

A efervescência econômica da virada do século afetou em cheio as relações sócio-espaciais da antiga Freguesia de Inhaúma, fez aumentar a concorrência e gerar maiores antagonismos, ainda assim este ambiente continuou a promover condições favoráveis para a formação de identidades em meio a toda pluralidade.

Quanto à relação da pluralidade suburbana, ou melhor, da falta de uma clara homogeneidade interna de tal área segregada, as contribuições do trabalho de Villaça¹²⁹ são fundamentais. Para ele, as classes “superiores” se auto-segregam em determinadas áreas da cidade onde estão mais fortemente concentradas, mesmo que não estejam numericamente mais presentes ali que as classes baixas.

Em Trabalho, Lar & Botequim, Chalhoub apresenta um retrato preciso destas questões que contemplam o campo das disputas sociais em meio a uma crescente mentalidade de produção capitalista, repercutindo diretamente na formação de laços de identidade e alteridade que permeavam o mundo do trabalho no contexto. Para exemplificar estas conflituosas relações extraímos um emblemático trecho que sintetiza tais disputas e suas prováveis repercussões, fortemente marcadas pela penetração de novos valores morais e do crescimento das atividades comerciais e indústrias. Desta forma, Chalhoub:

“... sugere também que havia no comércio ambulante uma certa tendência de grupos de uma mesma nacionalidade em se dedicar a um ramo semelhante dentro dessa atividade. Assim é, por exemplo, que os italianos aparecem como vendedores de fósforos, espelinhos, tesouras, botões e outras miudezas. Os portugueses, muito numerosos, desempenhavam funções mais variadas, aparecendo como leiteiros, vendedores de frutas, bacalhau etc. Além disso, Luiz Edmundo, ferrenho inimigo dos portugueses, a quem responsabilizava pelo ‘atraso nacional’, afirma que estes dominavam o pequeno comércio não ambulante da cidade, estando estabelecidos em ‘mercearias, padarias e quitandas’. (...) às vezes, os ambulantes de uma mesma nacionalidade se aglomeravam numa determinada área da cidade, como, por exemplo, os imigrantes sírios e libaneses – chamados indistintamente de turcos – que já naquela época se localizavam em grande número ao longo da Rua Senhor dos Passos e adjacências.”¹³⁰

¹²⁹ VILLAÇA, F. “Espaço intra-urbano no Brasil”. SP: Studio Nobel Editora/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.

¹³⁰ CHALHOUB, Sidney “Trabalho Lar & Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque”. 2ª edição/Ed. UNICAMP, São Paulo 2001, p. 104-105.

A luz do suporte epistemológico das reflexões bourdianas, passamos a entender que as ações e atitudes individuais ou coletivas dos seres humanos são determinadas por elementos que vão além da simples intenção objetiva, em grande parte sendo construídas inconscientemente, a partir das relações estabelecidas no conjunto de experiências práticas do convívio social, e são por esse convívio determinados¹³¹.

O que estamos procurando demonstrar e que embora o fato de residir e trabalhar em um mesmo cenário suburbano produza condições favoráveis para a formação de laços de identidade, estas identidades não são estáticas ou acabadas e continuam sendo fragmentadas e ressignificadas em meio a outros fatores que incidem sobre os moradores desta freguesia.

O que passamos a afirmar, com base nos exemplos analisados neste capítulo, é que o conjunto de novos moradores que chegavam a estes bairros, apesar de em sua maioria se reconhecerem como suburbanos não apropriavam-se dessa única identidade, mas também possuíam várias outras, que muitas vezes podiam ser conflituosas ou mesmo antagônicas. Quanto maior era o grau de interações, mais essas identidades se descentralizam e se fragmentam, já que maior seria a gama de material simbólico a que estes indivíduos estavam submetidos ao contacto.

Por fim, acreditamos que o cotidiano moradia/trabalho, trazia em si, valores que iriam interagir, de forma particularizada, com cada indivíduo, contribuindo para a construção da sua própria identidade. Da mesma forma, os laços de alteridade, que produziam mecanismos de diferenciação social eram passíveis de reformulações e ajuste de acordo com a necessidade individual ou coletiva de sobrevivência.

*“Embora sejam inegáveis as dificuldades enfrentadas por eles, parece-me que não se trata da perda de uma “identidade social”, mas da necessidade de rearticular formas de sobrevivência, de criar outras estratégias de convivência e de utilização do espaço.”*¹³²

¹³¹ BOURDIEU, Pierre. *“A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer”*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 170.

¹³² MIYASAKA, Cristiane Regina *“Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma, Rio de Janeiro, 1890- 1910”*. Dissertação de Mestrado História, UNICAMP. SP, Campinas, 2008, p. 10.

II.2 - Os subúrbios em questão: ampliando o debate referente à construção de moradias no subúrbio



Di Cavalcanti

“A Casa é nosso próprio elemento, nossa segunda pele, como se costuma dizer: ela é nosso canto do mundo, testemunha de nossa intimidade mais profunda. É por esta razão que ao lermos uma casa, estamos revelando a relação de seu morador-construtor com o mundo e como ele se ilude ou percebe a realidade.

*Ao primeiro olhar, a casa nos parece apenas uma forma geométrica, um volume habitável, decidido racionalmente. Mas logo começam a se insinuar alguns traços que vão compondo uma determinada feição, uma personalidade e eis que o espírito da casa aparece estampado em sua fachada. É ela que conta para nós sobre seu morador-construtor, que não é um habitante passivo, mais um artista que pinta com suas próprias cores, um quadro interativo”.*¹³³

São inegáveis os avanços técnicos e científicos, principalmente no campo da arquitetura e da construção civil, que adentraram nesta cidade pela porta escancarada do modernismo aos moldes europeus. Nos idos de 1900, uma série de transformações em curso na cidade do Rio de Janeiro, seguiam influenciadas profundamente por uma espécie de “projeto civilizatório republicano”.

Comprometida com a noção de progresso, buscando maquiar a realidade através de uma espécie de “Estética da Modernidade”, identificada pela historiadora Cláudia Oliveira¹³⁴, seguia a vida na Capital, preocupando-se em não retratar o feio, nem o pobre, exaltava-se de forma manipuladora somente os aspectos positivos das regiões que se queriam modernizar.

Porém, a poucos quilômetros da região central, crescia abundantemente o número de construções de pequenas casas geminadas, vilas e casebres habitados, em sua maioria, por

¹³³ BARROS, Ana. “As Fachadas da Arquitetura Espontânea Kitsch do Subúrbio Carioca”

¹³⁴ A autora apresenta em sua dissertação uma grande preocupação republicana como uma Modernidade de Fachada. Para maiores esclarecimentos: “Fotografia, cidade e indivíduo em Fon-Fon, Seleta e Para Todos 1907-1930” dissertação de mestrado em História do Brasil, UFRJ/IFCS, de Cláudia Oliveira.

comerciantes, funcionários públicos e operários que passariam a residir nos nascentes bairros suburbanos. Por outro lado, também surgiam nesses novos bairros salões dançantes, clubes recreativos e esportivos e inúmeras associações políticas, onde nas primeiras décadas do século XX, conviviam concomitantemente imigrantes das mais distintas nacionalidades ao lado de afro-descendentes que, em outras situações, competiam pelos mesmos postos de trabalho, mas que agora passavam a fazer parte de uma mesma rede de relações sociais, estando longe dos olhos dos governantes que preferiam ignorar as dificuldades vivenciadas pelos novos moradores dessas regiões.

Em outras palavras, os moradores de um dado bairro suburbano passariam de alguma forma a se identificarem com este espaço devido a sua necessidade de uso cotidiano do mesmo. A casa e em parte a rua, esses pequenos espaços representativos da vida privada, ganhariam assim status públicos uma vez que passavam a ser encarados como a representação do indivíduo em meio ao espaço comum a todos. Esta relação pode ser bem representada pela dicotomia estabelecida entre o “espaço de dentro” – no caso, a residência – e “o espaço de fora” – que corresponderia ao restante daquela parte específica da cidade, os subúrbios.

A partir da forte inter-relação que se estabelece entre essas duas esferas, o bairro passa a representar o prolongamento desse “dentro”. Nesse sentido, o lugar em que se mora adquire uma particularidade em relação às demais regiões da cidade. Esta relação é tão singular, que mesmo quando alguém de fora da realidade suburbana busca esboçar alguma menção de denúncia e apoio a tal causa, indiretamente, acabava incorporando em sua fala elementos depreciativos. Demonstrando o desconhecimento desta realidade de pertencimento interna.

*“A população é uma população exausta... É uma gente que acorda já cansada, pensando nas duas viagens de trem, no calor, na poeira, no dia que recomeça, idêntico ao da véspera e que se repetirá na manhã seguinte... O Rio, distante, como um monstro insaciável, absorve nas suas usinas, nos seus escritórios, nas suas repartições, aquela população inteira que, à noite, ela devolve, extenuada aos seus lares. Enquanto a grande cidade numa orgia de Luz, espreguiça-se pelas avenidas lindas e floridas... os subúrbios, soturnos e tristes, adormecem estafados numa noite curta que acabará cedo, pela madrugada, ao apito do primeiro trem...”*¹³⁵

A imagem oferecida por Benjamin Costallat¹³⁶ não é totalmente depreciativa, busca na verdade denunciar as duras condições de vida da população suburbana, ressaltando essa população através de seu valor quanto classe trabalhadora. No entanto, é inegável que a sua visão

¹³⁵ COSTALLAT, Benjamin. “*Mistérios do Rio*” Apud: KESSEL, Carlos “A Vitrine e o Espelho”: O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Dissertação de Mestrado em História, IFCS/UFRJ, 1996.

¹³⁶ Benjamin Delgado de Carvalho Costallat foi um famoso jornalista, romancista, cronista, carioca do início do século XX, que escreveu sobre o cotidiano da cidade que se transformava física e psicologicamente através do saneamento e da demolição de casarios antigos.

externa somada ao tom contundente da sua fala, que aponta para a visão dos “subúrbios soturnos e tristes”, acaba por expressar em parte a lógica dominante que as elites se empenhavam em perpetuar.

No entanto, os grupos socialmente segregados, aos quais o autor faz alusão, eram na verdade constituídos tanto por trabalhadores quanto por membros da pequena burguesia, proprietária de pequenos estabelecimentos comerciais e de confortáveis e belas moradias.

Desta forma, reenteramos que não só os indivíduos que não tinham mais condições materiais de residirem na região central passaram a procurar os subúrbios. Já demonstramos também, que muitos comerciantes e outros investidores passaram a instalar-se na região visando se beneficiarem do significativo aumento da demanda por produtos e serviços locais.

Como forma de comprovarmos o expressivo aumento da importância comercial suburbana, devemos considerar o crescente número de propagandas encontradas nos jornais suburbanos, que analisaremos melhor no capítulo seguinte. Tais como os da oficina de carpinteiro de Manoel Martins da Rocha¹³⁷, especializada em construção e reconstrução de prédios, a do armazém de madeiras e materiais de Machado Bastos & C., na estação da Piedade,¹³⁸ a do construtor de prédios Antonio da Rosa Pereira,¹³⁹ a da padaria Central das Oficinas, existente no Engenho de Dentro,¹⁴⁰ a da barbearia de Macedo, no Encantado,¹⁴¹ só para citar algumas.

Conforme também chama a atenção Cristiane Regina Miyasaka¹⁴², a efervescência comercial era um dado extremamente representativo do crescimento da região em questão, assim como da pluralidade dos prestadores de serviços. Desta relação vão surgir muitos novos padrões e empregados, clientes e comerciantes, proprietários e inquilinos, compradores e vendedores.

“A diferença social – comumente vista como puramente econômica e material – aqui é percebida como uma representação social, como uma forma de nomear e interpretar os elementos do mundo vivido. Nesse momento não interessa se os suspeitos são criminosos, se os freqüentadores dos botequins são bêbados, se os cortiços são prostíbulos. A idéia que se constrói destes lugares é essa, seus freqüentadores assim são tomados. Nesse momento temos a diferença social produzindo a diferença econômica, vemos a representação sobre o outro produzindo a prática da exclusão social.”¹⁴³

¹³⁷ Publicada no *Progresso Suburbano*, 02/03/1902, p. 4.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 4.

¹³⁹ *Idem*, 02/04/1902, p. 3.

¹⁴⁰ Publicada no *Echo Suburbano*, 10/08/1901, p. 4.

¹⁴¹ *Idem*, 24/08/1901, p. 4.

¹⁴² MIYASAKA, Cristiane Regina “Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma, Rio de Janeiro, 1890- 1910”. Dissertação de Mestrado História, UNICAMP. SP, Campinas, 2008, p. 39.

¹⁴³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: 2001. (Brasiliense Novos Estudos; 5)

Tanto pelo aumento no número de moradores, quanto pela intensidade das mudanças vivenciadas nos período, acreditamos que entre os anos de 1900 e 1903 houve uma acentuação no número de embates e conflitos por parte dos novos residentes desta freguesia frente, principalmente às representantes do poder público. Por meio disso, torna-se tangível a proposta deste trabalho de identificar os níveis de divergências e convergências entre os variados grupos que agora se encontravam num espaço em acelerado processo de transformação.

Existe um certo consenso da historiografia, tal como afirma Chalhoub¹⁴⁴, que durante a “orgia das picaretas de Passos” existia uma elite de empresários intimamente associada ao poder público que coordenava o processo de urbanização que visava orientar a ocupação do espaço urbano de acordo com os interesses da acumulação capitalista. No entanto, para o autor não existia uma concordância das elite, já que:

*“As transformações urbanas opuseram na verdade dois grupos de interesses bastantes distintos: de um lado, havia a já mencionada burguesia ligada ao grande comércio e importação, aos meios de transporte e à construção civil; mas, de outro lado, tínhamos um grupo talvez menos poderoso, porém bastante tradicional na cidade, constituído pela pequena burguesia.”*¹⁴⁵

Para Elizabeth Dezouart Cardoso, o espaço urbano constitui-se de um conjunto de localizações que são produzidas através do trabalho humano, onde as classes sociais lutam pelas mudanças, assim como pelo controle da produção do espaço urbano que é desigual. Esta luta se estabelece nas três esferas da totalidade social: no campo econômico, político, e ideológica.¹⁴⁶ Neste sentido, através da análise mais detalhada dos mecanismos de construção das moradias suburbanas, pretendemos nos aprofundar com relação ao campo das experiências cotidianas de resistência, de embates e acomodações dos agentes que edificavam suas moradias nos bairros suburbanos.

Ao considerarmos a documentação que trata das licenças para construções ou reformas de prédios em Inhaúma, percebemos que as tentativas de regulamentação do uso do solo suburbano muitas vezes surtiram pouco efeito, já que uma gama de artifícios foram empregados, como mecanismos de resistência, para burlá-las. Além disso, o fato de inúmeras missivas terem sido enviadas ao poder municipal, solicitando a anulação de multas aplicadas pelos fiscais, mostra que

¹⁴⁴ CHALHOUB, Sidney “Trabalho Lar & Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque”. 2ª edição/Ed. UNICAMP, São Paulo 2001, p. 135.

¹⁴⁵ Idem, p. 137.

¹⁴⁶ CARDOSO, Elizabeth Dezouart “Estrutura Urbana e Representações. Citando Villaça (1998), p.7.

a população não estava disposta a aceitar a imposição dessas normas, pelo menos, não sem negociar.

As páginas do *Relatório da Inspeção de Higiene Pública*¹⁴⁷, já traziam no ano de 1892 um conjunto de normas referentes ao Código de Posturas Municipais, estes vigiam basicamente a respeito das reformas urbanas e traziam entre seus artigos:

“Artigo 1º Obriga a solicitação de licença para construção ou reconstrução dentro e mesmo fora dos limites da décima urbana.

Artigo 2º/3º Seção, Determina que as casas coletivas deveram atender: as condições técnicas de construção de casas particulares, as especificadas para casas coletivas e ainda as específicas para vilas operárias.

Artigo 16º Institui vistoria nos prédios recém construídos para a verificação das condições de higiene e habitabilidade”.

As exigências eram tamanhas a ponto de quase impossibilitar a construção de uma única casa completamente legalizada. É neste momento que uma forma muito peculiar de resistência será posta em prática por parte dos moradores suburbanos, uma tentativa de burlar as exigências dos códigos de construção e até mesmo estampar em sua fachada características que representassem seu posicionamento político, religioso, cultural e estético.

Levantamos a hipótese de que uma das formas mais utilizadas por estes moradores, para burlar os inspetores e fiscais da prefeitura, era a prática de promover apenas uma reforma na antiga fachada das casas, enquadrando-as aos moldes do Código de Construção vigente, ao término desta rápida espécie de maquiagem, incluía-se a data de tal procedimento numa tentativa dissimulada de enganar a fiscalização, através da suposição de que acabara de ser licenciada e por isso estava dentro das normas exigidas.

Acreditamos na viabilidade de tal hipótese, por encontramos nesta região suburbana um grande numero de fachadas reformadas, contendo em sua frente uma data próxima ao período de publicação do código que condiz ao mesmo contexto de reformas urbanas vividas pela cidade do Rio de Janeiro.

O número de fachadas contendo datas de momentos proximamente posteriores a publicação dos Códigos de Posturas Municipais mais contundentes, 1892 e 1902, são óbvias e latentes. Porém, ainda mais intrigante é perceber que em alguns dos registros de imóveis, por nós observados, a data de construção do referido prédio é bem anterior a estampada na fachada, tal como o exemplo da fotografia abaixo que apresenta o ano de 1903 mesmo tendo em seu registro a data de 28 de janeiro de 1889.

¹⁴⁷ Consultado nós no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice nº 40-4-50.

Outra importante evidência é que, em todo nosso mapeamento só encontramos uma única construção que estampa em seu portão de entrada uma data anterior a do ano de publicação do prematuro Código de 1892. E mesmo assim, este caso isolado parece não ter nenhuma relação com tais questões, já que é muito anterior a qualquer postura municipal, datando de 1808.

Realmente acreditamos que deva-se a isto o fato de um grande número de residências suburbanas ostentar em suas fachadas datas que vão desde 1808 - a mais antiga edificação, fotografada e identificada por nós, nesta pesquisa - até 1939, sendo a mais recente fachada aqui catalogada. Realmente a maior incidência de casos se dá concomitantemente em meio aos maiores níveis de fiscalização e controle, revelando uma clara forma de fraude as normas e posturas dos códigos.



Figura 9. Fachada de prédio com data de construção em 1903, na Rua Cruz e Souza.

Fonte: Arquivo Pessoal do Autor

Devemos lembrar que esta fraude, uma espécie particular de forma de resistência, se tornaria facilmente desvendável caso o fiscal resolvesse entrar na casa para verificá-la, pois logo ao transpor a beleza expressa da fachada reformada no interior de tais moradias deparar-se-ia com um forte contraste entre o novo e o velho da parte interior, sinalizando a prioridade do remodelamento e da reforma conferida somente para a parte exterior.

Aproveitando-se deste mecanismo, ou mesmo no caso da construção de uma residência realmente nova, muitos de seus proprietários aproveitavam as fachadas para expor diferentes temas ou estilos, motivos religiosos, inscrições, numerações em algarismos romanos, ou pinturas e esculturas diversas, que contribuíam para conferir uma maior identidade aos seus moradores.

Esta característica também promovia um maior fator de identificação entre os outros moradores dos entornos, que passaram a se associar através de elementos comuns, tais como: nacionalidade, religiosidade ou até mesmo por grupos familiares.

“Visam mais à estética dos edifícios que a sua solidez: preocupam-se muito mais com o exame das fachadas do que com ao que se refere à resistência dos materiais e segurança da fundações cujo a execução não era fiscalizada”¹⁴⁸

Assim, cresciam rapidamente de forma singular, estética e socialmente, o número de moradores e casas, que passaram a ser marcadas por um alto grau de proximidade física e geográfica. Em alguns casos tornava-se difícil identificar onde terminava uma residência e se iniciava a outra. Casas, vilas, avenidas, sobrados, palacetes e chalés expressavam em si particularidades do modo de vida suburbana.

Mesmo com toda pluralidade, alguns características comuns reproduziam-se com grande frequência, já que a maioria destas habitações possuíam, o pé direito alto, muros predominantemente baixos, fachadas ornamentadas, hortas e quintais bem cultivados, como se fizessem questão de ser particularmente parecidos nesses aspectos, integrando-se assim mais facilmente à rua e a vida cotidiana.

As variações de residências tradicionais ainda predominam na arquitetura local. Por maior número que sejam e por mais nuances e detalhes que possam lhes diferenciar, possuem um traço comum: o fato de todas estas construções não representarem um predomínio estilístico, um tipo hegemônico de arquitetura. Na verdade representam muito mais uma diversidade de influências, uma multiplicidade de estilos, algo tipicamente suburbano, fruto da necessidade de seus moradores por um tipo de habitação barata, estética e digna.

Passaremos agora a analisar melhor o impacto da publicação da Postura Municipal de 15 de setembro de 1892, que por um lado apresentava uma quantidade enorme de prescrições para a realização de construções ou reconstruções, mas por outro, dispensava de licença os casos de *“obras de simples reparo ou conserto, tais como renovação de estuques, (...) de soalhos, ou outra espécie de pavimento, pintura, e em geral, qualquer substituição de materiais, ou elementos da construção, por outros semelhantes, e com a mesma função arquitetônica.”*

Como veremos, a partir deste mesmo código, outro semelhante mecanismo de resistência foi forjado. A análise documental nos mostra que um número significativo de moradores que

¹⁴⁸ Eugênio Richard, criticando o regulamento de construção imposto por Pereira Passos, que constituía um grande empecilho a construção de casas populares. In.: BENCHIMOL, Jaime Larry. *“Pereira Passos, Um Haussmann Tropical: As Transformações Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro No início do Século XX”*. Dissertação de Mestrado em Ciências, COPPE/UFRJ, 1982.

foram multados por construírem ou reconstruírem irregularmente em suas propriedades passaram alegar que estavam apenas efetuando reparos em seus imóveis.

Segundo o código, dependendo do grau da punição aos infratores deveriam pagar multas que variavam, em média, entre 15\$000 e 30\$000, mas podiam chegar até 50\$000 dependendo do artigo infringido, ainda podendo ser obrigados a demolirem a parte da obra tida como irregular.

Para este momento, o valor das multas era bastante elevado considerando a relação entre a média salarial da época em comparação ao custo de vida. Conforme a tabela apresentada abaixo, uma multa como essa poderia representar o comprometimento de aproximadamente 30% do salário total de um bem remunerado operário do Arsenal de Guerra. Lembramos ainda que tal custo seria acrescido dos encargos provenientes da execução da obra, construtores e materiais, o que tornaria ainda mais devastador o peso do fisco.

Tabela 6. Custo de vida parcial e salário de um operário e sua família no Rio de Janeiro - 1890

| Custo de Vida | | Salário máximo operário do Arsenal de Guerra |
|---|----------|---|
| Alimentação de um operário e sua família, termo médio 4 pessoas | 60\$000 | |
| Aluguel de uma casa nos arrebalde | 30\$000 | |
| Sociedades, montepio e subscrições | 5\$000 | |
| Total | 103\$000 | 96\$000 |

Fonte: Adaptado de François Seouf, *Echo Populaire*, Rio de Janeiro, 1890.2001:46

Devido à grande quantidade de reclamações, fraudes e inadimplências – visando acabar com a brecha jurídica que permitia uma ambigüidade interpretativa desta postura – frente à alegação dos proprietários de que estavam apenas efetuando meras reformas, em 17 de Junho de 1893, a municipalidade promulgou nova resolução. No entanto, mesmo substituindo à antiga, uma determinação importante permanecia: para que alguém pudesse ter autorização de construção ou reconstrução dentro do limite da cidade continuava sendo obrigatório requerer a licença municipal. Somente as seguintes freguesias estavam isentas dessas exigências: Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Ilha do Governador e Paquetá.

O que parece ser uma grande conquista, no caso dos locais que passaram a não fazer mais parte de tal exigência, tornava-se algo ainda mais perigoso. Pois, a partir de então, assim que a obra estivesse concluída, ela passaria por uma criteriosa vistoria feita pelo engenheiro da Intendência e por um delegado de higiene, que comunicariam ao Prefeito se o prédio tinha sido construído de acordo com a lei e se possuía as “condições higiênicas indispensáveis”. Caso o

edifício ou parte dele estivesse diferente do projeto aprovado, o proprietário seria obrigado, além de pagar multa, demoli-lo no prazo de dez dias.

Não tardaria a aparecer novos mecanismos que visavam produzir uma particular forma de resistência a mais este posicionamento.

Aproveitando-se da imprecisão da nova legislação, que apresentava apenas um único artigo que dispunha sobre as moradias suburbanas, e prescrevia que os prédios deveriam ficar três metros afastados do alinhamento das ruas, uma nova onda de reclamações e fraudes passariam a demandar um tom mais enérgico dos representantes do poder público.

Como veremos longo abaixo, graças às contribuições do trabalho de Cristiane Regina Miyasaka¹⁴⁹, principalmente a partir do levantamento das fontes indicadas pelo capítulo intitulado *“Um distrito a todo vapor...”*, percebemos que esse critério bastante impreciso, acabou sendo a principal causa de multas aplicadas as pessoas que construíam em Inhaúma, durante a década de 1890.

*“Parágrafo único. Nas demais freguesias do Distrito Federal ficarão as construções apenas sujeitas ao preparo do solo pela drenagem e aterro, quando afastadas pelo menos nove metros do eixo das estradas, dependendo de arruação no caso contrário.”*¹⁵⁰

Como citamos acima, a partir dessa nova legislação, a obtenção de licenças não se daria apenas para os casos de construção ou reconstrução, mas também para as reformas e os acréscimos em obras já existentes, excetuando-se em alguns bairros periféricos como Inhaúma.

Provavelmente, essa vigilância em relação aos edifícios já construídos tinha como intuito evitar que aqueles que não se enquadrassem as normas dos planos de renovação urbana pudessem ser punidos e demolidos, acompanhando de perto o projeto inicial de extirpação dos cortiços.

Para a obtenção da licença, além do plano completo da obra, com planta de cada pavimento, era preciso cumprir com dois novos requisitos: comprovação da posse do terreno, *“quando a respeito houver dúvidas”* e tempo necessário para a construção do prédio¹⁵¹.

De posse da planta, ou do plano de obras, seria possível que os órgãos reguladores passassem a ter maior controle sobre os métodos e as formas de construção que o governo pretendia adotar como padrão. Porém, se ao longo da década de 1890 diversas regulamentações começaram a ser rigidamente impostas a todos àqueles que pretendiam construir, por outro lado,

¹⁴⁹ MIYASAKA, Cristiane Regina *“Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma, Rio de Janeiro, 1890- 1910”*. Dissertação de Mestrado História, UNICAMP. SP, Campinas, 2008, p. 31.

¹⁵⁰ Código de Posturas Municipais da cidade do Rio de Janeiro, de 1893, p. 388.

¹⁵¹ MIYASAKA, Cristiane Regina *“Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma, Rio de Janeiro, 1890- 1910”*. Dissertação de Mestrado História, UNICAMP. SP, Campinas, 2008, p. 84.

a população procurou evitar ao máximo pedir licenças, assim como pagar as multas emitidas pela municipalidade.

Um emblemático caso ocorreu no dia 1º de fevereiro de 1894, quando o proprietário Antonio Moreira Barboza foi multado em 50\$000 pelo agente fiscal Firmino Antonio de Gouvêa, que estava acompanhado pelos engenheiros Bernardo Ribeiro de Freitas e Carlos Americano Freire. Segundo os fiscais, o principal argumento que levaram à autuação do proprietário de cinco prédios situados na Rua Goiás em frente às Oficinas da Estrada de Ferro Central do Brasil, foram que estes estavam sendo construídos para além do alinhamento da rua, e também possuíam o pé-direito abaixo da altura legal, tal como as janelas não possuíam quadros de madeira.

De acordo com o auto de infração, o proprietário tinha três dias para pagar a multa, caso contrário, o dito auto seria remetido à Procuradoria da Fazenda Municipal podendo este ser processado judicialmente.

Sem aceitar a multa, ou por não possuir meio de arcar com o elevado custo da mesma, o senhor Antonio Barboza revolve recorrer ao Prefeito, através de uma carta apresentada no dia 7 do mesmo mês, por intermédio do despachante municipal Pinto Miranda, que alegava em sua defesa:

“Exmo. Senhor Dr. Prefeito do Distrito Federal

Antonio Moreira Barboza, crente de que as construções nas freguesias suburbanas, não precisam de licença, em vista do art. 1º § único, da lei Municipal de 17 de Junho de 1893, deu princípio à construção de cinco prédios à Rua Goiás, freguesia de Inhaúma, cuja rua mede 13m 20cm de largura, com a necessária solidez observando os preceitos de higiene. O supl. declara que os referidos prédios estão quase concluídos, e, tendo recebido do Sr. Agente a cópia do auto de infração que junta, sujeita-se ao pagamento da multa e mais custas do processo, pedindo a V. Exa que a vista da falta de casas para moradia de pessoas não abastadas, vos digneis ordenar a aceitação dos mesmos bem como licença para sua conclusão.”¹⁵²

Como é possível observar, o primeiro argumento utilizado na representação de Pinto Miranda insinde justamente sobre a ambígua interpretação da postura de 17 de junho de 1893, que deveria isentar as construções suburbanas do pedido de licença. Neste sentido, o argumento de defesa já inicia-se tentando inocentar seu cliente de uma acusação que não havia sido feita, mas que no fundo procurava expor a contraditória prática de não solicitar licença inicialmente e só fiscalizar ao termino de todos os esforços e custos da construção.

Em seguida, através de medições próprias, Miranda busca provar que a Rua Goiás possuía a largura de 13,2m, e que assim a obra estaria de acordo com a postura de 15 de setembro de

¹⁵² Idem, p. 88. AGCRJ, Código 9-3-21, Infração de posturas de Inhaúma (1890-1912).

1892. Por fim, tenta recorrer ao bom senso governamental, apelando para a necessidade de se preservar tal construção devido à grave crise habitacional vivida pelo Rio de Janeiro, cujas vítimas eram as “pessoas não abastadas”.

Mas, o que parece ser apenas uma simples tentativa de fugir da multa, acaba por revelar aspectos muito consistentes sobre os particulares mecanismos de formação de laços de identidade e das práticas de resistência suburbana, já que a petição dá indícios de que muitos novos trabalhadores passariam a procurar Inhaúma para residir. Sendo assim, podemos afirmar que a grande procura tornaria muito interessante, em termos financeiros para aqueles que dispunham de algum capital ou terreno, construir casas para atender as necessidades habitacionais desse contingente populacional.

Ainda com relação ao recurso impetrado por Antonio Moreira Barboza, também é importante lembrar que o mesmo reivindicava duas coisas, ou o cancelamento definitivo da multa, ou a revisão e decréscimo dos seus valores.

A eficiente carta de defesa, escrita por Pinto Miranda, acaba nos sugerindo que o proprietário Antonio não havia cometido qualquer infração. Porém, ao analisarmos os argumentos empregados, podemos notar algumas outras estratégias. Primeiramente, se Antonio tinha feito realmente toda a obra de acordo com as normas legais, por que ele se sujeitaria ao pagamento de um valor menor da multa?

Independente da legalidade ou não das reivindicações, tal questionamento derivava em muito da percepção de certa incoerência nas práticas de implementação da lei n. 85 de 20 de setembro de 1892. Segundo esta, cada distrito municipal deveria ter um fiscal e “*tantos guardas municipais quantos o conselho julgar necessários ao bom desempenho do serviço público*”.¹⁵³

Dentre as obrigações de tais agentes do poder público, estava a de “*executar e fazer executar as posturas e deliberações do conselho sancionadas pelo prefeito*”¹⁵⁴, bem como lavrar autos de flagrante contra infratores da legislação municipal. Isso significa que a população era fiscalizada tanto por engenheiros de distrito, como por agentes e guardas municipais. Assim, quando um requerimento era enviado ao prefeito, ou ele era encaminhado à Diretoria de Obras e Viação, ou à agência da Prefeitura no distrito em questão, para que se prestassem esclarecimentos a respeito da petição. Como duas esferas de poder eram responsáveis pela vigilância das posturas, em diversos momentos, os funcionários a elas subordinados entraram em conflito, porque divergiam no modo como elas eram aplicadas.

¹⁵³ Idem, p. 91.

¹⁵⁴ Idem, Ibidem.

Segundo a percepção de seus próprios moradores, a implementação das práticas de fiscalização em Inhaúma se dava na mais pura “desordem”, ou seja, por muitas vezes sem o devido respaldo legal para a aplicação de tais multas contra aqueles que construíam nos subúrbios. Ora seguindo um critério, ora seguindo outro.

Ainda em sua resposta ao Diretor de Obras e Viação, o agente afirmou que comunicou esses fatos ao antigo Prefeito, que orientado pelo “Dr. Procurador”, mandou que não se autuassem mais ninguém nos distritos suburbanos com base na postura de 17 de junho de 1893. Por conta disso, desde novembro de 1894, não fora aplicada mais nenhuma multa contra aqueles que construíam. Afirmou também: *“Convém acrescentar que este assunto tem sido tão largamente discutido na freguesia, e é tão conhecido de seus moradores que advogados gratuitos se oferecem para pleitear contra a Intendência estas causas, que já consideram ganhas com antecedência.”*¹⁵⁵

No entanto, mesmo abrindo mão de cobrar a licença dos novos moradores – que eram principalmente “proletários” que se mudavam para os subúrbios para fugir da especulação imobiliária da “Capital” devido à “barateza dos terrenos” – a municipalidade passou a lucrar com a arrecadação do imposto predial.

Alguns anos mais tarde, com o início da administração de Pereira Passos, a quantidade de multas referentes a irregularidades nas edificações voltaria a aumentar de forma muito significativa. Em 11 de maio de 1903, por exemplo, Manoel Silveira Costa Tavares foi autuado pelo agente Luiz Maggessi Corimbaba, pois estava “construindo um acréscimo na casa de sua propriedade” sem a devida licença. Por ter infringido o art. 1º do decreto n. 391, de 10 de fevereiro de 1903, que determinava que toda obra de “construção, reconstrução, acréscimos ou modificações” deveria ter licença da Prefeitura, Manoel foi multado em 100\$000. Em vista disso, três dias depois de autuado, recorreu ao Prefeito:

“Exmo. Sr. Dr. Prefeito do Distrito Federal

*Manoel Silveira Costa Tavares, residente à rua Dr. Leal n. 66, freguesia de Inhaúma, tendo sido intimado por um auto de infração do respectivo Agente da Prefeitura por estar construindo um acréscimo na casa citada de sua propriedade, vem submissamente ponderar a V. Exa que não é isso de todo o ponto exato, pois que o pequeno acréscimo que fez em sua casa já vem de longa data, pelo que o suplicante não julga ter infringido o art. do decreto citado no referido auto de infração. Pede, pois, respeitosamente que V. Exa, dignando-se atendê-lo, mande sindicá-la suposta falta cometida e, ao menos pela equidade que tanto tem caracterizado a administração de V. Exa, se digne ordenar a relevação da multa, aliás atenuado esse ato pelo seu estado de pobreza; visto que o Suplicante é um simples jornaleiro, sobrecarregado de numerosa família.”*¹⁵⁶

¹⁵⁵ Idem, p. 101. AGCRJ, Códice 9-1-50, Infração, posturas e multas em Inhaúma (1832-1898).

¹⁵⁶ AGCRJ, Códice 10-1-9, Infração de posturas de Inhaúma (1903-1910).

Em meio a estes embates tão característicos no período, encontramos um número cada vez maior de proprietários e moradores suburbanos, que sofriam constantemente com o patrulhamento policial, sanitário e urbanístico, passando a usar claros mecanismos de resistência. Ou seja, mesmo sem fornecer qualquer tipo de auxílio ao grande grupo que fora limitado do acesso a região central, o poder público ainda reivindicava destes homens, muitas vezes de poucos recursos, o atendimento a uma série de exigências presentes nos Relatórios da Inspetoria de Higiene Pública.

Ao analisarmos um conhecido relatório produzido por esta inspetoria, intitulado: *“PROJETO DE SANEAMENTO PARA HABITAÇÕES DOS OPERÁRIOS, PROLETÁRIOS E EMPREGADOS SUBALTERNOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SEUS ARRABALDES 1887 A 1892”*, passamos a ter uma melhor idéia do tipo de concepção que embasava a atuação desses agentes sanitários¹⁵⁷.

“Os males que vêm no cortejo das epidemias são terríveis e bastante conhecidos para nos impor, como um sagrado dever, velar para que não se disponha um campo de germinação de tais flagelos nas habitações, mal acomodadas e descuidadas de limpeza, das classes pobres, e procurar por todos os meios ao nosso alcance abafar o mal em embrião pela construção de habitações salubres a preço módico, afim de que a gente pobre abandone esses cortiços e estalagens, que formam os verdadeiros focos de imoralidade e de todos os flagelos humanos”.¹⁵⁸

O teor do discurso positivista deste documento revela a assimilação de uma nítida concepção elitista, que olhava para os grupos populares como se estas fossem o principal foco de imoralidade estética e humana da cidade.

Continuando o projeto:

“Todos os médicos, tanto de nossos dias como dos séculos passados, quer deste hemisfério, quer do norte, concordam que o germe produtor das moléstias tem sua sede na insalubridade das habitações, e mesmo o profano na ciência médica não ignora que uma casa humilde, e não arejada, pobre e mal aseada, sita no núcleo de uma população aglomerada e compacta, é o berço onde languidamente se estabelecem as moléstias do organismo e do sangue”

Neste trecho vemos a visão predominante por parte dos sanitaristas, que ao integrar-se a pratica autoritária dos urbanistas, acabavam por legitimar a atuação enérgica dos fiscais da prefeitura.

Por fim:

“(...) nossas habitações, que devem ser construídas nas condições higiênicas exigidas pela ciência médica, pela experiência prática e pelos progressos técnicos, ou para exprimirmos em linguagem breve: construir em número abundante casas de acordo com as prescrições da Inspetoria Geral de Higiene Pública, reconhecidas como preenchendo as condições necessárias

¹⁵⁷ Decreto nº 9509 de 17 de outubro de 1885 e 9612 de 26 de junho de 1886.

¹⁵⁸ Relatório da Inspetoria de Higiene Pública consultado por nós no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice nº 40-4-50.

para a salubridade desta cidade. Nós conhecemos o mal, temos também remédios para combatê-lo, porém a receita é cara demais: o pobre não tem meios de aplicá-lo, não pode edificar semelhantes habitações e daí a contingência forçada de ir residir, conforme suas posses, em casas em todos os sentidos”.

Neste trecho inicial do relatório encontramos claramente uma referência preconceituosa, onde se atribuem qualidades depreciativas e um julgamento prévio de valores, frente às condições de vida das classes pobres. Os inspetores sanitários aproveitam-se da autoridade conferida pelos representantes do poder público, devido a sua posição privilegiada na obtenção do conhecimento técnico científico, para combater o mal que obstava o progresso social. Nestes casos os representantes do poder vigente, tornam-se uma espécie de fiscais das possíveis condutas desviantes do trabalho e dos “bons costumes”.

Conjuntamente a ocupação e a repressão se adensavam, usando como principal meio de propulsão o desenvolvimento do transporte ferroviário, fruto dessa relação percebemos o nascimento de mais uma singular característica suburbana.

Logo após a implantação do sistema ferroviário, onde passamos a ter um fenômeno em que alguns bairros passam a ter sua dinâmica social fragmentada ao serem divididos pela linha do trem, criando uma descontinuidade entre as ruas de um lado e de outro da linha, gerando novos micro-bairros dentro de um mesmo bairro, modificando por completo a formas de sociabilização destas antigas circunscrições administrativas.

Tal fenômeno ajudou a construir um formato geográfico muito característico que encontramos até hoje nos bairros suburbanos em questão, devido à necessidade de transporte para a produção e reprodução da vida suburbana, a maior parte dos bairros cortados por estes meios de transporte apresentam um formato transversal e intercalado de ocupação. Cada bairro acaba por ter ao menos uma saída principal para a linha férrea, tendo seu padrão de crescimento limitado entre a estrada de ferro a sua frente e os bairros vizinhos, que também limitam seu crescimento tanto para a direita, quanto para a esquerda, restando apenas um formato de crescimento paralelo à linha do trem, que parte das margens da estação, em muitos casos, e dá nome aos bairros, seguindo um modelo de crescimento retangular.

Este modelo de ocupação passa a ser mais uma clara evidencia da íntima relação entre a vida nos subúrbios e o transporte ferroviário. O Próprio Lima Barreto, um dos moradores mais ilustres do bairro suburbano de Todos os Santos, em seu conto “a estação”, já nos sinaliza para a formação de uma importante rede de comércio relacionada a grande circulação nos entornos da linha férrea:

*“De resto, é em torno da ‘estação’ que se aglomeram as principais casas de comércio do respectivo subúrbio. Nas suas proximidades, abrem-se os armazéns de comestíveis mais sortidos, os armazinhos, as farmácias, os açougues e – é preciso não esquecer – a característica e inolvidável quitanda.”*¹⁵⁹

Neste capítulo procuramos demonstramos que o processo histórico de edificação das novas regiões suburbanas, trouxe consigo uma alteração significativa dos aspectos sociais e urbanos de onde antes existiam apenas freguesias rurais. Igualmente, frisamos que tal projeto não ocorreu de forma passiva, tendo sido desenvolvido através de lutas em que estavam envolvidos agentes e interesses antagônicos tanto de fora quanto de dentro dos subúrbios.

Demos destaque a alguns particulares mecanismos de resistência daquela população que optou por não aceitar passivamente sua marginalização, lutando com os meios que lhes eram possíveis contra tal projeto segregador. Durante estas lutas, travadas cotidianamente, mostramos como essa população passou a construir novas redes de sociabilidade, alguns antagonismo, nas também uma gama de casos significativos de identidades coletivas.

Por fim, chegamos ao término dessa etapa, esperando termos traçando um satisfatório panorama das formas utilizadas pela população suburbana frente ao projeto elitista de segregação, esperando ter contribuído para uma nova forma de entendimento sobre resistência, inserida nas experiências dos moradores desta região, dentro das formas possíveis de enfrentamento.

¹⁵⁹ RESENDE, Beatriz(org.). “A estação”. Lima Barreto. Coleção Melhores Crônicas. São Paulo: Global, 2005, p. 21.

II.3 - Novas identidades suburbanas na luta pelo direito à cidadania

A polícia suburbana

“Noticiam os jornais que um delegado inspecionando, durante uma noite destas, algumas delegacias suburbanas, encontrou-as às moscas, comissários a dormir e soldados a sonhar.

Dizem mesmo que o delegado-inspetor surriprou objetos para pôr mais à mostra o descaso dos seus subordinados.

Os jornais, com aquele seu louvável bom senso de sempre, aproveitaram a oportunidade para reforçar as suas reclamações contra a falta de policiamento nos subúrbios.

Leio sempre essas reclamações e pasmo. Moro nos subúrbios há muitos anos e tenho o hábito de ir para a casa alta noite.

Uma vez ou outra encontro um vigilante noturno, um policial e muito poucas vezes é-me dado ler notícias de crimes nas ruas que atravesso.

A impressão que tenho é de que a vida e a propriedade daquelas paragens estão entregues aos bons sentimentos dos outros e que os pequenos furtos de galinhas e coradouros não exigem um aparelho custoso de patrulhas e apitos.

Aquilo lá vai muito bem, todos se entendem livremente e o Estado não precisa intervir corretivamente para fazer respeitar a propriedade alheia.

Penso mesmo que, se as coisas não se passassem assim, os vigilantes, obrigados a mostrar serviço, procurariam meios e modos de efetuar detenções e os notívagos, como eu, ou os pobres-diabos que lá procuram dormida, seriam incomodados, com pouco proveito para a lei e para o Estado.

Os policiais suburbanos têm toda a razão. Devem continuar a dormir. Eles, aos poucos, graças ao calejamento do ofício, se convenceram de que a polícia é inútil.

Ainda bem.”¹⁶⁰

Mesmo sendo responsável pela área de maior ocupação demográfica da cidade, as freguesias suburbanas desempenhavam um papel de pouco destaque nas estatísticas policiais do início do século XX. O cotidiano tranqüilo e os poucos casos de vadiagem registrados nestas praças não foram suficientes para refutar a idéia de que tais regiões seriam extremamente perigosas, violentas e que necessitavam ser devidamente vigiadas, segundo a ótica preconceituosa das elites nacionais.

Buscando entender o sentido de tal contradição, pretendemos nesta parte do nosso trabalho, aprofundar as discussões referentes aos mecanismos de manutenção e controle social, postos em prática pelo poder público, com o intuito de assegurar a tranqüilidade e o convívio dos “bons cidadãos” em meio às “classes perigosas”.¹⁶¹

Entendemos que a análise dos mecanismos de controle e fiscalização sobre a população suburbana, durante o início da primeira república, aponta para as duas principais faces deste trabalho. Em primeiro plano temos como aspectos passíveis de análise o papel do Estado e de

¹⁶⁰ Matéria publicada no Jornal Correio da Noite, no dia 28-12-1914, por Lima Barreto. Retirada do livro *Vida Urbana*. Edição Guinefort 2007, p.17.

¹⁶¹ Trata-se claramente de uma irônica crítica presente ao longo de todo nosso trabalho.

suas superestruturas no processo de construção dos subúrbios, através da tentativa de coerção dos moradores desta região. Posteriormente, temos como foco as experiências de resistências e acomodações da população suburbana frente a tal processo segregacional.

A própria população suburbana de hoje em dia, assim como a do passado estudado, ao absorver parte deste estigma, reivindicavam com fervor a defesa da família, dos poucos bens que possuíam e de si mesmos. Solicitavam ao Estado o patrulhamento das ruas, a perseguição a gatunos, a manutenção da ordem e da moralidade, mas também cobravam uma conduta mais igualitária e ética por parte dos seus representantes, sempre buscando defender-se de uma provável opressão.

Em grande parte, ao iniciarmos este trabalho tínhamos a idéia de que aqueles indivíduos que buscavam se fazer representados frente ao governo municipal o faziam por interesses próprios e porque possuíam meios econômicos e intelectuais para tal. Porém, estudos recentes nos mostram que podemos estar equivocados em pensar que a população menos abastada quase não teria meios para lutar por seus direitos. Trabalhos como os do Lenilson da Silva Araujo¹⁶² nos mostram, cada vez mais, que a cidadania existe para além de um conjunto de direitos almejados e por vezes apenas conquistados pelas elites dominantes.

Ao procurarmos adaptar e utilizar o conceito thompsoniano de *economia moral da multidão*, também pretendemos mostrar, ser bem mais provável que parece no caso do subúrbio carioca, a participação política de grupos menos privilegiados economicamente. Acreditamos que até mesmo o mais rude dos indivíduos tiraria juízo frente a uma determinada posição de embate para com os representantes do poder vigente.

Sabemos que um conjunto de processos condicionam a difícil emergência de uma cultura cívica atuante e pluralista em busca da plena democracia. A permanência da gritante desigualdade e violência, para citar o exemplo da sociedade brasileira durante o período estudado, seja no âmbito do acesso às instituições e da garantia universal dos direitos, seja no do reconhecimento das diferenças ou no seu direito a existir num ambiente plural.

Em grande parte este processo segregador ainda se fazem presente em peno século XIX, marcado por uma “inversão” histórica do Estado, pautado na independência ou na soberania política, na unidade territorial ou legal e na construção de uma idéia de identidade nacional, não raro, ideologicamente operada por mitos de origem que promovem a unificação de sociedades bastante fragmentadas social, política, cultural e economicamente.

¹⁶² ARAUJO, Lenilson da Silva Araujo. “*Cidade e Cidadania: a experiência dos trabalhadores em Juiz de Fora (1900-1918)*”, I Colóquio da LAHES, Juiz de Fora, 2005.

*“Em um estudo de meados dos anos 80, Eduardo Silva argumentou que um dos problemas recorrentes da historiografia sobre a cultura política dos trabalhadores urbanos é que elas se restringem, em sua maior parte, às minorias articuladas, seja através das revoltas populares ou dos movimentos organizados – sindicatos, associações políticas, de moradores etc., esquecendo-se de que estes movimentos abarcam apenas uma pequena parcela da população”.*¹⁶³

Nesse contexto, as ciências ganharam um novo estatuto, sendo usadas como conhecimentos ativos em prol dessa nova causa em questão: buscando embutir identidades nacionais forjadas a partir de interesses particulares.

É dentro deste contexto que iremos buscar enxergar o nosso objeto de estudo: o trabalhador comum em suas relações com o Estado, com instituições burocráticas que relutam em interferir a seu favor; as estratégias utilizadas por operários pobres, artesãos, trabalhadores domésticos, vendedores ambulantes, pequenos comerciantes, enfim, a grande maioria da população que, não obstante as diferenças internas, até certo ponto significativas, de condições sócio-econômicas oriundas da organização produtiva, estavam igualmente excluídas do pequeno círculo de decisões políticas.

Pudemos perceber que durante as primeiras décadas da república, o contexto da cidade, destruindo e reconstruindo lentamente identidades, irá atuar como uma força contrária ao exercício de cidadania entre os trabalhadores pobres. Neta parte do trabalho procuraremos interpretar estas nuances.

Ao longo do segundo capítulo de nossa dissertação percebemos, principalmente a partir do momento que passamos a entender o importante papel dos imigrantes subúrbios e meio as suas particulares formas de resistências, como as experiências se cruzam e se estreitam. Muitas vezes adotados por um grande grupo de indivíduos que passaram a se identificar a partir de um jeito comum de morar e resistir nos subúrbios.

As experiências comuns aos grupos suburbanos acabavam por favorecer a promoção de redes e laços de sociabilidade, que muitas vezes iam além das próprias barreiras, econômicas, religiosas ou étnicas. No bojo destes processos é que ensaiavam-se contínuos movimentos de resistência e reconstrução de novos espaços públicos e privados.

Ao longo deste trabalho, adotamos a perspectiva de explorar a experiência de formação de identidades, a partir de uma análise comparativa das lutas pelo direito a cidadania no passado, também levantamos questionamentos frente às visões meramente institucionais de cidadania, que se contentam em demarcar nítida e rigidamente as fronteiras entre o público e o privado, em moldes liberais, frente os grupos mais pauperizados.

¹⁶³ Idem, p.1.

Acreditamos que aqueles grupos suburbanos que reclamavam no passado com o objetivo de obter soluções para seus problemas, ou para o que fugia ao seu controle, faziam isto como parte de suas experiências cotidianas, causando incômodo, medo, transtorno aos representantes do poder público. Dentro de um quadro que limitava enormemente as suas ações, agiram com os instrumentos disponíveis, que nem sempre eram os mais eficazes, mas possíveis; cobraram aquilo que consideravam importante, do modo como sentiam, para as suas vidas; e alimentaram valores e expectativas próprios ao seu tempo. Deste modo, a cultura política permitiria compreender “*as motivações dos atos dos homens num momento de sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham (...)*”¹⁶⁴

Sendo assim aquietamos que:

*“Esta nova abordagem da política, aprofundada no contexto social, vê as relações do dia a dia com novos significados: a política é inscrita na textura do cotidiano. Isto permitiu reconsiderar o entendimento sobre poder, dominação, autoridade e resistência, engendrando uma concepção radicalmente desinstitucionalizada do processo político”*¹⁶⁵

Idéias como estas levaram diversos historiadores a reavaliar as relações entre indivíduo, sociedade e Estado, dando origem a novas leituras sobre a experiência de cidadania. No Brasil, a busca pelas raízes desta experiência levou a uma nova ênfase aos estudos sobre a Primeira República. De fato, este é um período privilegiado para a pesquisa sobre o tema, por tratar-se, pela primeira vez no país, de um sistema político que assentava sua legitimidade na falseada idéia de trazer o povo para o centro da atividade política.

Devemos considerar que no início do século XX no Brasil, as idéias democráticas ou de participação política estavam apenas começando a aflorar encontrando grande resistência. A construção de novas relações sociais, junto ao processo de urbanização e industrialização deram um novo perfil à cidade e modificando significativamente as relações sócio-espaciais, da mesma forma que o período apresentou também uma série de obstáculos à expansão da cidadania entre os trabalhadores.

A maior parte dos trabalhadores, portanto, ficava de fora. Em um estudo de meados dos anos 80, Eduardo Silva argumentou que um dos problemas recorrentes da historiografia sobre a cultura política dos trabalhadores urbanos é que elas se restringem, em sua maior parte, às minorias articuladas, seja através das revoltas populares ou dos movimentos organizados – sindicatos, associações políticas, de moradores etc. -, esquecendo-se de que estes movimentos

¹⁶⁴ ARAUJO, Lenilson da Silva Araujo. “*Cidade e Cidadania: a experiência dos trabalhadores em Juiz de Fora (1900-1918)*”, I Colóquio da LAHES, Juiz de Fora 2005. p. 3.

¹⁶⁵ Idem, p.1.

abarcam apenas uma pequena parcela da população total, e enfatizou a importância de se “*ouvir o discurso dos sem voz, isto é, a gente ‘normal’, ‘simples’, ‘despolitizada’; o discurso da maioria silenciosa, as tão desprezadas – tanto na política quanto na historiografia – massas desorganizadas*”.¹⁶⁶

Partiremos dos pressupostos colocados acima para analisar o exercício de cidadania entre os trabalhadores comuns durante a Primeira República. Iremos avaliar como em um contexto altamente excludente, os trabalhadores pobres criaram estratégias na tentativa de satisfazer suas demandas coletivas. Tal como no exemplo do trabalho de Eduardo Silva, que coletou queixas e reivindicações populares, dirigidas direta ou indiretamente ao Estado, publicadas no Jornal do Brasil, entre 1900 e 1910.

*“As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfetores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas –; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade”*¹⁶⁷

Acompanhando o contexto de modernização em curso durante o final do século XIX, as instituições jurídicas também foram permeadas pelo clamor do determinismo biológico. Inspirados em teóricos como Cesare Lombroso, e sua tipologia criminalista, os mecanismos de classificação social que já se faziam fortemente presentes nos discursos e na prática policial passam a igualmente penetrar os campos da saúde, do direito e da arquitetura.

Buscando melhor definir e interpretar o papel desempenhado pelas chamadas “classes perigosas”, a escola clássica de direito penal, onde se destacava a figura do jurista Tobias Barreto, passaria a disputar espaço com a linha positivista, que tinha em Nina Rodrigues um representante de destaque.

Passando a conferir um confortável suporte científico ao grupo dominante esta ideologia passaria a embasar o projeto elitista que visava segregar econômica e socialmente a maioria pobre e negra que acabavam por representar o papel das “classes perigosas”, e que eram contrárias à manutenção do poder das elites políticas.

Este pensamento autoritário florescia na mesma época em que o Brasil iniciava seu processo de urbanização, passando então a contribuir de forma significativa para a construção de

¹⁶⁶ SILVA, Eduardo. “*As queixas do povo*”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 26-27.

¹⁶⁷ CHALHOUB, Sidney “*Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*”. São Paulo, Cia da Letras, 1996. reproduzindo um discurso dos Anais da Câmara dos Deputados, vol. 3, p. 63, sessão de 10 de junho de 1888.

uma visão depreciativa do espaço suburbano. Somava-se a este fator a intransigente atuação de uma elite política que buscava operar por intermédio das instituições públicas com a intenção de levar o país a estabelecer o seu próprio e conveniente modelo de modernidade.

Esta prática conjunta de classificação social e estratificação espacial fora favorecida pela Constituição de 1891, que excluía estrangeiros, menores de vinte e um anos, mulheres e analfabetos do direito ao voto, restando apenas um limitado grupo que poderia vir a participar da vida política. Desta forma vemos que a maioria da população encontrava-se amparada por muito poucos direitos civis e políticos, sendo constantemente classificados como tipos perigosos e obrigados a se manifestarem à margem dos mecanismos formais de participação.

Contudo, esta população que num primeiro momento poderia ser colocada no papel de maior vítima do processo de urbanização, ao analisarmos mais profundamente, torna-se o fundamental agente de resistência a este processo.

Sendo assim, mais do que compreender a atuação do poder público e de seus representantes, identificar os novos laços de sociabilidade criados por esta população torna-se indispensável. Entendemos que a constituição destes novos espaços de sociabilidade levavam a ampliação dos mecanismos particulares de resistência, sendo capazes de promover a formação de novos agrupamentos no interior dos mais distintos grupos contribuindo inegavelmente para criação de um singular jeito suburbano de viver. Algo que já era percebido pelos representantes elitistas do Poder Público.

*“Nota-se, ainda, que o problema do controle social da classe trabalhadora compreende todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano, pois este controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço na situação de trabalho até o problema da normatização das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando também pela vigilância contínua do botequim e da rua, espaços de consagração do lazer popular”*¹⁶⁸.

Ainda em nosso primeiro capítulo¹⁶⁹ procuramos trazer para análise alguns dos principais mecanismos utilizados pela lógica elitista na tentativa de depreciação e segregação da população e do espaço suburbano. Agora, nesta parte, pudemos identificar que uma das principais ferramentas utilizadas no processo de segregação foi um determinado discurso político, pautado na “higienização moral dos grupos subalternos”.

¹⁶⁸ CHALHOUB, Sidney, *“Trabalho, Lar e Botequim:” o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.* RJ 2001, p. 53.

¹⁶⁹ No tópico intitulado *“Síntese do processo histórico de formação dos subúrbios”*.

Após uma análise mais aprofundada dos Anais da Câmara Municipal e dos discursos registrados nestes, proferidos pelos representantes daquela nova lógica modernizadora¹⁷⁰, principalmente pelos sanitaristas e urbanistas da Comissão Central de Higiene Pública, torna-se mais claro o fato de que muitas das políticas postas em prática durante os primeiros anos do governo republicano foram elaboradas ainda sob a égide imperial.

Durante os primeiros anos da República, ainda sob o controle dos governos militares e da respectiva República da Espada¹⁷¹, maiores preocupações passam a vigorar sobre a necessidade de manutenção da ordem e do controle social, com o intuito de propiciar um cenário favorável à implantação das novas medidas republicanas, com redobrado zelo para com a própria Constituição de 1891. No entanto, a devida “paz social” tão esperada por Deodoro da Fonseca não foi plenamente alcançada. Uma série de manifestações sociais tais como o início do processo de arrasamento do Morro do Senado e suas respectivas conseqüências sociais que se arrastariam até 1908, aliadas ao fracasso da política econômica do Encilhamento contribuíram para a renúncia do Marechal Deodoro ao seu mandato e a posterior nomeação de Floriano Peixoto, como novo presidente militar da República. A política de tentativa de controle social se manteve sem alterações não conseguindo conquistar os êxitos esperados. Durante este governo foram registradas manifestações como a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada em pleno Distrito Federal.

No ano de 1892, o prefeito Barata Ribeiro foi nomeado no intuito de auxiliar o projeto de controle e afastamento das camadas sociais através de intervenções urbanas na cidade. Observa-se, nesta administração, uma mudança no discurso que pressupunha a necessidade de destruir as habitações populares e a construção de casas populares em locais “apropriados” que permitissem melhores condições de moradia.

Era necessário que as instituições de repressão do Estado acompanhassem essa evolução adequando-se a tal conjuntura modernizadora. Logo, uma escalada de repressão policial visava proporcionar uma base para tais mudanças buscou suprimir qualquer indício de contestação.

Estes ideais de modernidade, que começam a tomar força no Brasil em meados do século XIX, acabam por nortear a atuação das elites governantes no início da Primeira República, com

¹⁷⁰ Entendido aqui como aqueles que representavam os interesses de uma nova elite econômica, que ascendeu ao poder principalmente após o aumento da produção cafeeira, e que passou a promover a difusão de novos valores econômicos e sociais enfraquecendo desta forma algumas tradições monárquicas e implementando novos padrões sociais e culturais. Da qual encontramos em sua expressão mais forte nos discursos dos urbanistas, médicos sanitaristas, policiais, juristas, deputados e outras membros da ascendente elite.

¹⁷¹ Período que compreende os primeiros governos militares dos Marechais Deodoro da Fonseca (1889 – 1891) e Floriano Peixoto (1891 – 1894).

maior repercussão durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) e nos ideais progressistas e modernizadores presentes na atuação do Prefeito Francisco Pereira Passos.

No entanto, as manifestações populares, crescentes nesse período, já deixavam transparecer que não seriam aceitas, passivamente, as modificações impostas autoritariamente na organização social e geopolítica da cidade. Foram várias as manifestações que mobilizaram parte da população através de motins, revoltas, greves e reivindicações¹⁷², na tentativa de resistir às novas medidas de utilização dos espaços da cidade que limitavam e até impediam a livre circulação das camadas mais pobres como forma de evitar um indesejado convívio social por parte das elites.

Uma prova eminente dessa articulação entre autoritários representantes do Estado, membros da elite e parte do poder repressivo, que a república passou a exercer neste dado momento, é a reforma das instituições de controle social (Polícia e Justiça) que se processa no período de 1902-1907, com as reformas policiais e a criação da Escola de Polícia em 1912.

Acreditamos que é justamente durante este período de transição política que se intensifica a tentativa de implantação de um projeto elitista de controle e segregação social desta população. Assim, os projetos de “modernização” desenhados pelo governo, a partir das últimas décadas do século XIX, ganharia o centro das atenções, onde as reformas urbanísticas, as teorias higienistas, os discursos médico-psiquiátricos, policiais e jurídicos seriam apresentados com o objetivo de delinear as formas pelas quais se tentava impor uma nova ordem social.

Ao buscarmos analisar alguns dos principais mecanismos de repressão e fiscalização sobre estes grupos estigmatizados, passamos a entender minimamente como agiam, na prática instituições como a polícia e a justiça, o sistema prisional e até mesmo a ideologia cientificista, fortemente presente na lógica urbanística e higienista. Avaliaremos até que ponto aparelhos ideológicos do estado representavam os interesses das elites dominantes¹⁷³, se adequando a necessidade conjunta de controlar, classificar e encaixar aqueles grupos desfavorecidos à moral e à lógica do trabalho¹⁷⁴.

¹⁷² O final do Império e o início da República Velha se caracterizam como um período de intensa agitação social, expressas no caráter contestatório de movimentos como: Revolta do Vintém, Guerra de Canudos, Revolta da Vacina, da Chibata, da Armada entre muitos outros.

¹⁷³ Tomamos como elites os grupos político e economicamente influentes, capazes de tomarem decisões políticas e administrativas, grupo aliado a dinâmica governamental. Para maiores esclarecimentos ver: CARVALHO J. M. “A Construção da Ordem”: Teatro das Sombras. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1997.

¹⁷⁴ Tomamos apenas como um exemplo desta lógica a implantação da Casa de Correção, que estaria de acordo com a nova ideologia modernizadora, visando adequar e produzir um grande contingente de trabalhadores, minimamente especializados, aptos ao trabalho, passíveis de controle social e integrados a padrão capitalista de consumo.

Novamente nos reportamos a Chalhoub¹⁷⁵, a partir da obra *“Trabalho, lar e botequim”*, por compartilharmos de sua análise sobre o projeto de controle social encampado pela elite frente à população pobre desta mesma praça. Chalhoub elencou dois movimentos simultâneos que são fundamentais para a compreensão deste contexto: *“a construção de uma nova ideologia do trabalho e a vigilância e repressão contínuas exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias”*. A constatação destes movimentos torna-se perceptível para o autor a partir da investigação dos processos criminais e da crônica policial da Belle Époque carioca.

No tocante a este processo político em curso durante os finais do século XIX, temos que destacar a gradual substituição dos mecanismos de controle imperial para uma nova realidade econômica e social florescente.

Com a Proclamação da República e o fim do sistema escravista o controle social que abarcava, até então, setores privados, acabou sendo deslocado para o âmbito do novo Estado, desta forma, o Estado e seus representantes passam a ter o monopólio da repressão, tal como já apontava Caio Prado Junior¹⁷⁶.

Neste contexto, um grande receio por parte da elite e dos membros das camadas médias urbanas ascendentes era latente: eles temiam as consequências sociais e políticas da libertação dos escravos. Uma realidade não muito distante da contemporaneidade, tal como afirma Leonardo Boff: *“... a sociedade por nós erigida tem pouco mais de um século sem escravidão, tempo curto ainda para desfazer e desatar o nó construído ao longo de séculos, nó que continua a sustentar por parte da polícia e de estratos da classe proprietária hábitos de violência e de discriminação”*.¹⁷⁷

Portanto, compreendemos que o regime escravocrata e seu modo de produção deixaram marcas inexoráveis no mundo do trabalho, assim como na cultura brasileira, sendo incorporado na experiência republicana e na implantação do seu plano de construção dos subúrbios cariocas.

O Brasil republicano começa a ser moldado, sem deixar de lado a forma autoritária exemplificada na utilização da força policial, juntamente com o poder político e econômico utilizado ostensivamente para impor seu projeto nacional. Fora todos os mecanismos legais de controle e segregação de uma população marginalizada, muitos meios ilícitos foram ainda postos em prática.

¹⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. *“Trabalho Lar & Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque”*. 2º edição/Ed. UNICAMP, São Paulo 2001. p. 28 e 30

¹⁷⁶ Presente na obra *“História Econômica do Brasil”* e posteriormente enriquecida pela análise de Gizlene Neder no artigo *“A Instituição Policial e as estratégias de Controle Social no Rio de Janeiro na Republica Velha”*.

¹⁷⁷ BOFF, Leonardo *“A Violência Policial e a Questão Social”*

*“A Escalada da repressão do Estado não fora apenas contra os revoltosos, mas contra os dissidentes políticos que queriam estar ligados à classe operária. E, que foi sempre dissimulado, contra os “desclassificados” da cidade, como mendigos validos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos e prostitutas.”*¹⁷⁸

Mecanismos como o manicômio judiciário, a polícia política, prisões, polícia sanitária, o estado de sítio, a extradição e deportação e o controle sócio-espacial através da urbanização, são importantes aliados desse projeto opressor que visava manter a ordem, garantir as liberdades individuais e a propriedade privada apenas para uma elite economicamente favorecida.

*“Admirava-me que esta gente pudesse viver, lutando contra a fome, contra a moléstia e contra a civilização; que tivesse energia para viver cercada de tantos males, de tantas privações e dificuldades. Não sei que estranha tenacidade é tanto mais forte quanto mais humilde e miserável”.*¹⁷⁹

No entanto, aqueles homens e mulheres não aceitaram sua exclusão passivamente: criaram sua própria estratégia de cobrar do poder público aquilo que consideravam um direito. Reclamar do governo ou para o governo no jornal, por meio de comunicações públicas.

A partir desta nova linha interpretativa o papel do Estado não poderia mais ser visto sob uma perspectiva simplista, compreendido como um todo dotado de um prévio projeto de dominação, mas sim como sendo formado por instituições diversas cujas relações são, muitas vezes, marcadas por tensões e conflitos, assim como compostas por sujeitos que nem sempre agem segundo as normas pré-estabelecidas pelos grupos dominantes.

Sem dúvida, a matriz comum que deu origem aos vários esforços de revisão historiográfica já mencionada é a história social inglesa, onde autores como Thompson, Peter Burke, Eric Hobsbawm e George Rudé, passam a problematizar questões pertinentes ao “mundo da mobilização social”. Para estes autores, as relações históricas são construídas num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambigüidades.

Partimos do suposto de que os atores sociais não são indivíduos totalmente autônomos que agem livremente de acordo com as suas vontades. São dotados de racionalidade e liberdade, mas atuam dentro de um jogo de forças que criam limites objetivos às suas ações. Segundo E.P. Thompson, este jogo de forças é representado por situações tanto materiais quanto subjetivas, isto é, culturais. Portanto, devemos considerar cidadania e participação política, como conceitos históricos, que se materializam de forma sempre singular, já que a cultura política finca suas raízes num imaginário social fundado em valores e significações historicamente construídos.

¹⁷⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio *“Estratégias da Ilusão”*, p. 87

¹⁷⁹ FAUSTO, Boris. *“Controle Social e Criminalidade em São Paulo”*: um apanhado geral (1890-1924).

A obra de thompsoniana tem grande peso em nosso trabalho, na maneira de observarmos as relações sociais e econômicas travadas no espaço dos subúrbios cariocas, pois através de estudos como os reunidos na coletânea '*Costumes em comum*' concentram-se diversos aspectos das experiências da plebe inglesa no século XVIII¹⁸⁰, fornecendo inúmeros paralelos entre estas experiências e a formação do *locus* suburbano no Brasil.

¹⁸⁰ THOMPSON, E. P. "*Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*". São Paulo Companhia das Letras, 1998.

Capítulo III

III.1 - As experiências suburbanas e suas peculiares formas de resistência

*“O motim não tem fisionomia, não tem forma, é improvisado. Propaga-se, espalha-se, (...). O grupo que opera aqui não tem ligação alguma com o que tiroteia acolá. (...) não há um chefe geral nem um plano estabelecido. Numa esquina, numa travessa, forma-se um grupo, seis, dez, vinte pessoas diferentes, de profissão, inteligência, e moralidade. Começa-se a discutir, ataca-se o governo; passa o bonde e alguém lembra: vamos queimá-lo”.*¹⁸¹

Tal como sugere o trecho extraído do primeiro romance de Lima Barreto, publicado em 1909, por muitas vezes um motim pode se instaurar com pouca ou nenhuma forma de coordenação e planejamento prévio. O contexto histórico que alicerça a nossa pesquisa nos brinda com uma generosa gama de exemplos de turbas, motins e revoltas, tais como citado por Lima, que tiveram caráter espontaneamente reativo. Porém, o que o famoso romancista nos parece ocultar, particularmente no trecho: “*O grupo que opera aqui não tem ligação alguma com o que tiroteia acolá...*”, é que em outros incontáveis momentos estas ações expressaram-se por meio de um imbricado grau de organização e consciência.

Buscando dar continuidade a este tipo de debate, no presente momento, procuraremos apresentar os dois conceitos chaves que colaboraram diretamente para o desenvolvimento desse trabalho: os conceitos de resistência e de experiência, a luz de categorias analíticas thompsonianas.

Estes dois conceitos, que se apresentam intimamente interligados ao longo de grande parte da produção bibliográfica deste autor, adéquam-se com relativa facilidade aos objetivos desta pesquisa. No entanto, a utilização de tais conceitos requer cuidados por não se tratarem de meros modelos analíticos em formato estático, deste modo, não podem ser entendidos como categorias prontas.

Tomando os estudos de Edward Palmer Thompson como referenciais¹⁸², pois acreditamos que a maior diferenciação deste autor, frente aos demais, se encontre na tentativa de substituir as explicações pautadas na base-superestrutura por uma análise mais refinada da consciência das

¹⁸¹ BARRETO, Lima “*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*”. São Paulo: PubliFolha, 1997.

¹⁸² Dentre seus estudos, destacamos alguns, sobre os quais discutiremos, de forma sintética, os conceitos deste quando teórico: as obras de Edward P. Thompson, entre elas “*A formação da classe operária inglesa*” (1987), “*A miséria da teoria*” (1981), “*Costumes em Comum*” (1998) e “*A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*” (2001).

classes. Ao buscar este aprimoramento teórico Thompson inaugura uma nova perspectiva de observação em meio à teoria marxista, usando a ótica do culturalismo.¹⁸³

Thompson dedicou boa parte de sua obra a preocupação de aproximar-se das experiências de determinados agentes históricos, priorizando as experiências vinculadas aos mecanismos de resistência dos trabalhadores ingleses. Assim, este historiador propõe uma releitura diferenciada do passado buscando sempre a multiplicidade das experiências sociais, revalorizando as perdas e os ganhos das classes, através de uma perspectiva histórica que nos ajuda a compreender os conflitos e os processos de transformação vivenciados por estes agentes.

Ao indicar a importância de uma metódica análise dos processos históricos para o melhor entendimento das conformações práticas da resistência, ele nos mostra que as classes não são constituídas somente por questões econômicas, políticas ou ideológicas. Esta afirmação que hoje podem parecer óbvias, ou até um pouco simplistas, geraram um movimento de significativa reformulação historiográfica, uma vez que nomes como: Eric Hobsbawm, Christopher Hill, Perry Anderson, passaram a incorporá-las aos estudos da História Social.

A grande contribuição promovida pelo campo da História Social, com relação ao conceito de resistência, se dá através da ampliação de sua pluralidade, passamos a considerar os meios pelas quais ela mesmo é expressa historicamente, as condições objetivas de luta no somatório complexo de experiências das classes sociais.

Neste sentido, sempre devemos nos precaver em não sermos coniventes com a pobre associação entre ações de resistência e a perspectiva revolucionária romantizada. Tal como Thompson alerta, talvez a maioria dos grupos subordinados desconheçam as possibilidades, ou não estejam interessados em lutar para mudar as estruturas sociais vigentes, e sim usá-las dentro do sistema constituído a seu favor. Numa relação sempre sujeita a renegociação.

Por nosso objeto se tratar de um recorte específico dentro da história e da geografia de um Rio de Janeiro em intensa transformação, acabamos por adaptar o emprego do conceito de classes através do uso de uma conceituação mais ampla para a realidade do nosso trabalho. Sendo assim, não usaremos o conceito de classe suburbana e sim grupos suburbanos.

Nesse sentido, dentro realidade plural dos agentes suburbanos, podemos entender que assim como as classes, os grupos também acontecem, fazem-se *“quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de*

¹⁸³ Chama-se culturalismo à postura da vertente da psicologia e das ciências sociais em geral que destaca o papel da cultura na explicação dos fenômenos psicológicos individuais. Culturalismo. In Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003.

seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.¹⁸⁴

Pelo apresentado, acreditamos que não podemos falar em formação de “classes” sem entender que os indivíduos ou grupos, por meio de um processo de luta, entrem em relação de concordância ou em oposição, ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes em níveis culturais.

Também procuraremos demonstra, que a noção de experiência do referido autor - um conceito intimamente relacionado com sua concepção de cultura - foi forjado a partir do entendimento da heterogeneidade das classes ou grupos e de seus singulares processos históricos. Para o nosso objeto está afirmativa torna-se verdadeira, já que em meio a toda pluralidade os grupos que compunham a atmosfera suburbana sofreram, em maior ou menor grau, as consequências da política de modernização deste período.

Extraímos esta idéia de experiência inicialmente a partir da leitura da obra *“A Formação da Classe Operária Inglesa”*, onde o historiador focou sua análise no entendimento do processo de aquisição de consciência no operariado daquele país, mais precisamente nos mecanismos subjetivos de sua constituição. Desta forma, o conceito de experiência passa a ser uma espécie de solução prática para que pudéssemos analisar os comportamentos, valores, costumes, e as culturas, de uma realidade específica.

*“A experiência aparece recorrentemente na sua obra, denotando tempo e, portanto, dando à classe uma dimensão histórica. Classe é, para Thompson, um fenômeno histórico composto por uma multidão de experiências em relação umas com as outras e, num constante fazer-se, e não uma categoria analítica ou estrutural”*¹⁸⁵

Não só em sua pesquisa sobre as manifestações sociais da plebe inglesa, contra as “classes dominantes” liberais no século XVIII, este consagrado historiador aprimora a idéia de experiência. Também em *“Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional”* o conceito será maciçamente trabalhado. Demonstrando o potencial ora de insubordinação, ora de acomodação das da população inglesa revelando uma rica e surpreendente gama de costumes morais, sociais, políticos e, sobretudo, culturais, que estavam em jogo neste cenário de lutas.

Para o nosso trabalho, o capítulo mais significativo deste livro intitula-se *“A Economia Moral da Multidão Inglesa no Século 18”*. Muito utilizado por pesquisadores brasileiros que estudam revoltas, motins e quebra-quebras durante o período imperial e início da república.

¹⁸⁴ THOMPSON, E. P. *“A formação da classe operária inglesa”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9-14.

¹⁸⁵ Idem, p. 11 e 12.

Neste quarto capítulo, publica inicialmente em 1971, Thompson procurou reformular parte das interpretações feitas sobre as revoltas populares, provocadas pelo aumento dos preços de cereais, assim como pelo autoritarismo dos comerciantes e pelas mazelas da fome. Através de uma consistente crítica ao viés da História meramente econômica, o autor procura entender como o comportamento dos homens *"são modificados pelo costume, pela cultura e pela razão"*.¹⁸⁶ Ampliando o conceito de economia moral não se atendo unicamente a momentos de crise, e sim como algo que fez parte das experiências e do pensamento da época e que incidia de forma geral sobre o governo. *"A 'economia moral' não nos conduz a um único argumento, mas a uma confluência de raciocínios, e não será possível fazer justiça a todas as vozes"*.¹⁸⁷

A complexidade do emprego prático deste conceito consiste no cuidado em observarmos as lógicas endógenas às dinâmicas sociais, pois estas normas e práticas operam dentro de um consenso popular a respeito de quais atividades eram legítimas:

"... é diretamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros dos que faziam pão, etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das fundações econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta".¹⁸⁸

Segundo Thompson, era muito mais a quebra e o desrespeito a estas normas, pouco visíveis, de regulação social que levaria ao embate popular, muito mais do que apenas alterações econômicas nos preços.

Para tentarmos comprovar a significativa importância deste autor e de seus conceitos não só na construção deste projeto como em nossa formação acadêmica, apresentaremos uma análise de pesquisa, feita a partir de fontes encontradas durante nossas incursões ao arquivo nacional.

Aparentemente, em mais um dia de relativa tranquilidade no bairro do Engenho de Dentro, um conhecido comerciante daquela praça convoca, às pressas, uma reunião em sua casa tendo como seus convidados cerca de mais de trinta respeitáveis moradores dos arredores.

O teor acalorado de tal agrupamento seria fruto do suposto incidente ocorrido no estabelecimento do conhecido patrício Domingos de Faria Torres, que passaria avidamente a ser defendido por um grupo de vizinhos. Ao término da deliberação fora acordada a elaboração de

¹⁸⁶ THOMPSON, E. P. *"Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional"*. São Paulo; Companhia das Letras, 1998, p. 151.

¹⁸⁷ Idem p. 203.

¹⁸⁸ Idem p. 152.

uma carta denúncia, que seria dirigida ao Consulado Geral de Portugal no Rio de Janeiro, exigindo uma averiguação dos fatos.

A descrição acima se refere a um episódio ocorrido no bairro suburbano do Engenho de Dentro, em abril de 1902, cujos desdobramentos geram os documentos que reproduzimos a seguir:

“Domingos de Faria Torres, português, negociante, residente na rua Dr. Manuel Vitorino nº 51. Estação de Engenho de Dentro dirigiu à legação de Portugal uma representação, a qual a mesma legação enviou a este consulado geral para informações, contendo o seguinte: ‘Que no dia 19 de fevereiro do corrente ano, pelas cinco horas da tarde, estando em seu estabelecimento no lugar cujo indicado, foi espancado pelo furriel da Brigada Policial, José Alvelino de Lima, que esse fez acompanhar de 12 praças policiais para tal fim, causando ao mesmo tempo no seu estabelecimento prejuízos materiais calculados no valor de 575,000 réis. Alega mais o reclamante que o dito furriel continua a passear pelo local dos acontecimentos ameaçando-o de novas agressões e junta uma lista de testemunhas dos fatos a qual peço licença para incluso remetê-la a V. Ex. ’.

Ciente dos altos principais da justiça que presidem aos atos de V. Ex. peço as suas valiosas providencias...”¹⁸⁹

Em resposta a tão grave acusação dirigida ao Sr. delegado de Polícia da Primeira Circunscrição Suburbana, o mesmo não hesita em responder nos seguintes termos:

“Em resposta ao ofício nº 2.360 de 22 do corrente, cumpre-me informar a V. Ex^a que é destituída de fundamento a reclamação de Domingos de Faria Torres, negociante da Rua Dr. Manuel Vitorino 51, porquanto o estabelecimento do referido conferi no dia que foi ele preso, como tive ocasião de verificar pessoalmente.

Também não é exato que fosse ele espancado por 12 praças de polícia, pois quanto o furriel José Alvelino de Lima foi unicamente acompanhado de duas praças para efetuar a prisão desse negociante, prisão essa que imediatamente relaxei por tê-la considerado injusta.

Incluso devolvo a V. Ex^a a reclamação e o rol de testemunhas, apresentados pelo Consulado Geral de Portugal...”¹⁹⁰

O suposto fim dado a esta denúncia, por meio da contundente resposta do delegado de tal Circunscrição Suburbana, certamente não fora a resolução pretendida por aquele grupo de moradores do subúrbio do Engenho de Dentro. No entanto, torna-se necessário o devido cuidado em perceber a que instância uma simples denúncia pode chegar antes de ser refutada.

Este movimento analítico nos conduz, independentemente de concordar ou não com a veracidade dos fatos, a desvendar uma complexa rede de relações estabelecidas entre parte dos moradores desta área suburbana. Somos levados a crer que, mesmo no caso de não serem

¹⁸⁹ Carta enviada pelo Consulado Geral de Portugal do Rio de Janeiro, em 14 de abril de 1902, ao delegado de Polícia da Primeira Circunscrição Suburbana. Copiado do exemplar original pertencente ao Arquivo Nacional, Fundo/ GIF, Notação: 6C 82.

¹⁹⁰ Resposta do Delegado de Polícia da Primeira Circunscrição Suburbana, de 25 de Abril de 1902. O documento original conte um anexo com o nome de 26 testemunhas.

verdadeiras as acusações contra o policial José Alvelino de Lima, caso o delegado não viesse a intervir em defesa de seu comandado este, supostamente, poderia vir responder a tais acusações podendo vir a ser condenado.

Com o intuito de enriquecer, não só esta análise, como de validar nossas investigações, ao nos apropriarmos dos conceitos thompsonianos de resistência e experiência, esperamos estar cumprindo com os esforços heurísticos de tentar revelar a particularidade dos processos de sociabilização político-cultural de parte da população da freguesia de Inhaúma.

Tal como na experiência inglesa analisada por Thompson, o grupo de moradores suburbanos responsável pela denúncia e pelas vinte e seis assinaturas do quorum de testemunhas anexado a carta, poderiam indiretamente estar contribuindo para um processo de amadurecimento de suas relações sociais, fundamentais para o fortalecimento dos mecanismos de resistência coletiva.

Convivendo cotidianamente esses grupos plurais de moradores suburbanos, poderiam estar produzindo ou reforçando laços de identidade coletiva, travando analogias entre suas experiências de vida. Os aspectos culturais que naturalmente eclodem destas relações de troca entre agentes sociais distintos, assim como a criação de laços de identidades e alteridades, também foram importantes elementos de análise utilizados por Thompson para compreender o processo histórico de formação da classe operária inglesa.

É inegável que para ele a cultura exerce uma estreita relação com a experiência e a resistência popular, na medida em que é produzida não de forma instintiva, mas pelas próprias “regras” estabelecidas em meio ao convívio social, sendo descrita pelo autor como uma espécie de “consciência moral”. As inúmeras formas de resistência popular, ao mesmo tempo em que aproximavam as distintas esferas do poder dominante, tornavam mais próximos também os interesses populares da complexa rede suburbana.

Nem sempre as reações e protestos dos moradores suburbanos eram produzidos em oposição direta ao poder vigente ou imbuídos de um caráter reativo frente às práticas governamentais. Em muitos casos sua própria experiência cotidiana, incorporada ao seu modo de viver e encarar a realidade tornava-se um importante mecanismo de combatividade daquele grupo supostamente inferiorizada perante o poder público.

Não possuímos meios de avaliar precisamente qual seria o real interesse que se fazia presente na mais simples ação daquela população, nem como separar a fronteira invisível entre uma posição politizada ou meramente ocasional, ou mesmo como uma simples atitude popular seria interpretada pelos representantes das estruturas governamentais.

Voltando novamente a análise do documento acima citado, para tecermos mais algumas considerações. Será que o português Domingos de Faria Torres não teria uma velha rivalidade com o policial José Alvelino de Lima e estaria apenas tentando se aproveitar da situação para tentar prejudicá-lo de alguma forma? Ou será que apenas pretendia defender-se de uma futura rixa com o mesmo policial? Até o presente momento estas suposições não passam de especulações já que os documentos encontrados não nos fornecem mais informação que possam dar base para compreender as reais intenções de seus atores. Porém, o único fato que se torna claro e incontestável é que uma disputa - seja ela qual for - estava em jogo entre as duas partes. É justamente nessa conjuntura que identificamos a possibilidade da existência de uma rede de relações, composta no espaço suburbano e formada ao redor da suposta vítima, com o claro intuito de defendê-la.

É necessário frisar que o ambiente suburbano, durante o período de 1900-1903, era um lugar propício para a formação de elos de identidade, já que a maioria de seus novos moradores, além de se identificarem como grupo “desfavorecido” frente aos investimentos governamentais, também acabaram sendo responsáveis diretos por construírem regras próprias de convivência e sociabilidade local, ao ocupar maciçamente este novo espaço.

Tal como afirma Thompson, a constituição das “classes”, ou grupos, e de sua identidade não é dada, pronta ou acabada, como algo que tenha começo e fim determinado ou que venha a se constituir por algum elemento externo. Ela própria está se fazendo diariamente em uma relação dinâmica, em meio a complexas etapas e relações, passando a contribuir para a formação de uma espécie de “consciência coletiva”. Deste modo, entendemos que as experiências sociais nunca assumem exatamente a mesma forma.

Fica evidente em sua revisão do marxismo que Thompson procurou, através da utilização do conceito de experiência, compreender a “genética” do processo histórico: *“parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonias e formas simbólicas de dominação, resistências e ideologias, entre outros”*.¹⁹¹

Desta forma, o papel de homens e mulheres comuns, suas experiências cotidianas, costumes, lutas, resistências, acomodações e solidariedades, seus modos de vida, e ações, ganham espaço como objeto central. Deixando claro em seus escritos a incoerência de um posicionamento que elenque unicamente a vontade de determinados agentes da “elite” ou privilegie apenas

¹⁹¹ THOMPSON, E. P. *“A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”: Economia moral revisitada*. In: *“Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional”*. SP/Companhia das Letras, 1998.

aspectos e razões econômicas na análise das relações sociais, cometendo assim um grande erro epistemológico.

A contribuição teórica de Thompson, principalmente sob a luz dos conceitos de resistência e experiência popular, nos dá subsídios para pensarmos as relações sociais travadas nos espaços dos subúrbios cariocas. Isso porque, através de um cauteloso estudo comparativo de suas obras, podemos identificar aspectos comuns entre as experiências da plebe inglesa no século XVIII¹⁹², e as experiências contidas na formação do lócus suburbano no Brasil.

Por fim, nosso entendimento da obra de Thompson sugere a interpretação integrada dos conceitos de “resistência” e “experiência”. Não apenas como um sistema de valores homogêneos compartilhados entre os agentes pertencentes a um mesmo grupo social, mas como uma categoria dialética de entendimento das práticas cotidianas. Neste sentido, a inteligibilidade de suas práticas não são passíveis de análise apenas em momentos excepcionais de enfrentamento direto, mas também na observação do dia-a-dia.

Pelo apresentado, procuramos deixar claro que ao longo deste último capítulo que ao longo de toda a pesquisa empreendemos o esforço de analisar as possibilidades concretas de resistência segundo a realidade de cada agente social dessa complexa rede chamada subúrbio, tal como nossa leitura thompsoniana sugere. Assim nos aproximamos do posicionamento historiográfico sob o qual “*vários novos historiadores estão preocupados com a história vista de baixo, ou seja, com as opiniões das pessoas comuns e suas experiências nas mudanças sociais*”, quase que parafraseando Peter Burke e George Rudé, é necessário enxergar o rosto desses agentes históricos, entendendo sua mentalidade, seus conflitos e expectativas¹⁹³.

¹⁹² THOMPSON, E. P. “*Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*” São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

¹⁹³ BURKE, Peter (org.): “*A Escrita da História*”. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

III.2 - Outro olhar sobre os entornos da cidade a partir dos jornais locais.



Porque será que ainda aceitamos tão facilmente uma lógica, senso comum, que teima em nos apresentar os subúrbios como espaços sem beleza, quase sempre sem importância cultural ou histórica? É intrigante perceber como, em pouco mais de um século, os moradores do Rio de Janeiro acostumaram-se a denominar e, posteriormente, menosprezar, parte considerável desta cidade.

Em grande parte, tais indagações vem sendo respondidas ao longo dos capítulos anteriores, a ponto de podermos afirmar que aquele que ainda insistir em empregar jocosamente a palavra subúrbio estará cometendo o erro de ignorar a complexidade de seu significado histórico.

Nesta parte do trabalho, procuraremos demonstrar como a lógica de estratificação social, presente nas reformas urbanas e sanitárias, representavam apenas uma das faces da Hidra onde através de uma política maior de segregação sócio-espacial identificamos um plano conciso e uma lógica ofensiva, por parte das elites dirigentes, de promover uma “alienação” política desta classe pauperizada. Concomitantemente demonstraremos a resistência empregada pelos moradores suburbanos através dos embates cotidianos frente os representantes do poder público, entre outros meios menos contundentes de oposição.

Utilizando as ferramentas do conhecimento histórico buscamos melhor entender como esse “projeto” segregador foi interpretado pelos moradores de parte da freguesia de Inhaúma, assim como fora historicamente assimilado pelo imaginário coletivo.

Desta forma, esperamos que este trabalho possa contribuir para a invalidação de certa alienação histórica, que tem sido alimentada pela falta de pesquisas e ainda pelo pouco material

historiográfico disponível sobre o tema. Colaborando em muito para a não formação de uma memória coletiva que torne possível uma maior identificação por parte dos moradores que atualmente nela habitam, o que ainda hoje inviabiliza a quebra da manutenção do relativo afastamento político desta população.

Tentaremos deixar claro, a partir das leituras dos discursos travados nos Anais da Câmara e da Comissão Sanitária referentes à questão das habitações populares, que houve uma clara tentativa elitista de implementar um projeto de construção de uma noção depreciativa dos subúrbios, segundo a lógica da produção de um afastamento político e espacial dos indivíduos marginalizados.

Analisando a lacuna histórica do processo de construção dos subúrbios cariocas, a embrionária formação de uma cultura suburbana e suas relações sociais em uma nova trama cotidiana dessa área incorporada à cidade modernizada, podemos entender melhor como se processaram, na prática, algumas mudanças políticas do país, principalmente por se tratar do Distrito Federal - lócus que pretendia ser a *vitrine e o espelho*¹⁹⁴ social, econômico e político da unidade brasileira tanto para se legitimar no cenário internacional como para integrar suas elites nacionais.

Ainda durante o primeiro capítulo, procuramos demonstrar que as origens do que hoje entendemos por subúrbios, nos remetem historicamente a criação da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, pelo padre Antônio Martins Loureiro, no ano de 1664, bem como a posterior elevação de Inhaúma à categoria de freguesia rural do Rio de Janeiro em 1743¹⁹⁵.

Porém, a partir das primeiras investidas sanitárias iniciadas no final do século XIX, ainda sob a égide monárquica, terá início uma espécie de “cruzada burguesa”,¹⁹⁶ que buscaria intensificar o processo de afastamento das camadas pobres da zona central da cidade.

Essa intransigente intervenção por parte do poder público, que no âmbito republicano combate diretamente aqueles que acreditam ser apenas “Bestializados”,¹⁹⁷ rumo ao afastamento político, personaliza-se nas figuras de Barata Ribeiro e Pereira Passos. Este processo ocorria ao mesmo tempo em que o subúrbio de Inhaúma tornava-se a área residencial mais importante do Distrito Federal, em parte cumprindo com o papel de suprir cada vez mais o centro da cidade de mão-de-obra.

¹⁹⁴ Título e temática central da dissertação de mestrado em História do Brasil, do professor Carlos Kessel UFRJ/IFCS.

¹⁹⁵ Segundo a compreensão das obras de Noronha Santos (1965) e Joaquim J. Moura dos Santos (1987).

¹⁹⁶ Nomenclatura metafórica utilizada por Gizlene Neder (1997), para denominar uma perseguição sócio-econômica.

¹⁹⁷ Expressão utilizada por CARVALHO para denominar, de forma metafórica, a não participação das camadas populares no processo político da República Velha. CARVALHO, José Murilo de. *“Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi”*. 3ª edição/Ed. Companhia das Letras, São Paulo 1987. p. 140-160.

Será justamente neste contexto que os subúrbios cariocas sentiriam as consequências da tentativa de implementação de um projeto de depreciação, passando a ser negligenciado do ponto de vista dos projetos políticos oficiais, aplicadas pelas autoridades que desejavam estigmatizar determinada esfera da população.

Servindo-se da junção oportunista entre política e moral para promover uma espécie de “campanha difamatória”, utilizando em grande parte os meios disponibilizados pelo aparato do Estado republicano, as elites dominantes aspiravam construir um novo modelo de cidade. Através de um inovador projeto de urbanização, que não previa qualquer papel de destaque para o majoritário grupo de trabalhadores pobres que até o presente momento compartilhavam os mesmos espaços, entre as ruas estreitas e mal cheirosas, na região central.

Devido à impossibilidade de um consenso social, com relação à necessidade e até mesmo frente aos meios de aplicação de tal projeto, os representantes políticos acabaram imprimindo um peculiar formato estético e moral que representava seus próprios interesses.

Não só instrumentos legais vão ser postos em prática pela nova elite e seus representantes com o intuito de “higienizar” o espaço da tão sonhada “Paris tropical”, que se pretendia edificar, como também se cria uma forma preconceituosa de se associar cada vez mais as classes pobres a tipos viciosos e amorais. Assim, associando-os a nocivos representantes das “classes perigosas”, que deveriam ser afastadas do convívio com os supostos bons cidadãos.

Desta forma, nos aproximamos novamente da interpretação de Chalhoub. Este autor já apresenta em seu livro *“Cidade Febril”* uma análise contundente dos discursos oficiais proferidos pelos representantes deste projeto segregacional, tal como o vereador e higienista Pereira Rego que se expressa da seguinte forma: *“O aperfeiçoamento e o progresso da higiene pública em qualquer país simbolizam o aperfeiçoamento moral e material do povo, que o habita; é o espelho, onde se refletem as conquistas, que tem ele alcançado no caminho da civilização”*.¹⁹⁸

Neste trecho encontramos uma prévia do que iremos analisar mais a fundo: uma recorrente confusão de idéias, que consideramos ser proposital, onde constantemente a involução, a falta de higiene, a criminalidade e o atraso serão associados ao caráter ambíguo e amoral das camadas mais pobres.

¹⁹⁸ CHALHOUB, Sidney. *“Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial”*. Ed. Companhia das Letras, Rio de Janeiro. 3ª edição, 2004, p.34

Nesta outra fala do Sr. Pereira Rego já encontraremos, na década de 1870, um traço claro do futuro projeto de afastamento das classes pobres para os subúrbios que seria efetivamente posto em prática durante os primeiros anos do mando republicano e que no momento ainda era inexequível no formato sonhado:

“(...) seria por certo uma preocupação de suma utilidade, mais para onde mandaríamos mais de vinte mil pessoas? (...) Quem as sustentaria, quem as guardaria para não fugirem e voltarem para os focos da infecção? Quem pagaria os salários reclamados, uma vez que teriam saído contra a sua vontade de seus domicílios? Onde há habitações para acomodar toda essa gente...?”¹⁹⁹

A maioria dos pareceres da Inspetoria Geral de Higiene reproduzia a idéia de que a degeneração da saúde física e moral estava diretamente relacionada às péssimas condições de vida da população pauperizada.

No discurso de um dos membros da Comissão Sanitária, Dr. José Maria Teixeira²⁰⁰, estava proposto que fosse facilitado o acesso às áreas mais suburbanas da cidade para que os proletários pudessem ocupar tal região. Sugeriu ainda como medida incentivadora a esta política a diminuição no preço das passagens de bondes e trens para os subúrbios, assim como a ampliação e aumento na oferta do número de horários e linhas. Acreditava-se desta forma que se teria um maior controle e a sucessiva diminuição das represálias e greves dos trabalhadores, ainda como a melhoria das condições estéticas e higiênicas do centro da cidade.

Devemos também reiterar o fato de que este projeto segregador de classificação social não foi, de maneira alguma, um advento exclusivamente republicano podendo ser facilmente identificado ainda durante o final do império. Através da utilização da categoria “medo branco”, um temor da burguesia frente ao crescente aumento no número de negros livres e conseqüentemente de pobres na proximidade de seu convívio, a autora Gizlene Neder²⁰¹ procura demonstrar a antecedência de tais questões. Como a Proclamação da República data de apenas um ano após o fim oficial do sistema de exploração escravista, a autora acredita que a necessidade de controle social - antes diluída entre vários mecanismos de dominação - deslocou-se gradualmente para o âmbito do Estado, que passou a ter o monopólio da repressão em suas mãos, assim como também já defendia Caio Prado Junior²⁰².

¹⁹⁹ Idem, p.36.

²⁰⁰ Ibidem, p. 38

²⁰¹ NEDER, Gizlene. “*Cidade, Identidade e Exclusão Social*” Pesquisa “*Controle Social e Cidadania*”/Dossiê-Revista do departamento de História da UFF/Vol. 2, nº 3, Ed. Relume-Dumará/Rio de Janeiro 1997.

²⁰² Caio Prado Junior foi o primeiro a trabalhar essa idéia em “*História Econômica do Brasil*”. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

No entanto, torna-se crucial compreender que o grande número de indivíduos que passaram a ocupar os subúrbios após a década de 1870 não foi simplesmente expulso para esta região através da força ou da autoridade da administração política, tendo optado por esta região, em muitos casos, pela acessibilidade aos terrenos e aluguéis mais baratos.

Estes indícios históricos contribuem no intuito de provar que o atual desconhecimento da história, e por sua vez, das particularidades suburbanas foram construídos através de um processo lento e gradual, acompanhado de uma transição sócio-econômica em um ambiente reformista que produziu, além de reformas urbanas e estéticas, um modelo depreciativo do que viria a ser o “refúgio infeliz do proletariado”²⁰³.

Historicamente, esta noção pejorativa do espaço suburbano foi sendo incorporada ao imaginário social, acabando por ser concretizada pela falta de políticas públicas encampadas nesta região. Processo que é facilmente evidenciado pelos seus moradores ainda hoje, constatando de forma prática pela pouca evolução e pela falta de melhorias em infra-estrutura e transporte, durante mais de um século, resgatando a dura realidade histórica de pouca assistência concedida para estas áreas.

É evidente que a população pobre do Rio de Janeiro foi a mais afetada pela política de saneamento, modernização e embelezamento da Capital, que auferiu em diminutas proporções as benesses da nova cidade modernizada para aqueles trabalhadores tidos como “tipos indesejáveis”. Enquanto com luxo e imponência a região central se remodelava, os subúrbios – tais como as páginas dos numerosos periódicos locais constantemente denunciam – exibiam em suas ruas a falta de calçamento, assim como de esgoto, água e da devida iluminação. Além das inúmeras exigências burocráticas, as normas técnicas de construção das novas habitações populares, segundo o decreto de nº 391 de (10/02/1903), tornavam a vida nos subúrbios ainda mais onerosa, acrescentando-se ao preço das passagens cotidianas para os locais de trabalho.

Aquela região que, na prática, extrapolava a contradição física entre o moderno e o arcaico, ainda mais latente devido à proximidade das circunscrições suburbanas com a região central, também eram carentes de infra-estrutura de serviços e de áreas devidamente projetadas para a prática do lazer daquela população. *“Face a esse quadro não se pode aceitar a premissa oficial de que o ‘bota-abaixo’ era primordialmente uma medida de saúde pública”* tal como nos alerta Eulália Lobo²⁰⁴.

²⁰³ Nomenclatura depreciativa recorrente encontrada nos textos de Lima Barreto para fazer menção aos subúrbios.

²⁰⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *“História do Rio de Janeiro: Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro”*. Ed. IBMEC, Rio de Janeiro 1978, p. 64.

Ao visitarmos a seção de periódicos da Biblioteca Nacional e lermos os jornais da época ali guardados, podemos observar que durante os primeiros anos da República Velha esteve em curso uma clara tentativa de segregação. Entretanto, no setor de obras raras da mesma Biblioteca também encontramos um expressivo número de “periódicos suburbanos” que expressavam pontos de vista opostos.

Os periódicos “Echo Suburbano”, publicado de agosto a outubro de 1901 no Engenho de Dentro, e “Progresso Suburbano”, veiculado de março a outubro de 1902 em Piedade, destacavam-se por buscar conscientizar os moradores de suas regiões. Eram particulares veículos de resistência que se destacam pela forma combativa de seu linguajar e pelo seu caráter de produção e distribuição quase artesanal.

Relendo estas pequenas publicações percebe-se que o processo político de afastamento das classes pobres – tidas como “perigosas” – da região central da cidade não ocorreu tranquilamente. Lutas cotidianas vinham sendo travadas, buscando garantir mínimos direitos a seus moradores. Em suas pautas, recorrentemente, encontravam-se tentativas exaltadas de integrar os agentes suburbanos com o intuito de fortalecê-los para cobrar às autoridades responsáveis. Procuravam servir de intermediários entre a população e o poder público.

A aceitação deste tipo específico de publicação estimulou, entre 1883 e 1933, a circulação de dezessete periódicos diferentes, que continham a palavra subúrbio em seu título. Esta oferta parecia ser uma resposta ao contexto autoritário e repressivo da República.

Em 1889, o surgimento da figura política do prefeito, centralizador das decisões político-administrativas, fez com que os esforços institucionais passassem a se concentrar na tentativa de “civilizar” a capital do país.

Neste cenário conflituoso, os periódicos suburbanos acabavam por acirrar o embate de diferentes interesses entre os grupos populares e os agentes específicos do Estado, como políticos, policiais, sanitaristas, engenheiros e fiscais da prefeitura. Buscando obter aliados, também exaltavam as qualidades suburbanas e representavam um papel inverso àquele desempenhado pelos grupos dominantes.

O primeiro editorial do “Echo Suburbano”, de abril 1901, expõe com clareza uma espécie de manifesto suburbano contra a opressão inimiga que, segundo suas próprias páginas seria considerado todo *“o abuso da força contra a fraqueza, da mentira contra a verdade, da opulência contra a miséria, do mau contra o bem, do vício contra a virtude, do poder autoritário (...) contra os seus*

concidadãos”. Não é difícil imaginar em que lado desta disputa os habitantes dos subúrbios se posicionaram

A edição inaugural já apresentava um discurso combativo que acompanharia toda sua existência:

“A audácia para certos comentários é (...) necessária: vamos, pois, ser capazes para procurar tirar da apatia a que se conservam submergidos certos lugares e seus habitantes. (...) O Echo Suburbano, porém, tomando o mais modesto dos lugares entre a imprensa, espera representar o mister do soldado designado para sentinela avançada a fim de dar o alarma a aproximação do inimigo”.

Dono e editor deste jornal “Echo Suburbano”, Ernesto Nogueira seguia lutando com os meios que dispunha contra essa depreciação através de sua pequena gráfica, situada ao número doze da Rua Manuel Vitorino, no Engenho de Dentro:

“conhecedor das necessidades que assoberbam os subúrbios servidos pelas E. de F. C. do Brasil por ser ali morador a longos anos (...) procurará combater com afinco os males que também sente (...) O Echo Suburbano, pois, sobre o mais ardente desejo de trabalhar para o engrandecimento e prosperidade desta zona suburbana, conta encontrar nos seus habitantes o indispensável acolhimento”.

O “Echo Suburbano” ainda trazia em seus artigos semanais relatos sobre duras condições a que os operários suburbanos estavam submetidos. Segundo o jornal, os operários das oficinas do Engenho de Dentro enfrentavam jornadas de dez horas diárias, além da exposição aos riscos de seu ofício. O jornal tornou habitual a convocação dos trabalhadores que compunham o subúrbio para lutarem por seus direitos, traçando comparações daquelas formas de trabalho com a escravidão.

No mesmo exemplar trazia ainda a denuncia da falta de serviços públicos e infra-estrutura para a região. Seu artigo “Os Buracos” fazia críticas à administração municipal, destacando as péssimas condições do pavimento nos logradouros suburbanos.

Mesmo trazendo informes sobre festas, atividades de lazer e propagandas variadas, as reclamações e as inflamadas cobranças frente aos representantes do poder público eram os pontos centrais. As principais críticas e reivindicações referiam-se à inadequação da prestação de serviços públicos, como a falta de transportes, de saneamento, de infra-estrutura básica e de policiamento.

A circulação destes veículos não contribuíam apenas com a ampliação de mecanismos de resistência popular, como também estimulava outras formas de manifestação contrárias àquela

ordem. Entre negociações e conflitos, os moradores suburbanos seguiam construindo laços de identidade e formando redes de sociabilidade.

Aproximadamente a partir da década de 1930, a pequena imprensa de bairro suburbana foi, gradativamente, perdendo seu lugar para os grandes veículos de comunicação como o rádio e os jornais de maior envergadura.

Desde a “Gazeta Suburbana”, primeiro do gênero, lançado em 1883, até o caderno “Zona Norte”, veiculado atualmente no Jornal “O Globo”, ocorreram inúmeras transformações no modo de pensar a cidade. Contudo, concepções pejorativas ainda permanecem enraizadas em suas relações sociais. Paradoxalmente ainda identificamos a existência de “brincadeiras” preconceituosas, muitas vezes definidas pelo estigma do “morar mal”, que deveriam ser novamente combatidas com o vigor do passado.

Desde modo, ao revisitarmos os ‘periódicos suburbanos’ percebemos que a evolução da cidade não foi, de forma alguma, consequência das iniciativas de um único grupo social. Ao contrário, pois a cidade deve ser pensada como um espaço democrático de participação e de exercício da cidadania.

III.3 - Os periódicos suburbanos: uma voz de protesto

Os nossos jornais

“Os nossos jornais diários têm de mais e têm de menos; têm lacunas e demasias. Uma grande parte deles é ocupada com insignificantes notícias oficiais. Há longas seções sobre exército, marinha, estradas de ferro, alfândega, etc. de nenhum interesse, ou melhor, se há nelas interesse, toca a um número tão restrito de leitores que não vale a pena sacrificar os outros, mantendo-as.

Além disso, os nossos jornais ainda dão muita importância aos fatos policiais. Dias há que parecem uma morgue, tal é o número de fotografias de cadáveres que estampam; e não ocorre um incêndio vagabundo que não mereça as famosas três colunas - padrão de reportagem inteligente. Não são bem "Gazetas" dos Tribunais, mas, já são um pouco Gazetas do Crime e muito Gazetas Policiais.

Aos apanhados dos debates da Câmara e do Senado podia dar-se mais cor e fisionomia, os aspectos e as particularidades do recinto e dependências não deviam ser abandonados.

Há muito que suprimir nos nossos jornais e há muito que criar..

Não aconselho a ninguém que faça uma transformação no nosso jornalismo. Talvez fosse mal sucedido e talvez fosse bem, como foi Ferreira de Araújo, quando fundou, há quase quarenta anos, a Gazeta de Notícias. Se pudesse, tentava; mas como não posso, limito-me a clamar, a criticar.”²⁰⁵

É inegável que o conhecimento histórico possui uma íntima relação com a factualidade. No entanto, ao longo de determinados percursos historiográficos, muitas vezes acabamos passionalmente e parcialmente selecionando alguns fatos em detrimento de outros. Ao reconstituirmos levanamente tais acontecimentos passamos a resignificá-los na busca de novas interpretações que atendam a interesses específicos.

Muito já se debateu sobre esta complexa relação entre o fato histórico e o evento que o gerou. Particularmente, no campo das ciências sociais temos presenciado amplas discussões que se potencializam em meio às cátedras da epistemologia, da historiografia e da crítica literária. *“Essas discussões, obviamente, transitam pela antinomia verdade/mentira, assim como enfatizam o caráter interpretativo da ótica de quem narra o fato histórico.”²⁰⁶*

É notoriamente aceito, pelo senso comum, a lógica de que uma grande mentira amplamente repetida pode ser difundida com muito mais facilidade do que numa simples verdade dita apenas poucas vezes. O ministro da propaganda alemã do Terceiro Reich, Joseph Goebbels, tornou-se o mais conhecido difusor de tal tese.

²⁰⁵ Matéria publicada no Jornal Gazeta da Tarde, Rio, 20-10-1911, por Lima Barreto. Retiramos esta da página 6-12 do livro *Vida Urbana*. Edição Guinefort 2007.

²⁰⁶ Muitas dessas reflexões foram fomentadas pela leitura do trabalho de CARREIRA, Shirley de Souza Gomes *“A Maggot: a ficção como leitura alternativa do passado histórico”* Open to discussion, v.11, In: Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades. Rio de Janeiro, v.1, n.2 de 2002.

Contudo, o que pretendemos tratar mais diretamente nesta parte do trabalho não versa unicamente sobre a manipulação das interpretações a respeito dos acontecimentos históricos, nem apenas sobre a produção de “falácias históricas”, mas sobre a motivação para tais negligências e a incômoda ausência de determinados temas, através de uma espécie de “silêncio histórico”.

Muitas de nossas reflexões iniciais tornaram-se imprescindíveis, pois ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, principalmente nos últimos dois anos, pudemos observar o destaque dado ao centenário da morte de Machado de Assis, autor considerado pelo crítico americano Harold Bloom o “*maior literato negro surgido até o presente*”.²⁰⁷

Este fato tornou-se ainda mais representativo, pois coincidentemente neste mesmo ano rememoram-se os 120 anos da assinatura da Lei Áurea, que se propôs a extinguir a escravidão no Brasil.

Este ilustre escritor, que por muitos anos atuou como jornalista político e cronista social dos mais importantes jornais cariocas da época, transferiu para literatura parte de sua influência jornalística. E mesmo não sendo um panfletário da luta abolicionista, encontrou meios de expor em suas obras o problema da escravidão, através de uma visão pouco romântica e muito mais crítica sobre este fenômeno social.

Porém, frente a tantas comemorações sentimos uma importante ausência, o esquecimento da celebração dos 110 anos da morte do “Cisne Negro”, o poeta Cruz e Sousa. O que nos parece fundamental chamar a atenção, sobretudo devido ao nosso esforço, como morador e pesquisador engajado dos subúrbios cariocas, na busca de produzir uma história que contribua para a revalorização desta importante área da cidade.

Nesta região bastante depreciada pelo imaginário social e longe dos olhos do poder público, na residência de número 48 da antiga rua Teixeira Pinto, residiu este grande ícone do simbolismo brasileiro. Na atual rua Cruz e Sousa, permanece de pé a humilde casa que hoje ostenta a numeração 172, no bairro do Encantado, um local de memória²⁰⁸ que tem a árdua tarefa de manter resguardado o nome atribuído em homenagem póstuma ao poeta.

Ainda assim este poeta suburbano que lutou para fugir da escravidão e virar um literato não conseguiu escapar do injusto semi-anonimato histórico. Creio que não só seu singular

²⁰⁷ O centenário da morte do escritor brasileiro Machado de Assis, considerado o maior expoente de todos os tempos da literatura nacional, será comemorado durante todo o próximo ano. No dia 19 de setembro de 2007, foi publicado no Diário Oficial da União, a Lei nº 11.522, que institui 2008 como o Ano Nacional Machado de Assis.

²⁰⁸ NORA, Pierre. “*Entre memória e história. A problemática dos lugares.*” Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993. Entendemos por Locais de memória os espaços físicos que preservam um elo de ligação, um sentimento de relevância dos fatos passados com o tempo presente, dando sentido e identidade para um determinado grupo social.

exemplo de vida, como sua rica produção literária merecessem maior atenção e prestígio por parte da intelectualidade, assim como por parte dos representantes políticos.

Cruz e Sousa que nasceu em Nossa Senhora do Desterro, atual Município de Florianópolis, em novembro de 1861, tornou-se um dos principais precursores do simbolismo no Brasil. Ainda em sua infância pobre o de filho de escravos alforriados teve a sorte de ser tutelado pela abastada família do Marechal Guilherme Xavier de Sousa, de quem não só herdou o sobrenome, como a boa educação. Tornou-se um homem bem instruído, conhecedor do idioma inglês, do francês, latim e grego, além da Matemática e das Ciências Naturais.

O período mais importante de sua vida literária ocorre a partir de 1881, quando passa a trabalhar no jornal “Tribuna Popular”, no qual já buscava combater a escravidão e o preconceito racial. Ao mesmo tempo em que realiza seu trabalho jornalístico lança, em 1885, seu primeiro livro de sonetos, *Tropos e Fantasias*, partindo em seguida para o Rio de Janeiro, onde trabalharia como arquivista na Estrada de Ferro Central do Brasil, sem abandonar a escrita e atuando também como colaborador do jornal “Folha Popular”.

Após um breve retorno a sua terra natal, muda-se definitivamente para a Capital Federal, em 1890, passando a trabalhar como noticiário das revistas “A Cidade do Rio de Janeiro”, “Revista Ilustrada” e no jornal “Novidades”. Para garantir a sobrevivência, o poeta catarinense continuou trabalhando na Central do Brasil, e ainda ministrava aulas particulares de inglês e francês.

Com as finanças e a saúde fragilizada, parte para Minas Gerais tentando recuperar-se de uma forte crise de tuberculose. Neste novo pouso, iria a falecer a 19 de Março de 1898. O corpo do poeta de 37 anos retorna poucas semanas depois ao Rio de Janeiro dentro de um vagão destinado a transporte de cavalos. O jornalista José do Patrocínio encarregou-se do funeral realizado no Cemitério S. Francisco Xavier²⁰⁹.

A amistosa relação estabelecida com o célebre abolicionista José do Patrocínio, foi fortalecida a partir do momento em que este entrou em conflito com o governo de Marechal Floriano, em 1892, sendo detido e deportado para as imediações do alto Rio Negro. Ao retornar clandestinamente ao Rio de Janeiro, no ano de 1893, Patrocínio passou a estreitar sua relação com o vizinho Cruz e Souza, quando passou a residir nos subúrbio de Inhaúma.

Percebemos que independente do grau de reconhecimento, estes intelectuais negros tinham em comum muito mais do que o lugar de moradia e a cor da pele. Suas profissões nos

²⁰⁹ Muitas informações sobre a vida deste poeta foram extraídas do artigo de MUZART, Zahidé Lupinacci. “Cruz e Sousa e a crítica”. Revista Cult n° 08. São Paulo, Editorial Lemos, Março de 1998.

chamam mais atenção neste momento, pois tanto Machado de Assis, quanto Cruz e Souza e José do Patrocínio tinham no ofício da escrita jornalística seu principal meio de sobrevivência. Ao mesmo tempo em que esta ocupação se apresentava como uma provável alternativa financeira, também ampliava significativamente o potencial de comunicação e difusão de suas idéias vanguardistas.

Ao longo da história da imprensa brasileira podemos observar exemplos similares aos do papel político exercido pelos redatores, jornalistas e proprietários desses jornais de época.

Através de uma rápida contextualização, percebemos que desde o início da imprensa carioca, a partir da criação da “Gazeta do Rio de Janeiro”, em maio de 1808, e do contemporâneo concorrente estrangeiro “Correio Brasiliense”, o discurso político panfletário já era uma forte realidade. O principal interesse segundo as palavras do próprio editor do “Correio Brasiliense”, Hipólito José da Costa, era manter um forte caráter *“doutrinário muito mais do que informativo”*.²¹⁰

Nelson Werneck Sodré continua afirmando: *“o jornal de Hipólito (...) destinava-se a conquistar opiniões; esta era a sua finalidade específica. Mensalmente, reunia em suas páginas o estudo das questões mais importantes que afetavam a Inglaterra, Portugal e o Brasil...”*²¹¹

A tentativa de influenciar a opinião pública, difundindo e defendendo suas idéias entre os formadores de opinião, sempre esteve em pauta nos editoriais. Conforme Marialva Barbosa²¹² complementa em seu livro sobre a imprensa carioca do final do império e início da república, através do exemplo do jornalista francês Max Leclerc, que ao ser enviado ao Brasil como correspondente para cobrir o início do governo republicano, descreveu o cenário jornalístico de 1889 da seguinte forma:

*“A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade, a empregar sua influência na orientação da opinião pública. (...) Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apóia está em evidência ou é temível.”*²¹³

²¹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *“História da imprensa no Brasil.”* Rio de Janeiro: Graal, 1978.

²¹¹ Idem, p. 16.

²¹² BARBOSA, Marialva. *“Os donos do Rio: Imprensa, poder e público (1880-1920).”* Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

²¹³ Idem, p. 3.

No entanto, por mais tendenciosas que as matérias destes periódicos fossem elas não eram fruto exclusivamente da posição política inerente a cada órgão de imprensa, ou mesmo da vontade individual do jornalista que ali atuava. Algo fundamental também estava em jogo nesta complexa relação, a boa comercialização destes veículos.

Em muitos casos, os redatores proprietários se viam obrigados a ocultarem suas predileções partidárias na busca de uma boa aceitação, a ponto de readequarem seus discursos na direção de algo mais vendável. *“Ao cobrir eventos e ao produzir as notícias, os jornalistas o fazem em um jogo complexo de luzes e sombras, situado no limiar dos poderes e dos contrapoderes interessados.”*²¹⁴

Um grande crescimento no mercado jornalístico carioca ocorrerá do final do Segundo Reinado até o início da época republicana, período em que as charges e caricaturas ganharam espaço considerável em meio às páginas destes novos jornais.

Neste furtivo cenário intelectual e político, também presenciamos o aparecimento dos primeiros jornais suburbanos, ou melhor, periódicos locais destinados a um público particular de moradores dos novos bairros da fragmentada área rural.

Em nosso levantamento inicial das fontes, encontramos o que nos parece ser o primeiro jornal produzido em um bairro suburbano, publicado no ano de 1883. Intitulando “A Gazeta Suburbana”, este pequeno tablóide de quatro páginas aparentava ser bastante popular, seus 4.000 exemplares saíam quinzenalmente de sua sede na Rua do Hospício número 150, no bairro de Todos os Santos. Era vendido nas imediações da linha férrea Dom Pedro II, principalmente entre as estações do Méier e do Encantado, pelo custo de 100 réis.

Caso este tenha sido realmente o principal precursor dos subseqüentes jornais de bairro que passariam a circular em toda a cidade, seu editorial de inauguração lançado no dia 15 de dezembro de 1883, já alertava para o fato de ter *“... nascido como instrumento de protesto dos moradores, sobre a falta de atenção das autoridades aos problemas que afligiam aquela sociedade e que eram comuns a outros bairros mais distantes do centro da cidade”*. Seu editor continuava afirmando que *“até agora os subúrbios foram tratados como uma criança: só lhes deram promessas”*.

Este curto exemplo acaba por servir de parâmetro da forma combativa com que tal imprensa alternativa buscava atingir seus leitores, atendendo a dupla preocupação de manter um certo perfil ideológico e editorial junto a uma boa vendagem.

²¹⁴ CONTI, Mario Sergio. *“Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor”*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 9.

Muitos outros jornais locais, especificamente originários dos bairros suburbanos da freguesia de Inhaúma, apareceriam nos posteriores 125 anos após a circulação deste pioneiro exemplar da *Gazeta Suburbana*. Enquanto alguns fechavam suas portas, outros abriram novos editoriais, dependendo do maior ou menor grau de aceitação pública e das dificuldades encontradas, a ponto de ser bastante difícil contabilizarmos precisamente quantos jornais deste tipo circularam no total. Ao longo de toda nossa pesquisa, focada no período inicial da Primeira República, contabilizamos mais de uma dezena de periódicos, que igualmente paravam de circular e posteriormente reapareciam, mas sempre preservando em seus títulos e pautas os temas suburbanos.

Temos alertando para o fato que o campo da historiografia, não só no que se refere à história da imprensa suburbana, mas como em outros aspectos pertinentes a gama de objetos suburbanos, ainda tem sido muito pouco estudado. Com relação à história dos jornais, esta lacuna se torna ainda mais grave, pois acreditamos que este particular tipo de fonte reflita, com relativa autenticidade, grande parte dos interesses e anseios da população desta região, cujos problemas eram geralmente ignorados pela grande imprensa da época, preocupada com fatos de repercussão mais centrais.

Visando minimizar algumas dessas defasagens e buscando atrair um pouco de visibilidade, os tablóides de bairro apareceram nos subúrbios cariocas a partir de 1883 e rapidamente se disseminaram. Além da “*Gazeta Suburbana*”, outros três periódicos apareceram antes mesmo da virada do século, são eles: “*A Revista Suburbana*”, “*Correio Suburbano*” e “*O Suburbano*”, respectivamente lançados nos anos de 1893, 1895 e 1900.

Devemos destacar que este fenômeno não era um privilégio exclusivo das novas áreas do subúrbio de Inhaúma, ou seja, outros bairros igualmente afastados da região central também receberiam um grande número de novos moradores, que de modo similar vivenciaram o aparecimento de uma imprensa vinculada a interesses locais.

O referencial estudo de Mauricio de Abreu²¹⁵ destaca a importância desta emergente prática jornalística em bairros populosos como Copacabana, Gávea e Botafogo. Entre estes novos títulos que foram surgindo, para além do eixo ferroviário, destacamos alguns, tais como: “*O Guanabara*”, “*O Tijuquense*”, “*O Botafogo*”, “*Gazeta de Botafogo*”, “*O Copacabana*”, “*O Paquetaense*”, entre outros.

²¹⁵ ABREU, Maurício de Almeida. “*A Periferia de Ontem: O Processo de Construção do Espaço Suburbano do Rio de Janeiro*” (1870-1930). In: Espaço e Debates, Rio de Janeiro 1987.

Exemplos similares também podem ser observados até mesmo fora da cidade do Rio de Janeiro, tal como no caso do jornal paulista “Correio de São Carlos”, onde uma matéria publicada no dia 10 de janeiro de 1900 nos dá indícios da função política desempenhada por esses órgãos de imprensa, que mesmo representando interesses particulares também promoviam cobranças frente as autoridades responsáveis. “*Aproveitamos da ocasião que essa notícia oferece para lembrar o doutor Delegado de Polícia que seria bom organizar patrulhas mesmo de dia pelos subúrbios da cidade*”.²¹⁶

Os jornais de bairro poderiam, melhor do que seus concorrentes da grande imprensa, procurar entender e dialogar com grupos de regiões peculiares e de interesses comuns e bem específicos.

É o acaso da insurgente imprensa operária, que segundo O livro de Maria Nazareth Ferreira, *Imprensa Operária no Brasil*²¹⁷, já inicia-se com a publicação do Jornal “O Proletário”, em Pernambuco, em 1847.

Este tipo particular de imprensa, que no caso de alguns bairros suburbanos tiveram grande aceitação graças ao significativo contingente operário, caracterizavam-se por defender os direitos desta classe, procurando organizar os trabalhadores em meio as suas reivindicações.

Muito influenciados pela ideologia do movimento anarquista, o operariado encontrava-se receptivo a estas publicações, que tiveram um considerável destaque no caso carioca. Assim como afirma José Murilo de Carvalho: “*O primeiro jornal anarquista do Rio parece ter sido ‘O Despertar’, de José Sarmiento, publicado em 1898. (...) o jornal revela individualismo e espontaneísmo extremados, defendendo como única arma operaria a greve.*”²¹⁸ Somente dentro do período que estudamos este autor acrescenta que ainda viriam “O Protesto”, “O Golpe”, “O Trabalhador” e “A Greve”, publicados respectivamente em 1900, 1902, sendo os dois últimos de 1903.

Ao analisarmos esses jornais torna-se evidente o conteúdo ideológico, que se apresenta através de ataques à Igreja, aos representantes políticos e contra a exploração do trabalho por meio de um discurso a favor das greves e paralisações.

Um particular exemplo do surgimento desta imprensa operária dentro do subúrbio, que igualmente norteia-se pelo caráter contestatório e reivindicador, era o jornal “A União Operaria”,

²¹⁶ Extraído do jornal “Correio de São Carlos”, edição do dia 10 de janeiro de 1900.

²¹⁷ FERREIRA, Maria Nazareth. “*Imprensa Operária no Brasil*”. Ática, São Paulo, Ed. Ática 1988.

²¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. “*Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*”. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 56.

publicado no Engenho de Dentro, e que falava para um significativo grupo de operários da oficina de trens da Central do Brasil, que situava-se naquele bairro.

Compartilhando de perspectivas muito parecidas, a imprensa operária e a suburbana, tornavam-se cada vez mais populares, inserindo-se organicamente no cotidiano da maioria da população marginalizada. Buscavam se transformar em mais um instrumento de luta pela melhoria da realidade social concreta dos moradores suburbanos, bem como aumentar o nível de consciência das massas trabalhadora.

A preocupação em se registrar fatos e acontecimentos dentro de uma mesma comunidade parece ter sido intensificada, no caso da cidade do Rio de Janeiro, a partir dos últimos anos do século XIX, início do século XX, bastante influenciada pelo aumento da população e dos mercados locais, através do surgimento de novos bairros.

Estes novos bairros cresceram muito impulsionados pela ampliação das estações de trens e pelo barateamento nos preços das passagens, e ao passarem a transportar mais passageiros também aumentavam as possibilidades de divulgação e venda dos produtos e serviços do comércio local. Visando tornar mais eficaz essa relação de diálogo entre os comerciantes e seus potenciais compradores, os emergentes jornais locais passam a servir também de meio propagandístico.

Tomando como exemplo a imagem abaixo reproduzida, podemos ter uma melhor idéia da forma pela qual estes periódicos chegavam às mãos de seus leitores, como sua comercialização era feita, tal como as principais propagandas e manchetes eram publicamente expostas em meio ao espaço da rua.

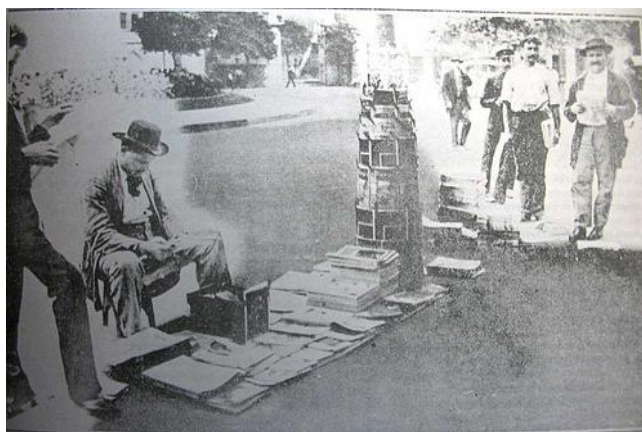


Figura 10. Comercialização de impressos no Rio de Janeiro, em 1914.

Fonte: SANTOS, Affonso Carlos Marques dos. *“O Rio de Janeiro de Lima Barreto”*. Volume II, Rio Arte, Prefeitura do Rio de Janeiro 1983. Originalmente publicada em cinco de setembro de 1914, na *“Revista da Semana”*, com o título *“Os mercados da imprensa”*.

É factível estabelecer uma relação entre a quantidade a ser produzida e a capacidade de comercialização destes jornais, já que a possibilidade de atender aos interesses dos compradores de espaços publicitários dependia diretamente do seu grau de visibilidade. Quanto maior sua exposição mais interessante se tornava para quem anunciava, captando assim possivelmente mais verba a ser investida na ampliação do número de exemplares em circulação.

Uma lógica bem próxima à comercial também se adequava ao caráter político ideológico de seus editoriais. Da mesma forma que a visibilidade era imprescindível para o sucesso com os anúncios, era igualmente fulcral para que se tornassem potenciais veículos de crítica política, já que nessa época as matérias eram facilmente difundidas através de grupos, formados em meio a rodas de leituras informais.

O que poderia ser bom para os editores proprietários e para parte de seus leitores, era passível de crítica na opinião do ilustre jornalista e morador suburbano, Lima Barreto. Para ele a grande maioria dos jornais desta época eram bastante regionalistas, não traziam notícias de outros estados ou países, além de apresentarem informações muito vagas ou simples notas. Continuava afirmado que estes também davam demasiado destaque a crimes e casos policiais, reafirmando que a maioria dos espaços dos jornais eram compostos de anúncios e matérias particulares.

“No jornal exagerava-se, mentia-se, para se exaltar a população. Em tal lugar, a polícia foi repelida; em tal outro, recusou-se a atirar sobre o povo. Eu não fui para casa, dormi pelos cantos da redação e assisti à tiragem do jornal: tinha aumentado cinco mil exemplares.

Toda essa abnegação era para garantir os seus mesquinhos empregos. Um pobre tipógrafo, que morava para a Saúde, onde o trânsito se fazia com os maiores perigos, ficou todos os três dias no jornal. Temia ser morto por uma bala perdida. Houvera muitas mortes assim, mas os jornais não as noticiavam. Todos eles procuravam lisonjear a multidão, mantê-la naquelas refregas sangrentas, que lhes aumentava a venda.”²¹⁹

Tal como sugere esta parte do primeiro romance de Lima Barreto, muitas vezes o discurso político dos jornais ocultava em parte seu principal objetivo, que era comercial. Em seu livro publicado em 1909, Lima Barreto tece uma forte crítica à sociedade hipócrita e preconceituosa corporificada na figura da imprensa. Descrevendo minuciosamente todas as características deste meio, através de personagens como o diretor e os demais redatores e jornalistas, que são explicitadas de maneira cruel e mordaz. O diretor é retratado como ditador, temido por todos, com apetite de mulheres e prazer, e que visava somente ao aumento das vendas do seu jornal.

Para aprofundar nosso entendimento sobre os meandros desta relação, procuraremos nos aventurar mais intensamente em meio às páginas de dois relevantes jornais de bairros suburbanos do início do século XX: “O Echo Suburbano”, sediado no Engenho de Dentro, e o “Progresso

²¹⁹ BARRETO, Lima “*Recordações do Escrivão Isaías Caminha*”. São Paulo: PubliFolha, 1997.

Suburbano”, do bairro de Piedade. Através de uma releitura crítica de seus conteúdos tentamos apreender a formação de mecanismos plurais de resistências populares frente aos instrumentos repressivo-ideológicos da Primeira República.

Há vinte anos Maurício de Abreu estreava seu artigo sobre o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro²²⁰ apresentando, logo em seus parágrafos iniciais, o questionamento sobre a pouca utilização de um tipo de fonte particular: “... *uma fonte de dados inexplicavelmente pouco utilizada em trabalhos de recuperação da memória urbana carioca: jornais locais há muito desaparecidos*”.

Ao compartilhar da mesma incompreensão do referido autor quanto à escassa utilização científica deste rico material, e por ainda constatar a triste persistência desta lógica, buscamos preencher algumas lacunas com relação à utilização destes jornais na análise do nosso objeto.

Para analisar a provável articulação dialética, troca de sugestões e críticas, estabelecida entre os periódicos e seus respectivos leitores, sejam os moradores suburbanos ou os representantes do poder político, utilizaremos um tipo de metodologia comparativa das fontes, priorizando avaliar a receptividade e impacto dos discursos contidos nesses veículos de comunicação.

Procuramos remontar uma espécie de quebra-cabeças da complexa rede de sociabilidade dos moradores suburbanos, a partir de pequenos indícios fornecidos pela atmosfera cotidiana de produção e circulação destes jornais. Para tal, atribuímos relativa importância a elementos como os mecanismos de venda, de formatação gráfica, o processo de escolha e produção de pautas, a influência editorial dos proprietários redatores, entre outros procedimentos relevantes desde a fabricação até a tentativa de manutenção destes veículos de comunicação.

*“Retratistas fiéis de um tempo e de um lugar, testemunhas oculares do processo de transformação da cidade escravista em espaço capitalista, os jornais de bairros registraram, de forma notável, todas as aspirações, tenções, lutas conquistas e derrotas daqueles que viveram o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro”.*²²¹

Acreditamos ser de fundamental importância a constante busca de uma maturidade teórico-metodológico em face a reconhecida complexidade do trabalho com periódicos. Para tanto, tentaremos seguir os passos de três grandes exemplos de notoriedade acadêmica no trato com este tipo de fonte, as obras: “*As Queixas do Povo -Pobreza e Política: Os pobres urbanos no*

²²⁰ ABREU, Maurício de Almeida “*A Periferia de Ontem: O Processo de Construção do Espaço Suburbano do Rio de Janeiro*” (1870-1930). In: Espaço e Debates, Rio de Janeiro 1987, p. 1.

²²¹ Idem, p.13.

Brasil 1870-1920”, “*A Periferia de Ontem: O Processo de Construção do Espaço Suburbano do Rio de Janeiro*” (1870-1930) e *História da Imprensa no Brasil*.²²²

Uma capital aprendizagem pode ser extraída de trabalhos como estes, nos remetendo ao fato de que nem sempre os jornais possuíam uma relação de fidelidade aos acontecimentos, considerando que a atividade jornalística, sobretudo da pequena imprensa, dependia diretamente do sucesso comercial atingido, preocupação que era expressa em recorrentes momentos.

“Pedimos aos nossos amigos que correram em nosso auxílio assinando O Echo Suburbano o favor de mandar satisfazer a importância das suas assinaturas.

*Sendo, como sabem, esta empresa nascida unicamente de um inaudito esforço pessoal de seu proprietário e redator, não contando com outros recursos além dos provenientes de suas própria receita, vê-se em luta com as maiores dificuldades para atender aos seus compromisso...”*²²³

A partir da leitura de trechos como o que acabamos de citar, passamos a constatar que a distorção ou aumento sensacionalista de um determinado acontecimento, em muitos casos, visava atender não somente ao caráter político contestatório, como também aos interesses comerciais destes veículos.

Para o deleite dos que escolhem trabalhar com jornais de época como instrumentos de pesquisa, a seção de periódicos da Biblioteca Nacional é um centro indispensável de referência. Mas, mesmo com todo critério, os raríssimos exemplares suburbanos que se encontram sobre posse da Biblioteca estão bastante deteriorados, provavelmente já chegaram assim a esta casa.

Além das dificuldades naturais da leitura de uma cópia disponibilizada em microfilme onde faltam pedaços, páginas e até mesmo exemplares inteiros, ainda restava a mais árdua tarefa de procurar “desvendar” o conjunto das experiências suburbanas por meio destes instrumentos.

Para nossa sorte a grande maioria destes exemplares encontram-se em um mesmo fundo da seção de obras raras, facilitando um pouco mais nossa análise comparativa. Em meio a uma rica possibilidade de jornais suburbanos, escolhemos especificamente dois deles devido à proximidade espacial e temporal, que se moldavam aos objetivos desta pesquisa.

Os periódicos “O Echo Suburbano”, publicado de agosto a outubro de 1901, no Engenho de Dentro, e “Progresso Suburbano”, veiculado de março a outubro de 1902, em Piedade, aproximam-se principalmente pelo fato de tentar integrar e conscientizar um número expressivo

³ SILVA, Eduardo “*As Queixas do Povo*” Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1988, HAHNER, June. “Pobreza e política. Os pobres urbanos no Brasil 1870-1920”. Brasília : EdUnB, 1993, ABREU, Maurício de Almeida “*A Periferia de Ontem: O Processo de Construção do Espaço Suburbano do Rio de Janeiro*” (1870-1930). In: Espaço e Debates, Rio de Janeiro 1987 e SODRÉ, Nelson Werneck “*A História da imprensa no Brasil*”. RJ: Civilização Brasileira, 1966

²²³ “*O Echo Suburbano*”, Expediente dia 5 de setembro de 1901, p.1.

de moradores de suas regiões. Tinham igualmente a função de cobrar melhorias e modernização para os arrabaldes, de forma similar às reformas implementadas nas áreas nobres da cidade.

A principal dificuldade de trabalhar com este tipo de fonte deriva do desafio, quase impossível, de buscar a imparcialidade analítica ao investigar tais jornais sem procurar neles, ou mesmo dar destaque, unicamente àquelas notícias propícias ao nosso olhar.

Transpor, ou aprender a trabalhar com esta barreira, requer o entendimento, a compreensão de que estes jornais de época são fontes que naturalmente contém limitações e distorções características. Sendo assim, procuramos sempre manter uma certa prudência no trato destas fontes, evitando interpretar suas notícias como acontecimentos de proporções fidedignas, inequívocas e incontestáveis.

Sabemos que é necessário ter a clara noção de que qualquer jornal representa, diretamente ou indiretamente, posicionamentos políticos correspondentes a um determinado local social, bastante comprometido com suas próprias concepções ideológicas, buscando um diálogo com a sociedade por meio do grupo a quem ele representa.

Mesmo sem termos referências diretas sobre a quantidade final de exemplares postos em circulação, produzidos e vendidos em todo subúrbio, temos motivos para acreditar que estes jornais possuíam uma satisfatória aceitação popular. Isto porque constatamos uma grande quantidade de jornais de bairros que se auto intitulavam suburbanos, durante um período de 50 anos que cobrem, com sobra, o contexto da Republica Velha. Entre 1883 a 1933 identificamos a existência de 19 periódicos inseridos em parte da delimitação espacial que adotamos para este trabalho, ou seja, bairros que compunham a antiga freguesia de Inhaúma.

Além da evidente presença destes jornais em parte expressiva dos bairros mais populosos dos subúrbios ferroviários, principalmente a partir da crise da República dos Militares,²²⁴ encontramos também referências indiretas que nos permitem calcular o alcance dos mesmos.

Tabela 7. Periódicos Locais da Cidade do Rio de Janeiro (1883-1933)

| Título do Periódico | Local | Período em que há certeza de sua existência |
|----------------------------|--------------------|--|
| Gazeta Suburbana | Todos os Santos | 1883/1885 |
| Revista Suburbana | Ignorado | 1893 |
| Correio Suburbano | Ignorado | 1895 |
| O Suburbano | Ilha do Governador | 1900 |

²²⁴ Período inicial da República brasileira, de 1891 a 1894, também conhecido como “República da Espada”. Marcado pelo governo autoritário dos militares, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Durante o período houve uma forte repressão a focos de resistências e aos levantes populares.

| | | |
|---|----------------|-----------|
| O Echo Suburbano | Eng. De Dentro | 1901 |
| Progresso Suburbano | Piedade | 1902 |
| O Comercio Suburbano | Piedade | 1902 |
| O Parlamentar (Sucessor do Progresso Suburbano) | Ignorado | 1902 |
| O Subúrbio | Méier | 1904/1905 |
| O Subúrbio (2ª fase) | Méier | 1907/1911 |
| Tribuna Suburbana | Madureira | 1910 |
| Echo Suburbano | Madureira | 1911 |
| Correio Suburbano | Ignorado | 1911 |
| O Suburbano | Ignorado | 1911/1918 |
| Monitor Suburbano | Campo Grande | 1918 |
| Gazeta Suburbana | Méier | 1919/1921 |
| Revista Suburbana | Méier | 1922 |
| Revista Suburbana | Ignorado | 1933 |
| Jornal dos subúrbios | Ignorado | 1933 |

Fonte: Adaptado de ABREU, Maurício de Almeida “A Periferia de Ontem: O Processo de Construção do Espaço Suburbano do Rio de Janeiro” (1870-1930). In: Espaço e Debates, Ano VII, vol. 1, nº 21. São Paulo. NERU, 1987, p. 37.

A primeira questão era a localização privilegiada, já que as sedes destes jornais ocupavam pontos estratégicos. No caso do “O Echo Suburbano” ela ficava na rua Manuel Vitória,²²⁵ nome dado em homenagem ao antigo governador da Bahia e presidente interino do Brasil, atualmente esta rua é a principal via de ligação entre o largo do Encantado e o de Piedade. Desta forma, o ponto central de produção e distribuição deste jornal era realmente muito bem localizado, um ponto bastante comercial próximo a estação do Encantado.

Mesmo sem acharmos uma informação precisa sobre o número de exemplares postos em circulação pelos referidos periódicos, encontramos uma nota no final da primeira pagina do “O Echo Suburbano”, de 10 agosto de 1901, que nos dá uma idéia inicial. Um comunicado nos leva a crer que a quantidade mínima produzida superava com facilidade a marca dos 100 exemplares.

“Alguns indivíduos sem consciência, surrupiaram-nos setenta e tantos exemplares do nosso jornal, e andaram vendendo-os a 200r\$.

Prevenirmos ao público que não deve pagar mais de cem réis por número da nossa folha, o que consta das nossas condições”

Caso tomemos este fato como verídico, a clara preocupação do editor do jornal em denunciar o crime nos ajuda a constatar alguns aspectos relevantes. A primeira questão a ser ponderada é se o roubo poderia evidenciar o caráter comercial destes jornais, pois até mesmo o senso comum nos remete a acreditar que os “mau feitores” não se arriscariam a roubar algo que

²²⁵ Manuel Vitorino Pereira (Salvador, 30 de janeiro de 1853 — Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1902) foi um político brasileiro que chegou a ser vice-presidente da República no mandato de Prudente de Moraes. Era médico e escritor na imprensa baiana. Governou o Estado da Bahia, além de ser senador federal. Foi presidente interino entre 1896-1897 quando Prudente de Moraes afastou-se por motivos de saúde.

não lhes revertesse algum tipo de lucro. Também podemos imaginar que, caso os ladrões tenham conseguido vender o fruto do roubo por preço superior ao praticado pelo próprio jornal, haveria certa acessibilidade e interesse do público com relação a tais publicações.

Também não podemos descartar a hipótese do roubo ser uma espécie de crime com interesses particulares, de ordem política, uma forma de retaliação por parte de alguém que se estaria incomodado com a aceitação ou com as críticas contidas neste editorial.

Caso a quantidade furtada tenha sido realmente entre setenta e oitenta exemplares, este número já seria bastante representativo para um pequeno jornal suburbano, com produção quase artesanal, do bairro do Engenho de Dentro. Outro aspecto passível de observação se deve ao fato de que mesmo sofrendo esse roubo o proprietário não precisou fechar suas portas, pois provavelmente a quantidade que lhe sobrou para comercialização gerou minimamente condições de cobrir os custos da produção e distribuição.

Se compararmos a estrutura do “O Echo Suburbano”, com outros jornais locais similares da época, veremos que estes deveriam ter capacidade de produção muito parecidas, já que também não possuíam um capital de giro²²⁶ para além da suas apertadas margens de lucro. Desta forma, se seus vizinhos tinham capacidade de produzir até 40 vezes mais do que o número furtado, acreditamos que o “O Echo Suburbano” também girasse em torno dessa cifra.

É importante lembrar que poderia ocorrer uma distorção crescente entre o número de jornais vendidos e lidos, já que durante o período estudado a grande maioria da população ainda era analfabeta, sendo comum a prática da leitura compartilhada em grupo como principal forma de acesso às informações.

Segundo os dados do Ministério da educação, “em 1900, a população brasileira era da ordem de 17.438.434, sendo que 65,3% daqueles que tinham quinze anos ou mais não sabiam ler e escrever”.²²⁷

Como pudemos identificar, a maioria destes folhetins, recorrentemente apelavam para o uso de ilustrações e textos ficcionais, criando uma dupla expectativa que além de atender aos fins

²²⁶ Capital de giro é o conjunto de valores necessários para a empresa fazer seus negócios acontecerem (girar). Em geral de 50 a 60% do total dos ativos de uma empresa representam a fatia correspondente a este capital. Além de sua participação sobre o total dos ativos da empresa, o capital de giro exige um esforço para ser gerido pelo administrador financeiro maior do que aquele requerido pelo capital fixo.

O capital de giro precisa ser acompanhado e monitorado permanentemente, pois sofre o impacto das diversas mudanças no panorama econômico enfrentado pela empresa de forma contínua.

As dificuldades relativas ao capital de giro numa empresa são devidas, principalmente, à ocorrência dos seguintes fatores: redução de vendas, crescimento da inadimplência, aumento das despesas financeiras, aumento de custos entre outros.

²²⁷ OIE/MEC. *Breve Evolução histórica do sistema educacional*. In: “Relatório sobre o sistema educacional do Brasil.” Espanha: OIE, 2002. extraído do site: <http://www.oei.es/quipu/brasil/historia.pdf>.

comerciais facilitava a compreensão de seus conteúdos. Muitas pessoas aguardavam ansiosas para comprar ou filar a leitura dos jornais no intuito de ver, segundo seus interesses, as principais matérias, as melhores charges e as novelas dos populares escritores que costumavam sair quinzenalmente.

Já que o número de leitores do início da República não era por demais elevado, sobretudo entre as “classes menos abastadas”, que em sua grande maioria eram analfabetas, devemos considerar o fato de que um mesmo exemplar tinha grande possibilidade de ser lido e acompanhando por mais de uma pessoa, entre os membros de um mesmo núcleo familiar, do ambiente de trabalho ou até mesmo ao longo de transportes em comum.

Acreditamos que seja necessário enfatizar esta quantidade de leitores indiretos e/ou ouvintes pois era esta fatia da população que sofria mais intensamente os impactos do processo de afastamento para as áreas periféricas, em decorrências das reformas de modernização da cidade. Sendo assim, exatamente em meio a este mesmo segmento o discurso exaltado dos jornais tinha a maior possibilidade de ecoar e reverberar. Segundo Nelson Werneck Sodré, será esse tipo de jornal “*que a população - e aí, mesmo a massa analfabeta entra - vai consumir e por onde vai se pautar. Ali criou-se uma iconografia simbólica da política a partir do final do Império*”.²²⁸ Assim, caso uma matéria qualquer deste jornal fosse considerada relevante para um determinado grupo, estes passariam naturalmente a divulgá-la – como um hábito ainda muito corriqueiro nos dias de hoje.

Outro aspecto que devemos frisar é o fato de que, neste período, ainda não havia rádio, muito menos televisão, o que fazia do hábito de ler folhetins, novelas e romances um importante meio de lazer e entretenimento.

Tabela 8. Indicadores Demográficos e Econômicos e Taxa de Alfabetização no Brasil, 1900/1920

| Indicadores | 1900 | 1920 |
|-----------------------------------|------------|------------|
| População total | 17.438.434 | 30.635.605 |
| Densidade demográfica | 2,06 | 3,62 |
| Renda per capita em dólares | 55 | 90 |
| % população urbana | 10 % | 16 % |
| % de analfabetos (15 anos e mais) | 65,3 | 69,9 |

Fontes: Adaptado de Lourenço Filho, M. B. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965; Fundação IBGE, *Séries Estatísticas Retrospectivas*, 1970

²²⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. “*História da imprensa no Brasil*”. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

Para estabelecermos uma melhor base de comparação, do potencial de alcance de jornais como o “O Echo Suburbano”, relembramos o caso do roubo dos “*setenta e tantos exemplares do jornal*”. Se tomarmos os dados referentes ao recenseamento do ano de 1890, com relação à população residente em todos os bairros da freguesia de Inhaúma, encontramos um total de 17.421 habitantes.²²⁹ Ao calcularmos, por meio de uma simples regra de três diretamente proporcional, a porcentagem mínimo de leitores nesta freguesia para os aproximados oitenta periódicos. Teríamos como menor porcentagem possível, se cada comprador dos exemplares furtados adquirisse e lesse apenas o seu jornal, aproximadamente 0,45% de leitores.

Um número consistente se compararmos com os dados atuais do IBGE²³⁰, para uma realidade de cem anos depois, onde cerca de menos de 20% da população brasileira tem acesso a jornais diários.

Mais é preciso lembrar que não existia apenas uma opção de jornal suburbano para os leitores da época. Desta forma, os atuais números do IBGE poderiam ser até menos dispares se lembrarmos que jornais como “A Gazeta Suburbana” despejava quinzenalmente 4.000 exemplares em circulação.

Mesmo que houvesse tiragens limitadas torna-se plausível crer que estes periódicos tiveram uma boa aceitação entre os moradores do subúrbio, já que, além de denunciarem os problemas locais, também traziam notícias de eventos na região, assim como homenagens a moradores ilustres, aniversariantes e outras iniciativas de utilidade públicas que acabavam por contribuir para integração local.

No entanto, a pouca longevidade destes jornais demonstra a clara dificuldade de manutenção financeira dos mesmos, algo que era uma dura realidade para parte significativa da atividade industrial da época, segundo Maurício de Abreu²³¹.

*“A atividade industrial, até o início do século atual concentrava-se principalmente no centro da cidade, ou em suas imediações, e caracterizava-se pela predominância de pequenos estabelecimentos dedicados à fabricação de calçados, chapéus, confecções, bebidas e mobiliários. Eram indústrias com baixíssimo nível de mecanização, verdadeiros artesanatos, absorvendo, conseqüentemente, grande quantidade de força de trabalho. Ainda no centro localizavam-se as gráficas, as metalurgias leves e fundições, a indústria alimentar e outras”.*²³²

²²⁹ Esta era a área com maior taxa de crescimento habitacional, de 135%, entre todas as freguesias urbanas e rurais da cidade, desde 1870.

²³⁰ Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (PNAD) de 2005, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

²³¹ ABREU, Maurício de Almeida. “*A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*”. 2ª ed. RJ: IPLANRIO/ ZAHAR, 1988

²³² Idem, p.54.

Este crescimento no número de indústrias e casas de comércio se fez sentir não só na região central da cidade, como também em menor proporção nos subúrbios. Mesmo ainda sendo incipientes, as atividades comerciais e industriais passaram a absorver parte dos trabalhadores suburbanos engrossando os dados dos recenseamentos de 1890 e 1906, entre este período verificamos que a freguesia de Inhaúma sofre um aumento em seu número de trabalhadores industriais, que passaram de 815 para 11240, um espantoso crescimento de 1379,14% em um curto período de 16 anos²³³.

Porém, o elevado grau de dificuldade e risco destes novos empreendimentos, que não eram apenas uma realidade exclusiva do segmento jornalístico, neste caso específico eram agravadas pelo caráter independente dos pequenos órgãos de empresa suburbanos.

As dificuldades econômicas acabavam por evidenciar o fato que a relação entre a popularidade dos jornais e sua sanidade financeira não eram, necessariamente, uma relação diretamente proporcional. O que pudemos observar é que a sobrevivência destes veículos estavam intimamente relacionadas ao seu potencial propagandístico.

Em nossas leituras das fontes, percebíamos que sempre próximo ao encerramento parcial de suas atividades jornalísticas, ou seu fechamento definitivo, o número de propagandas havia sido significativamente reduzido. Levando-nos a crer que eles dependiam mais do interesse dos anunciantes do que da boa vontade dos leitores, já que os anúncios e propagandas geralmente ocupavam um quarto de todo corpo editorial, quase toda a última página das quatro que compunham tais jornais.

Mas este fato também nos mostra que a circulação destes tablóides suburbanos não eram restritos apenas ao Engenho de Dentro e Piedade. Pois assim como a grande diversidade de produtos anunciados era igualmente extensa a localização dos estabelecimentos anunciantes, esta procura não se explica somente pela efervescência econômica desta conjuntura, em parte tal fato também se deve a amplitude das estratégias e locais de venda dos jornais.

Em uma propaganda do Echo Suburbano de 31 de agosto de 1901 encontramos este relevante anúncio: *“Aceita-se pessoal afiançado para agencia de anúncios e assinaturas, e bem assim pessoal para a venda avulsa nas estações Central e Suburbanas com vantajosa comissão, para tratar nesta redação da Rua Manoel Vitorino nº12, Engenho de Dentro”*.

²³³ SANTOS, Joaquim Justino Moura dos. *“História do lugar: Contribuição ao Estudo da História do Subúrbio do Rio de Janeiro: a Freguesia de Inhaúma de 1743 a 1920”*. Dissertação de Mestrado em História, IFCS/UFRJ, 1987, p. 244.

Fica claro que o proprietário buscava estratégias para ampliar a divulgação e a venda do seu produto, aumentando assim o interesse dos anunciantes que procuravam ter seus produtos igualmente divulgados. Deste modo, ao procurar vender seus jornais para além das estações suburbanas, que já englobavam no mínimo cerca de vinte postos diretos de venda, acrescia novas áreas o que aumentava igualmente a visibilidade dos produtos e das contradições suburbanas frente à região central.

Estações muito movimentadas como a própria Central do Brasil, além da Praça da Bandeira, São Cristóvão, Maracanã, Mangueira, São Francisco Xavier, Riachuelo, Sampaio, Engenho Novo, Méier, Engenho de Dentro, Encantado, Piedade, Quintino, Cascadura, Madureira, Oswaldo Cruz e Deodoro passariam a ter contato com estes particulares periódicos. Este ótimo marketing publicitário para época difundia-se também como uma terrível meio de propaganda negativa para os novos representantes municipais.

Um exemplo intrigante e polêmico deste tom de crítica torna-se evidente através do jocoso título que abre a coluna “Pelo Bem Geral” do O Echo Suburbano, de 10 de agosto de 1901: “*Cão que ladra não morde*”

“Nos procuramos levar mais alto as nossas queixas, chegar aos dentes as canelas daqueles que precisam ser mordidas para gemer.

*Assim e que na falta de outros recursos, temos remetido o nosso jornal aos autos poderes do país – traçando a lápis de cor – os nossos artigos para chamar a sua atenção. A Câmara dos Deputados, o Senado, os Srs Ministros da Viação e da Fazenda, e o Sr Presidente da Republica, o prefeito, o Conselho Municipal e outros, se não nos ler é porque não querem”.*²³⁴

Essas denúncias assumiam peso, em busca de receptividade, cada vez maior conforme se fazia sentir o aumento da política de reformas sanitárias, que também acabavam por contribuir para aumento do número de novos moradores e usuários das linhas de trens suburbanas. Assim, os insatisfeitos passageiros poderiam facilmente tornar-se potenciais leitores da imprensa local, no percurso diário de deslocamento entre a residência e o trabalho.

Tabela 9. Movimento de Passageiros nos Trens Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro entre 1866 e 1910 (em milhares de passageiros/ano)

| Ano | Passageiros | Acréscimos Médios Anuais nos Sub-período |
|------|-------------|---|
| | | (%) |
| 1886 | 1.399 | 1,5 |
| 1896 | 5.257 | 14,2 |

²³⁴ “O Echo Suburbano”, coluna: “Pelo Bem Geral” do dia 10 de Agosto de 1901, p.2.

| | | |
|------|--------|------|
| 1906 | 20.400 | 14,5 |
| 1910 | 25.000 | 5,1 |

Fonte: Adaptado de SANTOS, Francisco Agenor de Noronha. *“Meios de Transporte no Rio de Janeiro”*. 2ª edição/Ed. Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro 1996. v., p. 148

Os números da tabela acima, mesmo não contemplando diretamente os anos centrais da nossa pesquisa, sinalizam para um potencial crescimento no número de passageiros ao longo desta data. Deste modo, mesmo no caso de não se alcançar um elevado número de exemplares vendidos, em meio às muitas estações de trens e as várias ruas suburbanas, estes jornais continuavam sendo bem divulgados e, certamente, conhecidos, além dos limites do Engenho de Dentro.

Mesmo sem indícios diretos, não podemos descartar a possibilidade destes jornais também serem vendidos nos pontos de bondes, já que estes veículos também foram bastante importantes para a ocupação suburbana. Somente em 1896, o Sistema de bondes cariocas já transportavam cerca de 73 milhões de passageiros por ano, o que provavelmente o tornaria alvo de vendagem para os periódicos.

Porém, uma dúvida que permanece, e que para qual não encontramos respostas, relaciona-se ao fato de não sabermos ao certo se estes jornais também eram vendidos dentro dos vagões dos bondes e trens, ou somente em seus arredores. Caso fossem vendidos dentro deste transportes, provavelmente potencializariam muito seu sucesso, tal como, nossa observação dos dias atuais sugere. Poderíamos até estabelecer semelhanças com os constantes gritos dos vendedores dos jornais *“Extra”* e *“Meia Hora”*²³⁵ constantemente proferidos no interior dos trens da central.

O esforço estratégico do editor-proprietário sempre expressa bem o tamanho de seu interesse comercial e político, principalmente ao trazer, em 14 de setembro de 1901, o seguinte relato:

“Segui para os Estados do Rio, Minas e São Paulo como nosso agente comercial o Sr Hippolito Pattoret Dorange em serviço de agente de assinaturas e anúncios deste jornal.

O Sr Dorange esta também encarregado de representar esta redação junto aos nossos colegas de Imprensa daqueles Estado e bem assim em todos os outros de interesse direto para O Echo Suburbano”.

Tendo compreendido satisfatoriamente as estratégias econômicas que garantiam a sua existência nos resta saber, um pouco mais, até que ponto as idéias e o teor crítico destes dois periódicos foram alcançados, assim como a que grupos eles atingiram.

²³⁵ Jornais populares atualmente bastante vendidos nos trens, porém sem as pretensões políticas dos seus antecessores aqui analisados.

Ao classificarmos nossas fontes como jornais suburbanos, em função da circunscrição espacial e da produção e distribuição dos respectivos, não deixamos de considerar o seu público alvo, no que se refere a sua narrativa, seus objetivos intelectuais e políticos. Percebemos que estes não se diferenciam tão bruscamente de outros jornais que igualmente denunciavam a dura realidade dos moradores pobres ou dos trabalhadores desta cidade. Jornais de grande e pequeno porte como: “Correio da Manhã”, “A Gazeta Operaria” e o “Brasil Operário”, são exemplos similares que também denunciaram o abuso do poder público na busca de modernizar a cidade.

Porém, uma grande, mas não exclusiva característica do “O Echo Suburbano” e do “Progresso Suburbano”, se devem ao fato de seus proprietários redatores já possuírem uma anterior relação com a vida e o ambiente suburbano, mesmo antes da inauguração de seus jornais. O caráter quase artesanal característico dessas pequenas empresas “familiares” acabariam por conferir maior destaque às expectativas e aos anseios individuais que, muitas vezes, prevaleceram. “... *Fora disso O Echo Suburbano não tem programa e seu lema será a defesa dos que precisam dela*”.

Ao longo de nossa pesquisa pudemos percebermos que, recorrentemente, os responsáveis por estes jornais não se propuseram a dar a fala diretamente aos distintos grupos que compunham os subúrbios, se auto proclamando porta-vozes dos interesses “suburbanos” frente aos representantes políticos. Desta forma, acabavam por contribuir para a criação de um arquétipo do suburbano, forjado a partir da homogeneização do proletariado honesto, pobre e explorado, legitimando indiretamente o discurso vitimizador. Dando continuidade a esta lógica, os proprietários-editores também incorrem no erro de acabar por reconhecer e validar o papel das instituições político-administrativas, subordinadas as vontades dos novos prefeitos.

No entanto, mesmo que timidamente, em alguns momentos os editores convidavam os moradores a colaborarem com propostas de pauta, sem esquecerem os aspectos econômicos. Na quarta e última pagina do 7º exemplar do “O Echo Suburbano”, de 14 de setembro, o jornal se pronuncia sobre tal possibilidade de participação.

“Contendo além dos nomes, profissões e residências dos moradores da zona suburbana que se dignarem em vir a esta redação as preciosas indicações – que serão publicadas, gratuitamente, calendários, horários da Estada de Ferro Central do Brasil e das que com ela comunicarem-se nos subúrbios, tabelas de preços, avisos de enterros, seções literárias recreativas, humorísticas, recitais, anúncios e uma infinidade de matérias de interesse comercial, industrial e geral”.

Para os anúncios estabelecemos os seguintes preços:

Tabela 10. Quantidade de páginas para anúncios e seus respectivos valores, em 1901.

| Quantidade de páginas | Valor |
|--------------------------|---------|
| 1Página | 10\$000 |
| ½ página | 5\$000 |
| ¼ página | 3\$000 |

Fonte: Adaptado de “O Echo Suburbano”, de 14 de setembro de 1901.

É pertinente chamar a atenção para o fato de que mesmo em suas matérias mais críticas os jornais mantiveram ao longo de sua existência uma visão paternalista e assistencialista do papel do Estado, tal como o “Progresso Suburbano”, de quatro de junho de 1902, sugere:

“Subúrbios – vem de urbes, cidade e sub, debaixo: debaixo das vistas do governo sob a proteção dele, como dependência ou parte do grande todo. A Piedade é subúrbio e nem por isso lhe valeu o nome, essa voz de súplica ou compaixão (...) És Piedade e não infundes Piedade(...) Hás de viver às escuras(...) Hás de viver com teu comércio ativo, mais limitado e coagido...”

Evidente que estes proprietários não falavam, nem forjavam sozinhos seus discursos meramente a partir de concepções particulares. A produção ideológica destas falas ocorriam por meio de uma relação dialética, num jogo subjetivo de interesses, que acabava por contemplar partes tangíveis das demandas coletivas. Naturalmente os mentores intelectuais destas publicações, ávidos por captarem e difundirem as plurais aspirações de seus leitores acabavam filtrando ou resignificando parte destes discursos, incorrendo, deste modo, na possibilidade comum de cometer deslizes e acabando por reconhecer primordialmente o discurso dos grupos com os quais mais se identificavam.

Mesmo com estas limitações naturais, o teor de denúncia transformou-se em uma importante referência de resistência para seus leitores, diante da repressão e fiscalização do Estado. Observamos que foram constantes e incansáveis as tentativas exaltadas, por parte destes jornais, de buscar integrar os agentes suburbanos com o intuito de fortalecê-los, procurando, a seu modo, servir como intermediários entre a população e o poder público.

Dentre as inúmeras críticas e reivindicações, as principais referiam-se à inadequada ou inexistente prestação de serviços públicos nas regiões periféricas. As campeãs de reclamações eram, como ainda o são, os transportes, a falta de saneamento, de infra-estrutura básica e segurança.

“Água! Água pelo amor de Deus! Os moradores do Engenho de Dentro e outro pontos suburbanos pagará como qualquer outro os impostos de pena d’água – no entanto vão-se os anéis e os dedos também; isto é compram e pagam mas não ficam de posse da mercadoria adquirida.

*Srs inspetores de obras publicas, quando vos repugne cumprir o vosso dever, atendei ao menos aos dois mandamentos das obras de misericórdia: - Dar de beber a quem tem sede...*²³⁶

Arriscamos afirmar que dentre todos os pontos contemplados pelos jornais, em meio aos informes de festas e atividades de lazer, as suas variadas propagandas, e até superando a atenção dispensada aos capítulos das novelas, o maior destaque cabia ao espaço destinado às notícias políticas e principalmente as inflamadas reclamações. Além do discurso moral, que tentava defender os subúrbios, a própria lógica de apresentação visual dos tablóides evidenciavam a preferência concedida pelo editor a estas severas colunas, como “*A vida nos subúrbios*” e “*Pelo Bem Geral*”, que ocupavam um destacado lugar nas primeiras páginas.

A tônica contestatória era ligeiramente mais forte no “Echo Suburbano”, porém não fora, de maneira alguma, exclusividade sua. Boa parte dos periódicos suburbanos teciam similares críticas, tal como, o “Progresso Suburbano” de dois de março de 1902:

“A população dos Subúrbios é muito mal aquinhoada nos largos benefícios que a municipalidade despensa aos seus munícipes da zona urbana. Não temos iluminação, calçamento nas ruas, esgotos, condução, e quase não temos água...”

Não resta dúvida que este modelo acabou por se transformar em uma estratégia apelativa, repetidamente seguida durante o período analisado. Torna-se intrigante pensar que estes jornais que denunciavam os problemas cotidianos da população suburbana fossem vendidos e lidos ainda nas filas da condução, onde os trabalhadores aguardavam para regressar ao lar após um dia desgastante.

Nestes momentos uma importante etapa de fortalecimento das relações de sociabilidade, que ajudavam a compor a complexa rede suburbana, eram forjadas em meio à troca de experiências cotidianas nos transportes coletivos. O longo tempo de viagem, a proximidade dos horários e da rotina dos trabalhadores tornava-se mais um elemento propiciador de laços de identidade e sociabilidade. Junta-se ainda a esse cenário favorável a presença de jornais idealistas e politizados que buscavam, claramente, agregar os interesses dos moradores suburbanos.

Acreditamos que mesmo dentro da condução os moradores suburbanos encontrassem tempo necessário, devido à distância percorrida, para em meio ao sacolejar do coletivo conversarem, muitas vezes após tomarem conhecimento de alguma notícia relevante, por meio de leituras coletivas ou individuais.

Seguindo esta linha de raciocínio, certamente a precariedade dos serviços públicos prestados para região dos entornos de Inhaúma tornam-se ainda mais intoleráveis. Em artigo

²³⁶ “*O Echo Suburbano*”, Noticiário dia 10/09/1901, p.2.

intitulado “*Os Buracos*” o “*O Echo Suburbano*” tecia críticas diretas à administração municipal, destacando às péssimas condições do pavimento nos logradouros suburbanos:

“É deveras lastimável o estado em que se acham as ruas Dr. Manuel Vitorino e Goyas desde a rua Padilha à Estação do Encantado. Nada menos que quatro enormes buracos, que atravessam esta última rua de lado a lado (...), tornam o trânsito inteiramente impossível. É doloroso ver estes pobres homens que lá lutam pela vida no mister de condutores de veículos, cobertos de lama, feridos algumas vezes...”

Sem despertar grande surpresa a mesma rua Manuel Vitorino que até hoje serve de principal ligação entre o largo do Encantado o da Piedade e que sediava o jornal “*O Echo Suburbano*” apresentava também outro grave problema.

“A ponte existente na Rua Dr Manuel Vitorino, próximo ao Encantado, esta de boca aberta a pedir misericórdia a intendência municipal. Os caminhões que tem de atravessar são obrigados a servir-se de suas pranchas para não cair no Rio”

Como se não fosse pouco, o “*O Echo Suburbano*” ainda trazia em seus artigos semanais relatos sobre as duras condições a que os operários suburbanos estavam submetidos. Segundo o jornal, os operários das oficinas do Engenho de Dentro enfrentavam jornadas de dez horas diárias, além da exposição aos riscos de seu ofício. O jornal tornou habitual a convocação dos trabalhadores que compunham o subúrbio para lutar por seus direitos, traçando comparações daquelas formas de trabalho com a escravidão:

“... os operários (...) serão por nós tratados com todo o critério; e esperamos que usando as nossas forças não consigam fazer secar esse flagelo do operário sejam os mesmos o echo dos seus queixumes que vá demover aos representantes do povo a tratar de fazer compreender que o capital tem todo direito de exigir a execução do trabalho, mas nunca se transformar o homem em verdadeira besta, de arrogar-se o poder de inutilizar os efeitos da áurea lei n. 3353 de 13 de Maio de 1888, criando uma nova e mais degradante escravidão.”

Em outra parte deste mesmo jornal seu redator proprietário, Ernesto Nogueiral, explica os motivos que lhe fizeram sair do seu antigo emprego, (onde trabalhou por 14 anos nas oficinas da Campânia Estrada de Ferro Central do Brasil, desde 1887, ainda sobre a administração imperial).

“Ao publico – aos meus amigos e especialmente, aos meus ex-companheiros da E. de F. Central do Brasil”

“É da lei humana o trabalho para o homem - cada individuo tem, portanto o dever de trabalhar, máxime quando sobre seus ombros pesa o encargo da família, afim de não se tornar pernicioso a sociedade.

Devo, pois, explicar os motivos que me induziram a audácia da publicação deste jornalzinho – como meio de vida (...).

Todos sabem a luta que tenho sustentado pela minha existência e daqueles que me são caros, depois da clamorosa violência praticada contra mim por um cérebro enfermo e que continua ainda a escrever ilegalmente um lugar de sub-chefe de serviços nas oficinas do Engenho

de Dentro, cujo violência roubou-me aproximadamente quatorze anos de serviço vindo atirar-me quase na miséria ...”

Claramente o proprietário do jornal se sente injustiçado, e condenava abertamente o homem que provavelmente lhe dispensou. Mais uma vez, as falas refletem a percepção particular de seu proprietário-editor que confunde a necessidade de continuar lutando por sua causa ou pelos habitantes suburbanos contra as injustiças que lhes afetavam através de sua pequena gráfica, situada ao número doze da Rua Manuel Vitorino, no Engenho de Dentro:

“conhecedor das necessidades que asoberbam os subúrbios servidos pelas E. de F. C. do Brasil por ser ali morador a longos anos (...) procurará combater com afincos os males que também sente (...) O Echo Suburbano, pois, sobre o mais ardente desejo de trabalhar para o engrandecimento e prosperidade desta zona suburbana, conta encontrar nos seus habitantes o indispensável acolhimento”.

Como já havíamos mencionado, ao longo da pesquisa perceber a presença de outros pequenos jornais em importantes bairros da área suburbana, como Méier, Madureira, Todos os Santos, Engenho Novo, Irajá, entre outros. Este fator torna ainda mais evidente a aceitação popular e a concreta possibilidade de ampliação do caráter contestador destas publicações. Anúncios e relatos de convocações, reuniões e assembléias, nos fornecem ainda maior quantidade de pistas sobre as estratégias de resistência daqueles moradores, que continuaremos desbravando nos subitens deste capítulo.

O próprio “O Echo Suburbano” aponta para o fato de existirem outros similares jornais suburbanos, mas segundo seu editor, nem tão engajados como este. Logo na primeira matéria de seu editorial inaugural, de 03 de Agosto de 1901, apresenta a proposta política que marcaria sua trajetória em prol da defesa dos interesses suburbanos, frente a um notório processo segregador.

“É certo que já temos tido alguns jornais suburbanos; mas, ou pela falta de verdadeira compreensão dos seus reais deveres ou pela falha do lucro imediato que imaginavam, ou por outra qualquer circunstancia que não nos é lícito esmerilhar, apareceram como meteoros deixando como que ofuscados pelo seu brilho efêmero aqueles que o contemplaram. O echo Suburbano, porem, tomando o mais modesto dos lugares entre a imprensa espera representar o mister do soldado designado para sentinela avançado afim de dar o alarma a aproximação do inimigo...”

Acreditamos que discursos como estes ajudavam a difundir a idéia da necessidade de luta por melhores condições de moradia, alimentação, educação e lazer para os moradores suburbanos. Corroborando para a difusão de formas plurais de resistência e de sociabilidade suburbana, deixando transparecer que não seriam aceitas, passivamente, as modificações impostas autoritariamente na organização social e geopolítica da cidade.

Resgatar e preservar a memória destes jornais é fundamental. Nem que seja unicamente para nos ajudar a desnaturalizar a lógica, senso comum, que teima em apresentar os subúrbios como espaços sem beleza, quase sempre sem importância cultural ou histórica. É no mínimo intrigante perceber como, em pouco mais de um século, os moradores do Rio de Janeiro acostumaram-se a denominar e, posteriormente, menosprezar, parte considerável do espaço físico e dos moradores desta cidade.

“Dessa maneira, Ricardo Coração dos Outros gozava da estima geral da alta sociedade suburbana. É uma alta sociedade muito especial e que só é alta nos subúrbios. Compõe-se em geral de funcionários públicos, de pequenos negociantes, de médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes milícias, nata essa que impa pelas ruas esburacadas daquelas distantes regiões, assim como nas festas e nos bailes, com mais força que a burguesia de Petrópolis e Botafogo. Isto é só lá, nos bailes, nas festas e nas ruas, onde se algum dos seus representantes vê um tipo mais ou menos, olha-o da cabeça aos pés, demoradamente, assim como quem diz: aparece lá em casa que te dou um prato de comida. Porque o orgulho da aristocracia suburbana está em ter todo dia jantar e almoço, muito feijão, muita carne-seca, muito ensopado - aí, julga ela, é que está a pedra de toque da nobreza, da alta linha, da distinção.”²³⁷

Combater não só o preconceito que vinha de fora das áreas suburbanas, principalmente por parte dos novos representantes políticos, como também insuflar a noção de identidade demonstrando a necessidade comum de reivindicarem e resistirem, era uma forma de também quebrar os preconceitos internos.

“O Echo Suburbano” em sua própria logística de circulação e por ser um jornal de publicação semanal, que almejava atingir seu ideal político e comercial, era vinculado aos sábados - quando o maior número de trabalhadores poderia supostamente acessá-lo com mais facilidade.

Para esta pesquisa analisamos 12 exemplares destas publicações de final de semana, que cobriram três meses de circulação. Tempo suficiente para captarmos o teor e a tônica de seu discurso ideológico anti-segregador. Como já fora dito, a principal coluna que apresentava o caráter contestação deste jornal simbolicamente auto intitulava-se: “*Pelo Bem Geral*”, que na maioria das vezes ocupava a parte mais central da página principal dentre as quatro seguintes.

A estruturação deste jornal dividia-se da seguinte forma: Na primeira e segunda página havia uma parte denominada de *Expediente*, com informações sobre o próprio jornal, seguida da contracapa marcada pela parte *O Echo Suburbanos*, já apresentando as primeiras denúncias e críticas. Ao longo da segunda e terceira página a coluna *Pelo Bem Geral*, trazia além do aprofundamento das críticas ou poder público e a falta de integração dos moradores suburbanos, alguns elogios e sugestões. Na parte

²³⁷ BARRETO, Lima. “*Triste Fim de Policarpo Quaresma*”, p. 7.

final do jornal, as últimas folhas seguiam com a parte do *Noticiário*, e seus pequenos Informes de utilidade pública, o *Folhetim* e as *Propagandas*.

Cada número do “O Echo Suburbano” custava 100 contos de réis, mas havia a possibilidade do leitor mais assíduo economizar bastante fazendo uma assinatura do jornal por um mês, que sairia ao custo de \$500, ou seis meses e até um ano, desembolsando respectivamente 3\$000 e 5\$000.

Já o “Progresso Suburbano”, tal como seu vizinho, também tinha um custo relativamente baixo para a época, igualmente 100 contos de réis por unidade. Valor equivalente na época a metade de uma passagem só de ida ou volta de trem. Mais do mesmo modo, outra opção era oferecida através de uma assinatura semestral de 3\$000 (três mil contos de reis).

Seu nome comercial era “Progresso Suburbano: órgão noticioso, recreativo e literário”. Este contava com três responsáveis por sua produção, o Redator chefe: L. J. Vasconcellos, em seguida o Redator Gerente: A. Pinto da Costa e por fim o Redator Secretario: Manuel Marques Balbino.

Quanto a sua periodicidade, era um veículo que circulava quinzenalmente, dois exemplares por mês, geralmente lançados aos domingos ou quartas-feiras, ao longo desta pesquisa foram consultamos integralmente seis exemplares, que cobriam três meses de publicação.

Acompanhando a formatação gráfica e editoração do seu antecessor, o jornal contava com quatro páginas onde a organização e distribuição das colunas possuía incrível semelhança com o mesmo “O Echo Suburbano”. O grande destaque era dado pelo espaço de contestação e crítica reservado a coluna: “*A vida nos subúrbios*”.

Adotando um discurso um pouco menos contundente que o do seu predecessor, este jornal tinha como clara função fazer emotivos apelos, muitas vezes em tom de denuncia ou cobrança dos órgãos públicos que deveriam ser os responsáveis pela prestação dos devidos serviços locais.

Na maioria dos casos, as queixas são indiretas ao governo, já que tais serviços eram prestados por empresas que recebiam concessão do governo, mas de qualquer forma, são críticas também ao governo.

Acreditamos que de modo geral, mesmo com a prioridade analítica conferida ao “O Echo Suburbano” este capítulo foi capaz de definir um bom panorama sobre a realidade de produção e circulação dos jornais suburbanos ao longo do período estudado.

Deste modo podemos concluir que estes particulares veículos de resistência acabavam por cobrar e denunciar aquilo que lhes pareciam importante, tanto para os seus leitores como para

seus proprietários, e dentro da sua experiência, reivindicavam aquilo que lhes parecia ser possível de alcançar.

CONCLUSÃO

Ao termino deste trabalho esperamos ter cumprido de forma satisfatória os quesitos necessários para a produção de uma dissertação de qualidade. Entendemos que foi possível comprovar nossas hipóteses, principalmente no que se refere à exemplificação dos particulares mecanismos de resistência dos plurais agentes que compunham a atmosfera suburbana.

Esta dissertação se centrou em analisar as formas de resistência da população residente no subúrbio carioca, no período de 1900 a 1903, principalmente no que se refere às estratégias de moradia nos subúrbios, que visavam burlar a fiscalização dos inspetores, policiais e higienistas. Buscamos também compreender e analisar seu discurso contundente e seus respectivos ecos de resistência fomentados a partir dos periódicos (*Progresso Suburbano* e *Echo Suburbano*) produzidos em Piedade e no Engenho de Dentro.

Nosso trabalho está dividido em três etapas de investigação que permitem seu melhor entendimento.

Ao longo do primeiro capítulo, dividido em três partes, abordamos respectivamente uma síntese do processo histórico de formação dos subúrbios, propondo uma linha de interpretação comparativa entre o papel da cidade e das freguesias rurais do entorno, principalmente Inhaúma. Acabamos por reafirmar nossa concepção acerca do que entendemos por subúrbio, como um espaço que não pode ser compreendido fora da relação dialética com a região central da cidade.

Demos prosseguimento à segunda parte do capítulo inicial apresentando alguns importantes apontamentos para a história dos subúrbios, através do auxílio da metodologia comparativa, e por último partimos para um debate mais conceitual a cerca do que entendemos por subúrbio. Através do auxílio do conceito de *Rapto Ideológico*, utilizado por Nelson da Nóbrega Fernandez, pudemos concluir esta primeira parte levantando outras considerações importantes sobre o tema, além de termos apresentado claramente a idéia de subúrbio como um espaço plural, em constante transformação e disputa, que abraçamos ao longo de todo trabalho.

Partimos para o segundo capítulo já tendo apresentado uma das premissas iniciais do trabalho, a idéia de que enquanto houvesse tentativas elitistas de impor a segregação sócio-espacial haveria também inúmeros mecanismos diretos e indiretos de resistência popular. Ou seja, no decorrer deste capítulo procuramos comprovar que a criação de um rapto ideológico do conceito de subúrbio, como uma espécie de ferramenta de segregação sócio-espacial que pretendia ser um mecanismo singular de controle, não foi alcançada na prática, encontrando grande resistência por parte dos moradores dessas antigas freguesias rurais.

A estrutura deste segundo capítulo, igualmente ao inicial, propôs uma subdivisão em três partes que procuraram expor da melhor maneira as relações de identidade e autoridade travadas na freguesia de Inhaúma.

Inicialmente focamos o papel dos migrantes e seu grau de interação necessários para a formação destes laços de sociabilidade suburbanas. Com isto pudemos perceber que as identidades neste espaço da cidade eram fragmentadas, o que quebra a idéia de uma homogeneização do subúrbio. Porém, dependendo dos níveis de embate, dos interesses envolvidos e de seus opositores, etnias ou grupos econômicos diferentes poderiam estar integrados em um mesmo projeto, reconfigurando suas redes de sociabilidade.

Visando complementar os resultados iniciais, expandimos nosso olhar para outro importante aspecto, o debate referente à construção de moradias no subúrbio. Neste ponto pudemos apresentar alguns estudos de caso, balizados em documentos de época que evidenciam as constantes práticas utilizadas para burlar a fiscalização e se opor às normas de construção impostas. Assim, entendemos que os moradores, dentre eles aqueles que também eram construtores, readaptavam os espaços onde habitavam, com uma clara pretensão de diminuir os custos da construção sem gerar embates diretos com representantes do poder público.

Chegamos ao fim deste segundo momento da dissertação analisando o impacto do aparecimento de novas identidades suburbanas na luta pelo direito à cidadania. De onde concluimos que, apesar de significativos, foram poucos os avanços em direção à conquista dos direitos de cidadania, notadamente no que se refere ao acesso igualitário ao espaço da cidade.

Por fim, no último capítulo nos concentramos na análise e na obtenção dos resultados extraídos de uma das nossas mais importantes fontes, os jornais suburbanos. Estes periódicos de bairro foram fundamentais para que pudéssemos capturar grande parte das experiências suburbanas e suas peculiares formas de resistência. Assim, passamos a construir um outro olhar sobre os entornos da cidade, tomando os jornais locais como uma contundente voz de protesto

Em suma, mostramos como os periódicos suburbanos se tornaram importantes instrumentos de resistência e denúncia contra os males que assolavam estas praças, e sugerimos o refinamento da análise sobre o processo de luta para a construção das casas suburbanas, visando capturar não apenas formas de resistência, como também a particularidade de vida e experiência suburbana. Apontamos para a pluralidade destes agentes que pagavam seus impostos, porém, não desfrutavam de uma infra-estrutura urbana adequada e, diante dessas circunstâncias, reivindicaram melhorias através dos jornais e procuravam constantemente negociar com os

representantes do poder público municipal. Desta forma, buscavam criar mecanismos para melhoria de suas condições de vida nos subúrbios.

Acreditamos ter nos aproximado das ricas experiências de sociabilidade, assim como das estratégias de sobrevivência de uma parcela significativa de moradores da antiga freguesia de Inhaúma. Pudemos identificar que este processo histórico levou a construção de uma concepção pejorativa não só da palavra, como também dos moradores que habitam até hoje os bairros desta região. Ao longo da nossa pesquisa percebemos o momento em que esta perspectiva depreciativa surgiu historicamente, a partir da chegada do governo republicano, que visava impor novos valores morais e comportamentais para a população menos abastada. Portanto, tivemos a compreensão que a partir do início da República a realidade social ficou bastante marcada por esse viés interpretativo, que buscava colocar os elementos populares em um papel subordinado frente aos interesses dos grupos dominantes.

Por intermédio de novos mecanismos interpretativos, principalmente através do suporte da teoria thompsoniana, passamos a procurar rever os conceitos a respeito da atuação e do papel do Estado junto aos grupos populares.²³⁸ Passamos a entender que o poder e suas relações mais peculiares não são exercidas apenas pelos membros da elite, mas por todos os agentes sociais numa relação dialética travada em seus embates cotidianos, colocando-os, simultaneamente, na condição de sujeito e objeto do exercício do poder. Ainda que neste jogo político hajam formas desiguais.

Procuramos abandonar os discursos normatizadores que insistiam em pairar sobre a bibliografia referente às reformas urbanas. Assim enfatizamos a busca das subjetividades, focada na análise das diferenças e das relações intrínsecas a essas agências que compunham o Estado republicano, permitindo, então, rompermos com aquela visão mais tradicional de um Estado forte e homogêneo, tão criticada pela “História vista de baixo”.²³⁹

Estudar a rica história urbana carioca e, principalmente, o processo de construção dos subúrbios nos forneceu um confortável aparato interpretativo para analisarmos uma série de políticas atuais. Assim, percebemos a contemporaneidade do problema sócio-espacial, interpretando com outros olhos a origem do constante medo por parte da elite, com a “violência”, que segundo eles provém destas áreas marginalizadas.

²³⁸ Responsável por novas formas de organização social além da mera arrecadação de impostos, das atribuições judiciárias e pelo emprego do poder militar.

²³⁹ A expressão veio a lume a partir de um artigo de E.P.. Thompson, escrito em 1966 com este título.

Pelo exposto, nosso estudo se propôs a apresentar uma análise da construção dos subúrbios cariocas, através de um olhar singular sobre as experiências populares, evidenciando uma negligência histórica em relação a esta região, que foi marginalizada, e ainda o é, em face às políticas e serviços públicos prestados. Lócus que não hesitou em resistir, no passado, a este movimento, e que continua a lutar, com os meios disponíveis, para a melhoria de suas condições de vida e para um futuro de destaque no campo da história urbana.

ANEXOS

Legislação municipal a respeito das reformas urbanas

16/05/1870 – Postura Municipal que estende a área em que é proibida a instalação de fabricas de vela e sebo.

05/12/1873 – Postura que proíbe a construção de cortiços em áreas centrais pré-determinadas.

01/09/1876 – Proibição da construção de cortiços e casinhas em área já delimitada.

02/04/1881 – Postura que proíbe a albergaria de vacas em áreas centrais.

22/10/1885 – Proibição da cultura de agrião nas freguesias de Sacramento, Candelária, São José, Gloria, Sant' Ana, São Antonia, Santa Rita, espírito Santo, Engenho Velho e São Cristóvão.

09/04/1886 – Proibição do cultivo de hortaliças nos terrenos marginais as ruas da cidade e dos subúrbios que tiverem calçamento.

05/05/1886 – Postura que proíbe a construção sem da câmara no interior de terrenos com construção na frente. Proibindo também subdivisões em cubículos com material precário.

30/04/1887 – Proibição da albergaria de vacas em áreas centrais, exceto nos morros do Castelo, Santa Tereza, Paula Mattos e Livramento.

1889 – Código de posturas sobre cortiços e casas pára operários de classes pouco favorecidas.

Artigo 1º Determina o número máximo de casas em cinco.

Artigo 2º Permite instalação de aviários no local

Artigo 4º Proíbe a criação de outros arrimas no perímetro das casas

Artigo 5º Determina a demolição ou reformas dos cortiços, no prazo de um ano, de acordo com as posturas e regulamentos vigentes.

01/12/1891 – Proíbe a presença de chiqueiros e depósitos de porcos nas freguesias Sacramento, Candelária, São José, Gloria, Sant' Ana, São Antonia, Santa Rita, espírito Santo, Engenho Velho, São Cristóvão, Lagoa e Engenho Novo.

28/01/1891 – Postura que proíbe hortas para comercio e capinzais nas freguesias urbanas exceto Gávea e Engenho Novo.

02/04/1892 – Postura que amplia a área em que se proíbe a construção de cortiços.

15/09/1892 – Código de posturas:

Artigo 1º Obriga a solicitação de licença para construção ou reconstrução dentro e mesmo fora dos limites da décima urbana.

Artigo 2º/ 3º Seção, Determina que as casas coletivas deveram atender: as condições técnicas de construção de casas particulares, as especificadas para casas coletivas e ainda as específicas para vilas operárias.

Artigo 16º Institui vistoria nos prédios recém construídos para a verificação das condições de higiene e habitabilidade.

26/01/1893 – Decreto que autoriza o prefeito Barata Ribeiro a combater às habitações conhecidas como cabeças de porco.

29/03/1893 – Decreto nº 32 que instituiu a concorrência pública para a construção de vilas operarias, determinando também o valor dos alugueis, as normas de construção e de concessão das áreas de construção.

21/06/1893 – Decreto legislativo nº 41 que regulamenta os serviços da Diretoria de Higiene e Assistência Pública.

17/07/1893 – Código de posturas:

Artigo 1º proíbe a construção ou reconstrução de prédios dentro da cidade sem licença da prefeitura.

Artigo 2º condiciona a licença para construção ou reformas à arruação e ao nível do terreno.

17/07/1894 – Decreto legislativo nº 100 autoriza o prefeito a lavrar contratos para a construção de vilas operarias e a conceder por aforamento os terrenos devolutos a municipalidade.

01/10/1894 – Autoriza a demolição de edifícios que ameacem ruir.

20/04/1896 – Decreto legislativo nº 244 que regulariza a construção de cassas para proletários nos distritos da Gávea, São Cristóvão Engenho Velho, Engenho Novo e Nos subúrbios.

23/05/1896 – Decreto nº 278 que dispõe sobre os impostos das casas operárias.

12/07/1897 – Decreto nº 414 que proíbe a construção de prédios térreos na área central.

09/05/1898 – Decreto nº 674 proíbe a plantação de capinzais e hortas na zona urbana do Distrito Federal.

cr

09/10/1901 – Decreto legislativo nº 821:

Artigo 2997º determina os casos de interdição de prédios por atribuição das autoridades higiênicas.

31/01/1903 - Decreto nº 383 Regulamentação da Diretoria Geral de Higiene e assistência Pública.

Capitulo IX – O papel da Policia Sanitária e suas aplicação; vistorias e fechamento provisório ou definitivo de construções e lotações.

Artigo 2363º obriga o fechamento das casas que não forem consideradas em condições.

10/02/1903 - Decreto nº 391 Com força de Lei estabelece diversas condições necessárias a serem seguidas na construção de habitações referentes à ventilação, higiene e segurança dos prédios.

Artigo 2950º institui a obrigação de licença de obra para todas as construções, reformas e acréscimos feitos na cidade.

Artigo 2958º obriga a construção de porões no lugar de casas térreas.

Artigo 2959º obriga a deixar uma parte do terreno livre destinada para pátios e jardins.

Artigo 2971º impede obras de concerto ou reparações em cortiços e impede também a construção de novos cortiços em qualquer parte da cidade.

Artigo 2976º regulamenta a construção de casas de madeiras que passam a ser proibidas em grupos assim como nas ruas do Centro, Flamengo, Botafogo, Catete, Gloria a não ser que recuadas mais de 10m² do alinhamento.

Artigo 2977º impede a construção de barracões toscos em áreas planas só os permitindo em morros que ainda não tiverem habitações mediante licença.

07/05/1903 – Decreto nº 5366 expande a circulação de passageiros entre o centro e os subúrbios, substituindo a tração a vapor pela elétrica, unificando as bitelas e abertura de novos ramais.

16/06/1903 – Decreto nº 431 estabelece nova divisão territorial para o Distrito Federal devido a aumento da população e sua consecutiva distribuição pela cidade.

20/06/1903 – Promove a descentralização da Diretoria de Obras e Viação visando torna-la mais ágil e operando junto as agencias da prefeitura.

18/07/1905 - Decreto legislativo nº 1042:

- Permite a aquisição de sobras de terrenos desapropriados pela municipalidade para a construção de casas para operários.
- Estabelece um regulamento para que as casas possam ser adquiridas pelos moradores.
- Concede premio para o melhor projeto de vila operaria construída na zona urbana da cidade com lotação mínima de 250 pessoas.

| PERÍODO | PREFEITOS DO DISTRITO FEDERAL (1892-1906) |
|----------------|--|
| 1892 | Alfredo Augusto Vieira Barcelos (interino) |
| 1892-1893 | Cândido Barata Ribeiro |
| 1893 | Antônio Dias Ferreira (interino) |
| 1893-1894 | Henrique Valadares |
| 1895-1897 | Francisco Furquim Werneck de Almeida |
| 1897-1898 | Ubaldo do Amaral Fontoura |
| 1898-1899 | Luís Van Erven (interino) |
| 1899-1900 | José Cesário de Faria Alvim |
| 1900 | Honório Gurgel do Amaral (interino) |
| 1900 | Antônio Coelho Rodrigues |
| 1900-1901 | João Felipe Pereira |
| 1901-1902 | Joaquim Xavier da Silveira Júnior |
| 1902 | Carlos Leite Ribeiro (interino) |
| 1902-1906 | Francisco Pereira Passos |

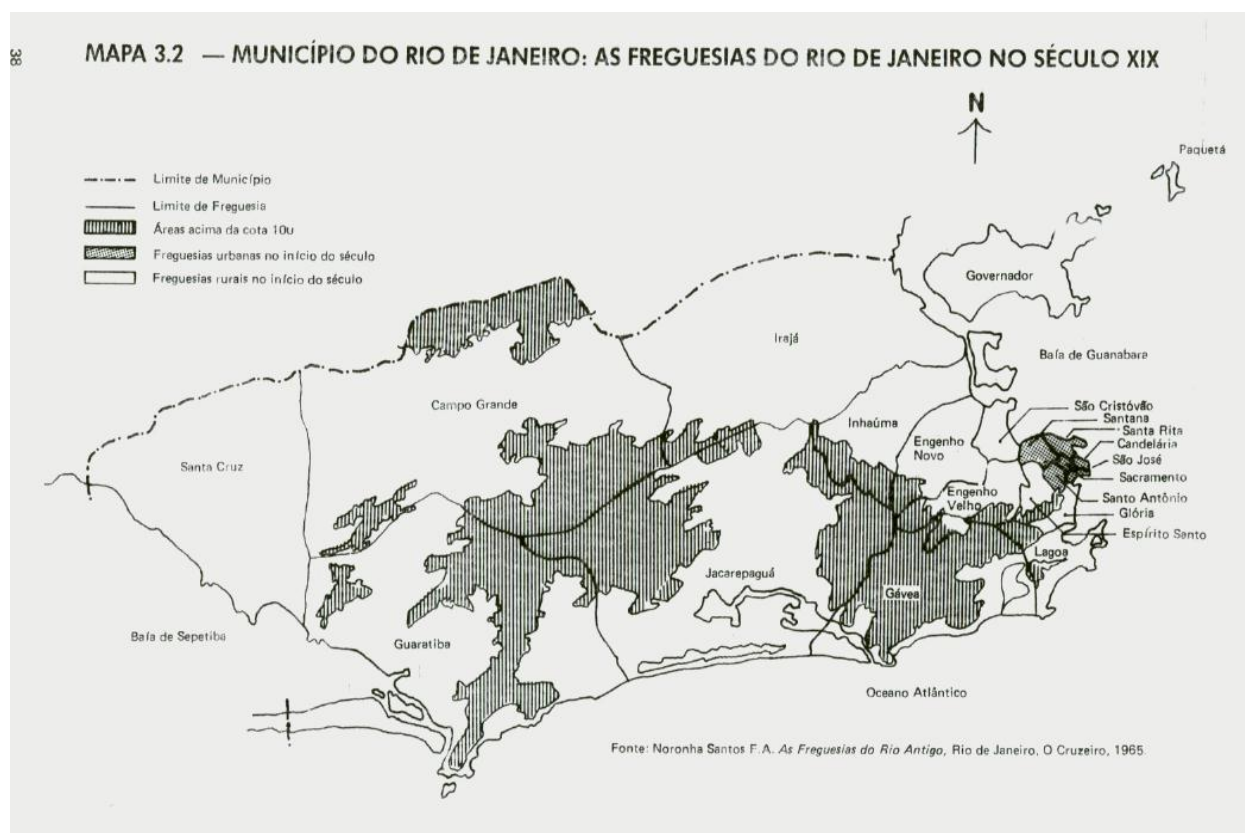
Periódicos Locais da Cidade do Rio de Janeiro (1883-1933)²⁴⁰

| Título do Periódico | Local | Período em que há certeza de sua existência |
|----------------------------|--------------------|--|
| Gazeta Suburbana | Todos os Santos | 1883/1885 |
| Revista Suburbana | Ignorado | 1893 |
| Correio Suburbano | Ignorado | 1895 |
| O Suburbano | Ilha do Governador | 1900 |
| O Echo Suburbano | Eng. De Dentro | 1901 |

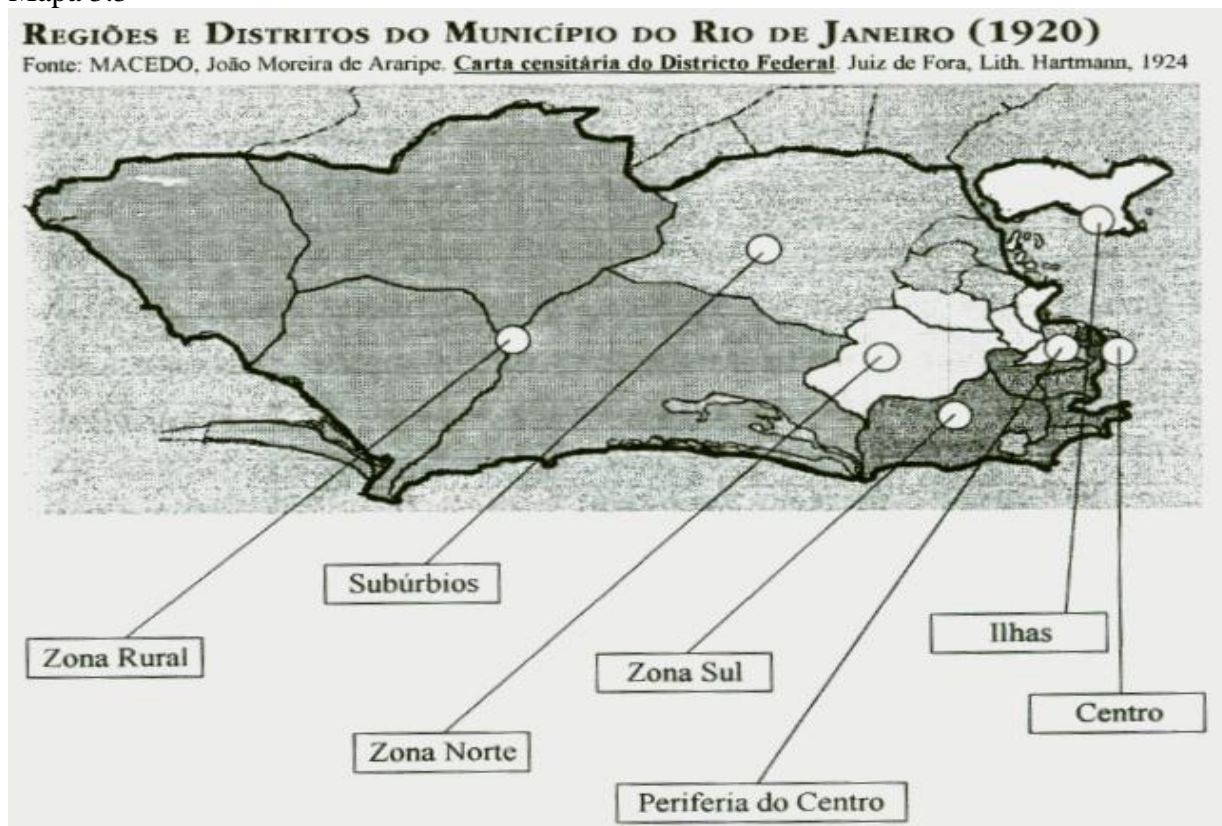
²⁴⁰ Esta tabela foi produzida através de uma adaptação do original encontrado in: ABREU, 1987. p. 37.

| | | |
|----------------------|-----------|-----------|
| Progresso Suburbano | Piedade | 1902 |
| O Parlamentar | | |
| (Sucessor do | | |
| Progresso Suburbano) | Ignorado | 1902 |
| O Subúrbio | Méier | 1904/1905 |
| O Subúrbio (2ª fase) | Méier | 1907/1911 |
| Tribuna Suburbana | Madureira | 1910 |
| O Echo Suburbano | Madureira | 1911 |
| Correio Suburbano | Ignorado | 1911 |
| O Suburbano | Ignorado | 1911/1918 |
| Revista Suburbana | Eng. Novo | 1918 |
| Gazeta Suburbana | Méier | 1919/1921 |
| Revista Suburbana | Méier | 1922 |
| Revista Suburbana | Ignorado | 1933 |

Mapa3.2



Mapa 3.3



Mapa 3.4



LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1. Relatório da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (1901) | 28 |
| Figura 2. Inscrição das iniciais L.P.S. em fachadas de imóveis no bairro do Encantado, em 2007..... | 61 |
| Figura 3. Contrato de compra e venda de imóvel..... | 63 |
| Figura 4. Registro Geral e das Hypothecas de Genaro Bocchette, 1911..... | 67 |
| Figura 5. Anúncio da Associação Funerária São Diogo..... | 70 |
| Figura 6. Festa do Divino Espírito Santo, na Igreja do Bairro do Encantado, na Rua Cruz e Souza | 71 |
| Figura 7. Registro Geral de Hypothecas de uma casa na Rua Cruz e Souza, em 1911..... | 71 |
| Figura 8. População de Inhaúma, segundo as categorias profissionais (1890) | 73 |
| Figura 9. Fachada de prédio na Rua Cruz e Souza, com data de construção em 1903..... | 81 |
| Figura 10. Comercialização de impressos no Rio de Janeiro, em 1914..... | 125 |

TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1. População de Imigrantes Estrangeiros segundo o recenseamento de 1906 | 29 |
| Tabela 2. População de Imigrantes Estrangeiros segundo o recenseamento de 1906 | 30 |
| Tabela 3. População Residente e Taxa de Crescimento Demográfico das Freguesias do Rio de Janeiro, segundo o Recenseamento de 1872 – 1890 | 33 |
| Tabela 4. Preço Médio do Terreno no Rio de Janeiro, por bairro, em 1927 | 64 |
| Tabela 5. Evolução da População Portuguesa na Cidade do Rio de Janeiro (1900/1920) | 69 |
| Tabela 6. Custo de vida parcial e salário de um operário e sua família no Rio de Janeiro | 83 |
| Tabela 7. Periódicos Locais da Cidade do Rio de Janeiro (1883-1933)..... | 129 |
| Tabela 8. Indicadores Demográficos e Econômicos e Taxa de Alfabetização no Brasil, 1900/1920 | 132 |
| Tabela 9. Movimento de Passageiros nos Trens Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro entre 1866 e 1910 (em milhares de passageiros/ano) | 135 |
| Tabela 10. Quantidade de páginas para anúncio e seus respectivos valores, 1901 | 138 |

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Biblioteca Nacional, seção de iconografias e Obras raras.
Biblioteca do IPPUR.
Biblioteca do IFCS.
Arquivo Nacional, Fundo GIF varias caixas.
Arquivo Geral da Cidade.

PRINCIPAIS FOSTES PRIMÁRIAS

Periódicos:

Echo Suburbano (24/04 à 31/12/1911)
Comércio Suburbano (15/05 à 22/06/1902)
Progresso Suburbano (02/03 à 24/10/1902)
O Suburbano (03/07 à 26/10/1901)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ABREU, M. de A. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 2ª ed. RJ: IPLANRIO/ ZAHAR, 1988.
- ABREU, M. de A. *A Periferia de Ontem: O Processo de Construção do Espaço Suburbano do Rio de Janeiro. (1870-1930)*. In: Espaço e Debates, Ano VII, vol. 1, nº 21. São Paulo. NERU, 1987.
- ALENCASTRO, L. F. de, *O tratado dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARAÚJO, L. da S. A. *Cidade e Cidadania: a experiência dos trabalhadores em Juiz de Fora (1900-1918)*. I Colóquio da LAHES, Juiz de Fora 2005.
- BARBOSA, M.. *Os donos do Rio: Imprensa, poder e público (1880-1920)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARRETO, L. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: PubliFolha, 1997.
- BARROS, A.. *As Fachadas da Arquitetura Espontânea Kitsch do Subúrbio Carioca*
- BARROS, J. D'Assunção. *História Comparada: Um Novo Modo de Ver e Fazer a História*. Rio de Janeiro, Revista de História Comparada volume 1, número 1, jun./2007
- BATALHA, C. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências*. In Marcos César de Freitas (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. SP 1998.
- BENCHIMOL, J.L. *O Rio se renova. E o povo se rebela*. Revista do Brasil, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, 1984.
- BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos, Um Haussmann Tropical: As Transformações Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro No início do Século XX*. Dissertação de Mestrado em Ciências, COPPE/UFRJ, 1982.

- BERNARDES, L. & SOARES, M. T. de S.. *Rio de Janeiro: Cidade e Região*. 3º edição/Ed. Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro 1995.
- BOFF, Leonardo “*A Violência Policial e a Questão Social*”
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, Fapesp, 1998.
- BOURDIEU, P. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: ORTIZ, Renato (org.) Bourdieu, Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.39, São Paulo, Ática, 1983.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996
- Brasil Gerson. *História das Ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil*. Rio de Janeiro : Lacerda Ed., 2000.“História das Ruas do Rio de Janeiro” In: Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico>. Acesso em 15/04/2007.
- BRETAS, M. L. *A Guerra das Ruas: Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Arquivo Nacional / Rio de Janeiro 1997.
- BRETAS, M. L. *Polícia e Polícia Política no Rio de Janeiro dos Anos 1920*. Arquivo & História Nº3/Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro 1997.
- BRETAS, M. L. *A Polícia Carioca no Império*. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 219-234, 1998.
- BURKE, P. (Org). *A Escrita da História: novas perspectiva*”. SP/Unesp, 1992.
- BURKE, P. (Org). *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CARDOSO, E. D. *Estrutura Urbana e Representações: a invenção da Zona Sul e a construção um novo processo de segregação espacial no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX*. Disponível em: http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER-2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20ElisabethDezouzarCardoso.ED11.pdf , Acesso em 26/06/2008.
- CARRARA, S. L. *Crime e loucura: o aparecimento do Manicômio Judiciário na passagem do século” Mestrado em Antropologia Social*. RJ/UFRJ, 1987.
- CARREIRA, S. de S.G. *A Maggot: a ficção como leitura alternativa do passado histórico*. Open to discussion, v.11, In: Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades. Rio de Janeiro, v.1, n.2 de 2002.
- CARVALHO, J. M. de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, J. M. de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3º edição/Ed. Companhia das Letras, São Paulo 1987.
- CARVALHO, L. A. de. *Contribuição ao Estudo das Habitações Populares: Rio de Janeiro 1886 - 1906*. Biblioteca carioca, v.1 - Rio de Janeiro: Secret. Mun. de Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1986.
- CHALHOUB, S.. *Trabalho Lar & Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2º edição/Ed. UNICAMP, São Paulo 2001.

- CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Ed. Companhia das Letras, Rio de Janeiro. 3º edição, 2004.
- CONTI, M. S. *Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 9.
- CORTO, R. *Cidade do Vício e da Graça: Vagabundagem pelo Rio Antigo*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Aperj, v.4 - 1998.
- COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República: movimentos decisivos*. 3º edição/Ed. Brasiliense, São Paulo 1985.
- DECCA, E. de. *1930 - O silêncio dos vencido*”. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DOMINGUES, Á. *(Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?* Revista da Faculdade de Letras-Geografia. I Série, Vol X/XI. Porto, 1994/5.
- FAUSTO, B. *Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*”. 2º Ed. Edusp, 2001.
- FAUSTO, B. *Controle Social e Criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)*.
- FERNANDEZ, A. C. F.. *Assim é o meu subúrbio: O projeto de dignificação do subúrbio entre as camadas médias suburbanas de 1948 a 1957*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1995.
- FERNANDEZ, N. da N. *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: O Rio de Janeiro 1858-1945*. Dissertação de Mestrado em Geografia, PPGG/UFRJ, 1996.
- FERREIRA, Á. *Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros*. Biblio 3w (Barcelona), v. XIV, 2009.
- FERREIRA, M. N. *Imprensa Operária no Brasil*. Ática, São Paulo, Ed. Ática 1988.
- FERRERAS, N. O. *Culturalismo e experiência: leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson*. In: Revista Diálogos. Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Vol. 03. 1999.
- GOMES, F. e ARAÚJO, C. E. M. de. *A igualdade que não veio*. In: Revista História Viva, São Paulo, p. 62-67, 01 Maio 2008.
- HENUD, R. & LEMOS, M. T. T. B. *Um Bairro Chamado Piedade: Memória de um subúrbio carioca*. Ed. UGF/Rio de Janeiro, 1991.
- HOBBSBAWM, E. *Mundos do Trabalho*. 3a ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2000.
- HOBBSBAWM, E. & RANGER, T. (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KESSEL, C. *A Vitrine e o Espelho: O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Dissertação de Mestrado em História, IFCS/UFRJ, 1996.
- KNAUSS, P. *Imagem do Espaço, Imagem da História: a representação espacial da Cidade do Rio de Janeiro*. Artigo-Revista do departamento de História da UFF/Vol. 2, nº 3, Ed. Relume-Dumará/Rio de Janeiro 1997.
- KOSELLECK, R. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.
- LEFEBVRE, H. *Espacio & política*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

- LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis*”: Uma reflexão em busca de auto-estima. 2º edição/ Ed. Record, Rio de Janeiro 2001.
- LOBO, E. M. L. *História do Rio de Janeiro: Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Ed. IBMEC, Rio de Janeiro 1978.
- LOBO, E. M. L. CARVALHO, L. A. & STANLEY, M. *Questão Habitacional e o Movimento Operário*. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro 1989.
- MARTINS, J. de S. *Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. SP/São Caetano do Sul. Hucitec, 1992.
- MIYASAKA, C. R. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma, Rio de Janeiro, 1890- 1910*. Dissertação de Mestrado História, UNICAMP. SP, Campinas, 2008.
- MONTANO, L. D. *Um Motim em Perspectiva: diálogos políticos e ação popular na Corte Imperial (1870-1880)*. Dissertação de Mestrado em História Comparada/UFRJ. 2009.
- MOREIRA, A. S. *Crime no Subúrbio: análise do cotidiano da 1º Circunscrição Suburbana Inhaúma na virada do século, 1900*. Monografia em História, IFCS/UFRJ, 1999.
- MOREIRA, A. S. *Declaro que de ontem para hoje ocorreu o seguinte: O cotidiano da delegacia da freguesia de Inhaúma em 1900*. In: IX Simpósio Regional da ANPUH-RJ, 2000.
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. Martins Fontes Editora, São Paulo, 1998, Apud: FERNANDES, Nelson da Nóbrega. “O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: O Rio de Janeiro 1858-1945”. Dissertação de Mestrado em Geografia, PPGG/UFRJ, 1996.
- MUZART, Z. L. *Cruz e Sousa e a crítica*. Revista Cult n º 08. São Paulo, Editorial Lemos, Março de 1998.
- NEDER, G. “*A Instituição Policial e as Estratégias de Controle Social no Ri no Rio de Janeiro na República Velha*”. Arquivo & História Nº1/Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro 1994.
- NEDER, G. *Cidade, Identidade e Exclusão Social*. Pesquisa “Controle Social e Cidadania”/Dossiê-Revista do departamento de História da UFF/Vol. 2, nº 3, Ed. Relume-Dumará/Rio de Janeiro 1997.
- NORA, P. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- OLIVEIRA, R. de. *História do Brasil: Análise e Reflexão*. São Paulo: Editora FTD, 1997.
- PAMPLONA, M. A. *A Historiografia Sobre O Protesto Popular: Uma Contribuição Para O Estudo Das Revoltas Urbanas*. Estudos. Históricos, Rio de Janeiro, v.9, 1999.
- PECHMAN, R. M. *A Gênese do Mercado Urbano de Terras: A Produção de Moradias e a Formação dos Subúrbios no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, UFRJ/IPPUR, 1985.
- PECHMAN, R. M. *Cidades Estreitamente Vigeadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra, 2002.
- PECHMAN, S. e FRITSCH, L. *A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século*. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH; Marco Zero, vol. 5, n. 8/9, set. 1984/abr. 1985

- PESAVENTO, S. J. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: 2001. (Brasiliense Novos Estudos; 5)
- PINHEIRO, M. C. *Pereira Passos: vida e obra*. In: OS URBANITAS, Revista de Antropologia Urbana Ano 3, vol., n.4. Disponível em <http://www.aguaforte.com/osurbanitas4/PinheiroFialho2006.html>, 2006. Acesso em 08/07/2007.
- PINHEIRO, P. S. *Estratégias da Ilusão*.
- PRADO Jr., C. *História Econômica do Brasil*. 22ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RESENDE, B.(org.). *A estação.Lima Barreto*. Coleção Melhores Crônicas. São Paulo: Global, 2005.
- RIBEIRO, C. A. C. *Cor e Criminalidade: estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)* Ed. UFRJ, Rio de Janeiro 1995.
- RIBEIRO, G. S. *Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal*. Tempo, 2009, vol.13, no.26.
- RIBEIRO, M. da S. *As Intervenções Urbanas de Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro*. Revista Intellectus, Ano 3, Vol II. In: Tradição e modernidade no mundo ibero-americano, 2004, Rio de Janeiro
- RICHARD, E. *O Problema da Habitação e a Crise das Casas*. Entrevista Cultura e Trabalho – Agosto 1927.
- RIO, J. do. *A Alma Encantadora das Ruas: Crônicas*. 3º edição/Ed. Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro 1995.
- ROCHA, O. P. *A Era das Demolições: Cidade do Rio de Janeiro 1870 - 1920*. Biblioteca carioca, v.1 - Rio de Janeiro: Secret. Mun. de Cultura: Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, 1986.
- SAMET, H. *Função de Polícia Política na Primeira República*. Arquivo & História N°1/Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro 1994.
- SANTOS, A. C. M. dos. *A Cidade do Rio de Janeiro: Laboratório da civilização a cidade símbolo*. In: A Visão do Outro: seminário Brasil-Argentina. Brasília: FUNAG, 2000.
- SANTOS, A. C. M. dos. *O Rio de Janeiro de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: RIOARTE, 1983. 2 v.
- SANTOS, A. C. M. dos. *Da Colonização à Europa Possível: as dimensões da contradição*, In *Uma Cidade em Questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, PUC/FUNARTE, 1979.
- SANTOS, C N F, VOGEL, A. *Quando a rua vira casa - a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Projeto Editores. 1985.
- SANTOS, F. A. de N. *Meios de Transporte no Rio de Janeiro*. 2º edição/Ed. Biblioteca Carioca, Rio de Janeiro 1996.
- SANTOS, F. A. de N. *As Freguesias do Rio Antigo* Ed. Cruzeiro, Rio de Janeiro 1965.
- SANTOS, F. A. de N. *Contribuição ao Estudo da História do Subúrbio do Rio de Janeiro: a Freguesia de Inhaúma de 1743 a 1920*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em História, IFCS/UFRJ, 1987.

- SANTOS, F. A. de N. *História do lugar: Um Método de Ensino e Pesquisa Para as Escolas de Nível Médio e Fundamental*. Hist. Cienc. Saúde/ Rio de Janeiro. 2002, vol.9, no.1. pp 105-124.
- SANTOS, F. A. de N. *De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. Tese de doutoramento, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.
- SANTOS, F. A. de N. *A urbanização e o subúrbio no cotidiano carioca: reflexões sobre a importância da produção e do ensino da história local*, 1987.
- SEVCENKO, N. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. SP: Brasiliense, 1983.
- SILVA, E. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SIMÃO, F. L. R. *Os homens da ordem e a ordem dos homens: Cidadania e exclusão social (1895-1920)* In: XII Encontro Regional de História - Anpuh-Rio 2006.
- SOARES, M. de C. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- STABEN, A. E. *Negócio dos escravos. O comércio de cativos entre a Costa da Mina e a Capitania de Pernambuco (1701-1759)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- THEML, N.de, BUSTAMANTE, R. M. da C. *História Comparada: olhares plurais*. Revista de História Comparada, volume 1, número 1, jun./2007.
- THOMPSON, E. P. “*A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*”: *Economia moral revisitada*. In: “*Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*”. SP/Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, E. P. “*A Formação da Classe Operária Inglesa*”. 1 vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo Companhia das Letras, 1998.
- VAZ, L. F. *Contribuição ao estudo a produção e transformação do espaço da habitação popular: as habitações coletivas no Rio*” - RJ/UFRJ, 1985.
- VAZ, L. F.. *Espaço e Modernidade na cidade do Rio de Janeiro*. In: Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR: Modernidade, Exclusão e a especialidade do Futuro. Brasília, 1995.
- VAZ, L. F. *Historia da habitação coletiva na cidade do rio de janeiro: estudo da modernidade através da moradia*. São Paulo: Usp/Fau, 1994.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. SP: Studio Nobel Editora/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.